

Sérgio Carvalho Benício de Mello

ORGANIZADOR

A stylized illustration of a man in a dark, vertically striped suit and tie. Instead of a head, he has a large white megaphone. The background is a solid teal color. To the right of the man, there is a large, stylized graphic of binary code (0s and 1s) that appears to be emanating from the megaphone. The man is holding a black cane in his right hand.

**CONSTRUÇÃO  
SOCIAL DA  
TECNOLOGIA  
E TEORIA DO  
DISCURSO**



**CONSTRUÇÃO  
SOCIAL DA  
TECNOLOGIA  
E TEORIA DO  
DISCURSO**



Sérgio Carvalho Benício de Mello

ORGANIZADOR

**CONSTRUÇÃO  
SOCIAL DA  
TECNOLOGIA  
E TEORIA DO  
DISCURSO**

Editora  UFPE  
RECIFE | 2014

EDITORA ASSOCIADA À



**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados, além da inclusão de parte da obra em qualquer programa cibernético. Essas proibições se aplicam, também, às características gráficas da obra e à sua editoração.

**Capa e projeto gráfico:** Ildembergue Leite

**Revisão:** Ediane Souza

**Impressão e acabamento:** Editora UFPE

### **Catálogo na fonte**

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

- 
- C758      Construção social da tecnologia e teoria do discurso / organizador : Sérgio Carvalho Benício de Mello. – Recife : Editora UFPE, 2014.  
177 p. : il., figs.
- Inclui referências.  
ISBN 978-85-415-0558-1 (broch.)
1. Laclau, Ernesto, 1935- . 2. Análise do discurso – Aspectos sociais. 3. Análise do discurso – Aspectos políticos. 4. Tecnologia – Aspectos sociais. 5. Tecnologia – Filosofia. I. Mello, Sérgio Carvalho Benício de (Org.).
- 601                      CDD (23.ed.)                      UFPE (BC2014-163)
-

## **Sobre os autores**

### **Sérgio Carvalho Benício de Mello (o organizador)**

Tem formação na área de Administração de Empresas, tendo alcançado o título de Doutor pela City University London (Cass Business School), Reino Unido (1997). É professor associado 4 da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista de produtividade em pesquisa nível 1 do CNPq. Tem experiência nas áreas de ensino e pesquisa em Administração atuando principalmente com os seguintes temas: Tecnologia e Modernidade; Economia Política da Mobilidade; Mobilidades e Vida Urbana; Mobilidades Coletivas e Não Motorizadas; Política e Práticas Discursivas; Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso.

**Contato:** sergio.mello@ufpe.br / sergio.benicio@gmail.com

### **Maria Christianni Coutinho Marçal**

Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Administração - PROPAD - da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - (2014); Mestre em Administração pela UFPE (2007); Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco (1998). Professora assistente do Departamento de Ciências Administrativas (DCA) da UFPE. Temas de interesse de pesquisa: tecnologia, sociedade, política e organizações.

**Contato:** chrismarcal@hotmail.com / christianni.marcal@gmail.com.

## **Cédrick Cunha Gomes da Silva**

Doutorando no curso de Pós-Graduação em Administração da UFPE. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Mobilidade, Política e Sistemas Tecnológicos. Atua no grupo de pesquisa; Locus de Investigação em Economia Criativa" da UFPE participando da linha de pesquisa; Mobilidades e Sistemas Tecnológicos. O mesmo possui grande interesse nos estudos sobre tecnologia e sociedade, principalmente no que diz respeito aos temas: mobilidade, economia política, ciência política e governança.

**Contato:** cedrickgomes@gmail.com

## **Juliana Silva de Macêdo**

Doutoranda em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE). Mestre em Administração pelo PROPAD/UFPE. Graduada em Administração pela UFPE. Atuando principalmente nos temas: Organizações, Sistemas Tecnológicos, Mobilidade Urbana, Teoria do Discurso.

**Contato:** macedojulianas@yahoo.com.br

## **Marcela de Moraes Batista**

Mestre em Administração pelo programa de Pós-graduação em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - PROPAD/UFPE. Graduada em Administração com Ênfase em Marketing de Moda, pela Universidade de Pernambuco - UPE. Experiência em pesquisa acadêmicas na área de consumo de moda, marcas de moda, cidadania, cinema e atividades administrativas nas áreas de Logísticas e Recursos Humanos.

**Contato:** marcelamoraes.b@gmail.com

## Prefácio

A introdução da teoria do discurso de Ernesto Laclau em nosso país tem sido positivamente muito particular. Ainda que tardiamente recepcionada pela academia brasileira, se comparada com as da Europa, dos Estados Unidos e demais países latino-americanos, esta perspectiva rompeu as estreitas, estanques e artificiais fronteiras das disciplinas científicas, tornando-se uma alternativa potente para análises políticas e sociais em distintos campos das Ciências Humanas e Sociais, tais como a Ciência Política, a Educação, a Sociologia da Religião, a Sociologia do Conhecimento, os Estudos Sociais da Ciência, a Administração, entre outros.

Tal recepção pode ser considerada positivamente heterogênea e a razão para tal está na percepção dos pesquisadores brasileiros de que o esforço teórico de Laclau não pode ser de forma alguma reduzido a uma teoria política no sentido estrito do termo, pois que se trata de um empreendimento teórico muito mais abrangente. Teorias políticas *stricto sensu* apresentam preocupações heurísticas normalmente regionais, ou seja, preocupam-se em mais bem compreender instituições formalmente estabelecidas, tais

como parlamentos, sistemas eleitorais, sistemas partidários, entre outros temas clássicos restritos às preocupações dos cientistas e teóricos políticos.

Já a perspectiva laclauniana é sensivelmente diferente. Neste particular, não estamos diante de uma teoria da política como um fenômeno específico ou localizado, mas de uma teoria sobre o político, o que significa que, para o autor, toda e qualquer conformação social, econômica, cultural será sempre o resultado de uma decisão política. Para Laclau, uma decisão, para ser efetivamente considerada como tal, é aquela tomada em um terreno indecidível (no sentido atribuído por Jacques Derrida), em detrimento de outras alternativas que até então eram possíveis. Neste particular, como poderá ser percebido ao longo de toda a obra que você leitor tem em mãos, o discurso da tecnologia, ainda mais a sua face determinista, é um exemplo de uma decisão no sentido que faço aqui referência.

É tendo em vista o ambiente interdisciplinar há pouco mencionado que entendo ser muito bem-vinda a obra “Construção social da tecnologia e teoria do discurso”. Trata-se de um conjunto de ensaios que demonstram uma vez mais o potencial heurístico da teoria do discurso de Ernesto Laclau, agora mais detidamente aplicada ao campo da Administração. Com base nos pressupostos teóricos e epistemológicos desenvolvidos por Laclau e pela Escola de Essex, tais como discurso, hegemonia, antagonismo, somente para citar as noções mais centrais para esta perspectiva, ao longo do livro, os autores desmistificam a “tecnologia” –

comumente vista como a inexorabilidade de nosso tempo – e passam a percebê-la como um tipo específico de discurso que tem sido absorvido em nossa contemporaneidade sem qualquer filtro crítico. Esta é a reflexão que perpassa todos os capítulos desta importante obra e que, por si só, já torna indispensável a sua leitura.

Olhar a tecnologia como discurso abre um espaço para descortinar uma série de fatores que envolvem e que subsidiam o seu uso. No sentido atribuído por Laclau, toda existência vem acompanhada de seu ser. Isto significa que qualquer artefato tecnológico está inserido em uma trama de sentidos que está além dele e que lhe fornece sentido de existência. Desta forma, um dispositivo tecnológico é sempre mais do que a sua própria existência em si, uma vez que este deve ser percebido a partir das articulações de sentidos que o tornam parte de um discurso, neste caso o discurso tecnológico, hoje hegemônico em nossas sociedades. A refinada análise crítica elaborada pelos autores de a “Construção social da tecnologia e teoria do discurso” acerca do determinismo tecnológico, como a panaceia dos problemas sociais, indica claramente que a centralidade deste discurso está articulada com uma constelação de relações sociais e políticas do capitalismo hegemônico. Nestes termos, é uma ingenuidade considerarmos que a tecnologia reside simplesmente em um conjunto de artefatos que facilitam a vida dos seres humanos, visto que tais produtos são parte fundamental das relações políticas e econômicas estabelecidas.

Outro elemento central desta obra é a comparação crítica realizada entre a teoria do discurso e a construção social da tecnologia. Tal debate, elaborado de forma muito cuidadosa pelos autores, é extremamente importante, justamente para percebermos o uso político que vem sendo feito da tecnologia como instrumento de manutenção do *status quo*, sobretudo o econômico. Do ponto de vista teórico, este momento é particularmente rico para a área da Administração, mas também para o próprio desenvolvimento da teoria do discurso, uma vez que esta última é mais uma vez testada no que diz respeito ao seu potencial explicativo. E mais uma vez aqui o trabalho dos autores demonstra-se arguto e instigante.

“Construção social da tecnologia e teoria do discurso” é uma obra que preenche uma importante lacuna, não somente pela leitura crítica que faz do discurso tecnológico, mas também pelo fato de que demonstra mais uma forma de leitura de uma realidade – a tecnológica – que se apresenta além de toda e qualquer ideologia, que existe tão somente para aprimorar a qualidade de vida das pessoas. De fato, a tecnologia cumpre esta promessa e, por essa razão que ela está cada vez mais presente em nossas vidas. No entanto, como fica demonstrado neste livro, pagamos um importante preço sendo meramente sujeitos reprodutores deste discurso determinista. Esta obra, contra-hegemônica neste sentido, cumpre a tarefa crítica fundamental de politizar o discurso da tecnologia e a sua rede articulada de sentidos econômicos, sociais e culturais.

O objetivo dos autores não é o da vituperação da tecnologia, algo estapafúrdio e típico dos primeiros levantes de trabalhadores no início da Revolução Industrial, que atribuíam às máquinas a culpa pelos desafios que estavam colocados naquela época. A tecnologia, insisto, tem cumprido um papel importante ao desenvolvimento humano desde sempre. A particularidade de nosso tempo – e, em boa medida, este é o mesmo tempo dos primeiros sabotadores das máquinas da Revolução Industrial – é a associação naturalizada entre tecnologia e capitalismo, como se a primeira fosse intimamente dependente do segundo, como se a criatividade humana dependesse de uma forma econômica específica.

A tarefa dos autores de a “Construção social da tecnologia e teoria do discurso” é a de demonstrar que toda inexorabilidade é, na verdade, a naturalização ou a sedimentação de uma decisão que, como disse acima, foi tomada em um terreno indecidível. Este livro, para usar novamente a linguagem laclauniana, visa “reativar” uma verdade parcial que merece ser desvelada para que possamos pensar em efetivas alternativas políticas para a transformação de pontos que devem ser transformados, sobretudo aqueles ligados às profundas desigualdades econômicas e sociais que persistem existir, mesmo em países reconhecidos como de capitalismo avançado.

“Todo tempo adota uma imagem de si, um certo horizonte, borrado e impreciso, que, de alguma forma, unifica a sua própria experiência”. É com esta frase que

Ernesto Laclau abre *New Reflections on the Revolution of our Time*, um de seus mais instigantes textos, publicado em 1990. “Construção social da tecnologia e teoria do discurso” reflete sobre este mesmo tempo, reativando a naturalização do determinismo tecnológico, contribuindo para que a mesma entre definitivamente no debate político contemporâneo para, quem sabe, vislumbrarmos um novo horizonte em que as coisas sirvam somente para estar a serviço das pessoas.

Pelotas, Outubro, 2014.

**Daniel de Mendonça**

# Apresentação

O primeiro capítulo problematiza o discurso tecnológico a partir do determinismo e das lógicas que o sustentam, indo de encontro às noções de impacto tecnológico e da externalidade ou oposição dos termos tecnologia-sociedade. Esvaindo-se daquela polaridade, os autores iniciam o texto trazendo à tona a inevitabilidade tecnológica da sociedade contemporânea e propõem um olhar mais abrangente que complexifica essa realidade, mencionando que o determinismo tecnológico é uma forma de beneficiar o *status quo* dos agentes políticos e econômicos hegemônicos. Os autores concluem com a afirmação de que as tecnologias são construções (práticas sociais) e que por isso são lócus de exercício da política por excelência.

Os autores do capítulo 2 iniciam o texto apresentando como o mundo social está imbricado às tecnologias e como estas interferem na nossa forma de estar no mundo, de ser humano e de ser político. Eles apresentam como o campo disciplinar que envolve os estudos sobre tecnologia e sociedade está organizado, e apresenta o marco conceitual da Construção Social da Tecnologia como uma corrente de

pensamento que tenta politizar o fenômeno tecnológico a partir do momento em que novas interpretações podem ser dadas às tecnologias e sistemas contemporâneos. Em outra seção, os autores apresentam o marco analítico e, conseqüentemente, as críticas direcionadas à CST. Nas considerações finais, os autores retomam a necessidade de se politizar o fenômeno tecnológico a partir da criação de tecnologias apropriadas em contextos específicos.

No capítulo 3, é apresentada ao leitor uma abordagem teórica pós-estruturalista e pós-marxista do discurso. O objetivo é demonstrar como uma teoria da hegemonia, baseada no conceito gramsciano, tem sido utilizada nas ciências sociais, focando na perspectiva discursiva da Teoria do Discurso (TD), principalmente, naquela desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em seu livro *Hegemony and Socialist Strategy* de 1985. Para tal, os autores focam em algumas de suas principais fontes filosóficas e teórico-metodológicas do século XX, que contribuíram, totalmente ou parcialmente, para o desenvolvimento dessa teoria. Além disso, são debatidos quais os dispositivos teóricos e as categorias analíticas da TD que contribuem para a realização de análises políticas e sociais.

Após serem debatidas as duas teorias base deste livro, ou seja, a Construção Social da Tecnologia e a Teoria do Discurso, o capítulo 4 foca na forma de racionalidade adotada no desenvolvimento de estudos na perspectiva proposta ao longo do livro. Tratamos aqui da racionalidade retrodutiva, assim como seus principais fundamentos.

Ao longo do capítulo, o leitor compreenderá como essa abordagem se diferencia das formas tradicionais de indução e dedução. Por último, são apresentados três dos principais mecanismos de acesso aos dados em uma pesquisa empírica focada na análise de material linguístico. São explorados aqui os métodos da desconstrução, análise do discurso e análise textual.

No último capítulo deste livro, os autores propõem a articulação teórica entre os conceitos da CST e da TD e o fazem elegendo um conceito – “articulação” – como eixo central da reflexão. O objetivo é de propor uma construção sociopolítica da tecnologia, já que, como foi mencionado em capítulos anteriores, a Construção Social da Tecnologia foi amplamente criticada por não tratar de forma mais específica as questões políticas inerentes ao desenvolvimento das tecnologias. A questão que aparece como mais contundente nesse processo de articulação política que envolve as tecnologias é a necessidade de uma democracia radical e plural como princípio norteador que ampliará os grupos daqueles que opinam sobre as tecnologias, de forma que os não especialistas também possam fazer parte do debate. Outro ponto é a reflexão política a partir de duas dimensões, a ôntica e a ontológica, nos termos que propõe Chantal Mouffe. A viabilização das tecnologias e sistemas deve ser atingida a partir das necessidades sociais específicas negligenciadas pelo ambiente capitalista dominante.



## CAPÍTULO 1 **Problematizando o discurso tecnológico e seus desagrvos**

Maria Christianni Coutinho Marçal  
Sérgio C. Benício de Mello

Na sociedade técnico-científica, as tecnologias e os estudos científicos são produzidos, difundidos e apropriados a partir dos valores capitalistas das elites globais e criam novas formas de exclusão, mas também de inclusão, na vida social e política dos cidadãos. E, “se existe um consenso a respeito das principais características das sociedades contemporâneas, este se refere à presença cada vez maior da tecnologia na organização das práticas sociais, das mais complexas às mais elementares” (BENAKOUCHE, 1999, p.1). Como apontam Mackenzie e Wajcman (1999, p.3):

As tecnologias nos alimentam, nos vestem e nos abrigam; elas nos transportam, entretêm e curam; proporcionam as bases para a saúde e para o lazer; elas poluem e também matam. Para bom ou ruim elas estão inextricavelmente associadas às fábricas das nossas vidas, do nascimento até a morte, em casa, na escola, no trabalho. Rico ou pobre, empregado ou desempregado, mulher ou homem, branco ou preto, do norte ou do sul – todos os aspectos das nossas vidas estão ligados às tecnologias, das ferramentas mais simples aos mais amplos e complexos sistemas tecnológicos.

Diante da onipresença das tecnologias, pode-se afirmar que as formas modernas de hegemonia são baseadas na mediação técnica de uma variedade de práticas sociais significativas (FEENBERG, 1995). Nesse contexto de integração entre tecnologia e práticas sociais, presencia-se de forma mais comumente aceita a significação da tecnologia e da ciência como fontes de progresso, desenvolvimento material, cultural e até humano. Sendo assim, temos como objetivo, neste capítulo inicial, problematizar o caráter político e socialmente construído presente no discurso tecnológico, que tenta a todo custo neutralizá-lo a partir de promessas proferidas que são atendidas, no mínimo, parcialmente.

Não existe sociedade sem tecnologia nem tecnologia sem sociedade, esta é uma relação intrínseca, necessária e contingente ao mesmo tempo. Entretanto, em uma localização de destaque na relação, a tecnologia aparece de forma determinista explicando, como uma teoria social, que a tecnologia é importante não somente fisicamente e biologicamente, mas, também, para as nossas relações humanas e práticas sociais (MACKENZIE; WAJCMAN, 1999). As tecnologias são importantes, esta é uma verdade parcial do determinismo tecnológico como uma teoria social<sup>1</sup>.

---

1 Determinismo Tecnológico é atualmente a teoria mais popular sobre a relação entre tecnologia e sociedade. Ela tenta explicar fenômenos sociais e históricos de acordo com um fator principal, que, no caso, é a tecnologia. Esse conceito foi utilizado por Veblen no alvorecer do século XX (2009), onde ele reconhecia que o desenvolvimento da tecnologia seria a causa mais eficaz da mudança nas instituições sociais.

Como uma teoria da tecnologia, o determinismo tecnológico parece garantir agência às tecnologias e negar a possibilidade de o homem influenciar o curso do desenvolvimento tecnológico. Sendo assim, esta visão implica em uma perspectiva teleológica, linear e unidimensional do fenômeno (BIJKER, 2010). Uma forma de compreender o desenvolvimento tecnológico a partir da perspectiva determinista é a noção de que a tecnologia se desenvolve independente da sociedade seguindo uma lógica intrínseca autônoma, que causa “impactos” (MACKENZIE; WAJCMAN 1999), criando uma pseudodicotomia na qual, de um lado, estaria a tecnologia – que provocaria os impactos – e do outro, a sociedade – que os sofreria (BENAKOUCHE, 2005). Criticamos a noção de impacto e de determinismo tecnológico, não apenas no sentido semântico do termo, mas no sentido da externalidade que os mesmos implicam à tecnologia, quando associada à sociedade, como se ela não fosse constitutiva e constituída por esta última.

Os agentes políticos e econômicos são os principais beneficiados com essa posição discursiva determinista sobre as novas tecnologias e é por isso que eles se encarregam de exaltá-la em versões positivas em torno dos impactos que ela proporciona, que são plenas de promessas e símbolos de abundância (cf. LÉVY, 2010; NEGROPONTE, 1995). Os impactos negativos<sup>2</sup> da tecnologia também foram tratados

---

2 Benakouche (1999) considera que entender o significado da técnica é uma tarefa essencialmente política, na medida em que uma clareza sobre a questão é fundamental tanto na tomada de decisões a respeito do seu desenvolvimento, como no planejamento da sua adoção ou uso, seja por indivíduos, unidades familiares ou organizações.

por vários autores contemporâneos (e.g. ELLUL 1964, BAUDRILLARD 1997; VIRILIO 1993).

Outra forma de se compreender o desenvolvimento tecnológico ou as tecnologias é interpretar estas últimas como sendo produto da ciência aplicada (MACKENZIE; WAJCMAN, 1999; DUSEK, 2009). Dizer que as tecnologias são desenvolvidas no laboratório, em um ambiente hermético, neutro, sem refletir e questionar a influência múltipla e mútua de elementos externos em sua constituição é, também, reduzir o fenômeno a uma causa única. Simplificar o fenômeno tecnológico a uma única causa direciona as mentes das pessoas para que as mesmas se adaptem à mudança tecnológica e não em como moldá-la. Isso retira um aspecto vital da questão política, que é a discussão na esfera pública e, conseqüentemente, a responsabilidade da escolha. Então, complexificar a compreensão do fenômeno do desenvolvimento tecnológico significa ampliar as explicações da relação causa-efeito, pois, como Winner (1985) menciona, ao adotar uma tecnologia, opta-se por mais do que parece, em um primeiro momento, opta-se também, economicamente, politicamente, culturalmente, assim como tecnicamente.

A complexidade abre espaço para a linguagem pluralizada da modernidade na qual nos encontramos e não aquela outra proclamada inicialmente, onde a

---

Responsabilizar a técnica pelos seus “impactos sociais negativos”, ou mesmo seus “impactos sociais positivos”, é desconhecer, antes de mais nada, o quanto - objetiva e subjetivamente - ela é construída por atores sociais, ou seja, no contexto da própria sociedade.

razão prevalecente era a que tudo quantificava, media, objetivava, e instrumentalizava por meio de uma ciência e uma tecnologia que se diziam neutras. A complexidade a qual nos referimos é aquela associada à psicanálise, pois a mesma trouxe uma ruptura radical com os pressupostos deterministas e simplificadores do paradigma moderno hegemônico, ao conceber o homem como ser guiado por uma afetividade, anterior à razão, pois, esta não pode ser considerada uma exclusiva fonte de saber e de apreensão da realidade (MARÇAL; MELLO; CORRÊA, 2012).

Para os estudos sobre desenvolvimento tecnológico, a consequência da visão determinista é o encorajamento a uma atitude passiva para uma quantidade enorme de práticas sociais cotidianas que envolvem as tecnologias e também um olhar reducionista de causa-efeito para a compreensão da relação existente entre sociedade e tecnologia. O foco no determinismo que difunde o “impacto” das tecnologias negligencia as formas nas quais as relações entre pessoas afetam as coisas que elas fazem, ou seja, negligencia a construção social da tecnologia (MACKENZIE; WAJCMAN, 1999).

Com o objetivo de se opor ao determinismo tecnológico<sup>3</sup> e de mostrar o caráter construído e político que envolve as tecnologias, os autores da construção social da tecnologia

---

3 Incurções teóricas foram efetuadas na tentativa de se complexificar a explicação sobre o fenômeno tecnológico por meio de alguns movimentos como o feminista, o movimento sobre o conhecimento local, e outros, que podemos denominar de antitecnológicos, como o romantismo, o luddismo e o movimento ecológico (DUSEK, 2009).

se referem à relação sociedade–tecnologia mencionando-a como sendo uma totalidade sociotécnica desconstruindo a noção de que existe uma oposição de termos.

Sendo assim, ao estudar os autores da construção social da tecnologia, Benakouche (2005) questiona: por que estabelecer limites entre sociedade e técnica, se a técnica tem sempre um conteúdo social, do mesmo modo que a sociedade tem sempre um conteúdo essencialmente tecnológico? Quem define a tecnologia que está “determinando os impactos”? Quem a controla? Os “impactos” são necessariamente os mesmos em todas as sociedades? Se não, por quê?

A totalidade sociotécnica é o resultado de uma prática social e da compreensão, a partir de uma abordagem multidisciplinar, que sintetiza a relação das características sociais, culturais, econômicas e técnicas presentes no fenômeno tecnológico. Sendo uma prática social, as tecnologias fruto dos desenvolvimentos tecnológicos articulam e organizam discursos em nossa contemporaneidade.

Tomamos aqui a noção de discurso como em Laclau e Mouffe (1985), como sendo uma categoria que se constitui a partir de práticas sociais significativas nas quais os sujeitos experienciam a realidade e o mundo dos objetos, palavras e práticas. É um conceito relacional que pressupõe que há sempre uma precariedade e uma contingência constitutiva em sua formação, pois qualquer discurso é incapaz de aglutinar todos os significados.

Essa concepção ontológica é baseada na teoria lacaniana na qual o autor conceitualiza a presença disruptiva “do real” em qualquer ordem simbólica. A presença que marca a impossibilidade de qualquer completude do ser, em qualquer nível, seja na estrutura, no sujeito ou nos discursos (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Diante dessa incompletude, os discursos disputam posições diferentes de significados e o significado que vence – o discurso hegemônico – é o que sistematiza e aglutina significados diferentes e que constitui uma ordem discursiva (LACLAU; MOUFFE, 1985; MOUFFE, 2005).

Então, em termos de análise social e política, esta perspectiva ontológica permite destacar o caráter construído e político da objetividade social e, aqui, extrapolamos essa noção para os estudos sobre desenvolvimento tecnológico. A abordagem lógica do social e do político de Glynos e Howarth (2007) articula uma série conectada de conceitos e lógicas que podem ajudar a analisar relações e processos sociais mantendo-se fiel à perspectiva ontológica apresentada, que vale a pena refletirmos, associando os conceitos à prática social de desenvolvimento tecnológico.

Para os supracitados autores, as práticas sociais são definidas a partir de três lógicas: a lógica social – que ajuda a caracterizar as práticas definindo as regras, normas e autocompreensões, traduzindo a prática e respondendo à questão – o quê? A lógica política, que conta a emergência histórica e a formação da prática focando nos conflitos e contestações que foram o pano de fundo da sua constituição

– respondendo à questão do como? E a lógica fantasmática, que ajuda a compreender a forma na qual os sujeitos são “amarrados” à prática por meio de um ideal – esta responde à questão do por quê?

Baseando-se nas definições de Glynos e Howarth (2007), sugerimos a seguinte explicação sobre o discurso hegemônico em torno dos desenvolvimentos tecnológicos. A primeira lógica, a social, que responde à pergunta o que é desenvolvimento tecnológico, pode ser respondida ao refletirmos que uma das funções primeira das tecnologias é tornar mais eficiente a execução de tarefas rotineiras (como o deslocamento, a comunicação, cálculos matemáticos, atividades fabris, entre outros). Desde as primeiras ferramentas criadas pelo homem observamos isso, pois ao utilizarmos uma tecnologia, ampliamos os sentidos, a percepção, a função corpórea do Homem e geramos uma eficiência maior na execução de tarefas.

O desenvolvimento tecnológico também pode ser traduzido como fonte de progresso econômico, pois observamos que os países mais desenvolvidos tecnologicamente também são mais ricos e exercem poder sobre os menos avançados (cf. VIRILIO, 1995). Tecnologia também é sinônimo de *status* social, pois quanto mais novo o modelo do apetrecho tecnológico ou a tecnologia utilizada nos grandes sistemas aos quais estamos inseridos, quanto mais funções ele tiver, mais status ganha o usuário que os incorpora.

A lógica política é a que responde à questão como é possível o desenvolvimento tecnológico. A possibilidade do desenvolvimento tecnológico está atrelada às articulações políticas entre os sujeitos que têm interesse direto nas tecnologias e sistemas em questão. O discurso hegemônico do desenvolvimento tecnológico que dissemina eficiência, progresso, *status* social e poder, articulado de forma equivalente por campos diferentes como ciência e mercado, confirmam que tecnologia é sinônimo de desenvolvimento e que desenvolvimento é bom. A negatividade da tecnologia, o acidente, não é divulgado pelo discurso hegemônico dos políticos, dos mercadólogos e dos cientistas, pois parece que o custo de ficar “atrasado” tecnologicamente é maior do que o de não aderir aos avanços tecnológicos.

A lógica fantasmática é a que responde à pergunta: por que aderimos ao desenvolvimento tecnológico? Adere-se ao desenvolvimento tecnológico não somente porque o mesmo traz progresso, mas porque o mesmo se dá por meio de uma lógica de autonomia intrínseca que as tecnologias possuem e devido a sua suposta neutralidade<sup>4</sup>. Diante dessa abordagem hegemônica, despolitiza-se a questão e o povo é sutilmente convidado a não opinar sobre o assunto.

É comum se voltar aos *experts* e aos achados das suas pesquisas científicas quando se quer resolver questões políticas

---

4 O argumento de que tecnologia molda tecnologia ou que a tecnologia possui uma autonomia intrínseca na qual as inovações acontecem a partir de tecnologias já existentes foi tema amplamente tratado por Ellul (1964) e Winner (1977). Esse argumento contrapõe àquele no qual as inovações tecnológicas são frutos da genialidade de um inventor. Aqui, as mudanças tecnológicas são graduais.

fundamentais. Eles são chamados a opinar nas questões públicas que envolvem seu campo de conhecimento e as tecnologias em questão. Entretanto, se, como os teóricos da construção social da tecnologia afirmam, o conhecimento científico é socialmente construído, então os achados científicos utilizados nas deliberações políticas também são. Então, vale-se, questionar, como em Bijker (1997): quem são esses *experts*? Como eles são constituídos? A favor de quem eles opinam?

Essa fé nos pareceres científicos e técnicos envolvendo disputas tecnológicas gera muita frustração na prática da política contemporânea, pois muitas vezes verifica-se que incertezas profundas não podem ser dissipadas mediante consulta aos *experts*. Há interesses em jogo por parte dos cientistas e profissionais técnicos. Eles falam com um ar confiante de “objetividade”, mas, frequentemente, não concordam entre si. Existem questões morais intermináveis envolvendo as políticas tecnológicas.

Essa prática tem gerado o discurso especialista que é totalizante e silenciador: quem não é especialista não opina. A ideia do *expert* é uma ideia que exclui muito mais do que inclui, pois aqueles que não compartilham o discurso especialista ficam amordaçados, e, como os especialistas são poucos, vira uma política dirigida por uma elite. O que isso sugere é que cada vez mais os burocratas e legisladores veem estudos científicos apenas como recursos a serem implantados na luta permanente pelo poder.

Então, por um lado, temos o discurso especialista que tenta objetivar as polêmicas que envolvem a criação e uso das novas tecnologias, mas, por outro lado, vemos o surgimento de novos movimentos sociais vindos da sociedade civil que está interconectada pelas próprias tecnologias de digitalização, comunicação e de vigilância. Observamos diferentes lógicas de ação coletiva sendo articuladas – transformando as formas do exercício do político e de construção de instituições e de políticas públicas – a partir dos grandes sistemas tecnológicos nos quais os cidadãos estão inseridos, a exemplo das redes sociais da internet.

Naquele meio surgem novos movimentos de resistência que podem transformar a estrutura da sociedade, conforme observamos nas várias manifestações que o Brasil presenciou em meados de Junho de 2013, que começaram a ser articuladas pela internet e acabou nas ruas. Nelas, demandas variadas foram vistas em diversas cidades brasileiras (e.g. Passe Livre, Pec 37, contra a Copa, má qualidade dos serviços públicos, entre outros). São inúmeras vezes proliferando uma forma de ativismo mais ampla do que o ativismo político, o ativismo social.

Sendo assim, podemos falar de um “excesso do social”, *vis-à-vis* as estruturas racionais e organizadas da ordem social vigente, que se apresenta a partir das inúmeras vezes presente nas lutas da Nova Esquerda, geralmente associada à constituição de um Estado de bem-estar social, implicando, assim, em uma extensão da conflitividade social a um conjunto mais amplo de áreas, que cria o potencial, mas não

mais do que o potencial, para um avanço rumo a sociedades mais livres, democráticas e igualitárias.

Então, as tecnologias constituem um campo de luta social, pois são totalidades sociotécnicas que podem proporcionar maior ou menor interatividade, transparência e controle das ações civis e políticas, tanto por parte do governo quanto por parte dos cidadãos e do mercado. Sendo assim, política e tecnologia são práticas sociais cada vez mais entrelaçadas. Não consegue se definir onde começa e onde termina cada um, eles se constituem e se relacionam mutuamente.

O que problematiza a relação em análise é a criação, difusão e apropriação irrefletida das tecnologias, é a falta de conscientização e reflexão, que acaba em um “determinismo tecnológico” ingênuo, que nada questiona e de tudo se apropria. Os valores que o desenvolvimento tecnológico dissemina são exatamente os mesmos que o mundo social cultiva a qualquer custo (progresso, eficiência, neutralidade, autonomia), há uma ligação inexorável. No entanto, como menciona Feenberg (1995), a eficiência que legitima qualquer tecnologia depende do horizonte inconsciente da cultura e da política sob a qual foi projetada.

Então, como uma alternativa de contestação ao discurso hegemônico sobre as tecnologias surgiu, na década de 1980, uma escola de pensamento intitulada Construção Social da Tecnologia (CST)<sup>5</sup>. Diferente da noção determinista de impacto e da externalidade da tecnologia ao mundo social, na CST os autores argumentam que a tecnologia

---

5 Tradução do original *Social Construction of Technology (SCOT)*.

não determina a ação humana, mas, indo além, a ação humana molda a tecnologia e vice-versa, estabelecendo-se uma relação recursiva entre as supostas polaridades (PINCH; BIJKER, 1989).

Opondo-se ao essencialismo da técnica, a CST se identifica com outras tendências do pensamento social contemporâneo, tais como o pós-estruturalismo, o relativismo ou o desconstrucionismo (BENAKOUCHE, 2005). Por antiessencialismo queremos dizer que qualquer prática social, inclusive o desenvolvimento tecnológico e/ou científico, só pode ser explicada a partir do contexto social de produção e uso, no seu contexto de significação.

Nesses estudos, as tecnologias se caracterizam como um fenômeno investigativo complexo que requer uma perspectiva multidisciplinar para ser explicado e compreende um sistema de relações que perpassam as dimensões políticas, econômicas, psicológicas, sociológicas e históricas (PINCH; BIJKER, 1989). Caracterizamos nesse texto as tecnologias e os desenvolvimentos tecnológicos como sendo discursos e, como tal, são:

O terreno primário da constituição da objetividade e não somente fala e escrita, mas qualquer conjunto complexo de elementos nos quais a “relação” possui um papel constitutivo. Isso significa que aqueles elementos não existem previamente, antes do complexo relacional, mas são constituídos através dele. Assim, relação e objetividade são sinônimos (LACLAU, 2005).

As tecnologias só existem de forma objetiva a partir das relações que a constituem e, para ratificar essa característica relacional presente no fenômeno, Pinch e Bijker (1989) nomeiam a tecnologia como uma totalidade sociotécnica, conforme mencionamos anteriormente. Situando as tecnologias ainda a partir de uma perspectiva relacional, onde agentes e estrutura interagem, para decidirem e opinarem sobre os avanços tecnológicos, a ideia de sistema tecnológico tem sido investigada por Thomas P. Hughes em seus estudos sobre história das tecnologias (1983;1987), onde ele afirma que, tipicamente, as tecnologias não são criadas em uma forma de equipamento isolado, mas como parte de um todo, de um sistema. A necessidade de integrar a parte ao todo impõe maiores constrangimentos em como aquela parte deve ser desenvolvida. Um sistema tecnológico não é nunca meramente técnico, seu funcionamento no mundo real tem aspectos técnicos, econômicos, organizacionais, políticos e culturais.

A tentativa de politizar o fenômeno tecnológico e de sair do determinismo que o cerca foi severamente criticada por alguns autores que acreditam que o objetivo não foi atingido (cf. RUSSELL, 1986; WOOLGAR, 1991; WINNER, 1993; SISMONDO, 1993). Então, na tentativa de preencher essa lacuna na CST estamos propondo um diálogo teórico com a teoria do discurso (TD) de Laclau e Mouffe (1985), uma teoria política do social que tem como bases epistemológicas a filosofia desconstrucionista

de Derrida, a psicanálise lacaniana, a linguística e a teoria crítica (MENDONÇA, 2010).

A TD emerge no contexto do final da guerra fria, onde o sistema soviético sucumbia pela força capitalista, assim como o muro de Berlin, em 1989, que separava o mundo socialista do capitalista. A partir daí, novos movimentos sociais surgem, onde identidades, sujeitos, política e democracia se apropriam de novos significados a partir das práticas das revoluções sociais que emergiram (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Na TD se assume que todos os objetos e ações são significativos e que seus significados são produtos de sistemas de regras específicas construídas historicamente. Os significados são sempre fluxos instáveis dentro de um jogo infinito de diferença/equivalência da prática articulatória, que é a própria prática de constituição das relações sociais. Para os teóricos do discurso, as práticas sociais constroem e contestam discursos que constituem a realidade social e são possíveis, porque os sistemas de significado são contingentes e nunca podem exaurir completamente um campo social de significado (HOWARTH, 2000).

Sendo assim, os autores da TD (e.g. LACLAU e MOUFFE, 1985) têm como objetivo teórico proporcionar novas interpretações às práticas sociais elucidando seus significados, e o fazem analisando a forma na qual as forças políticas e os sujeitos constroem significados dentro de estruturas sociais incompletas. Isso é alcançado examinando as estruturas

particulares dentro das quais os sujeitos tomam decisões e articulam projetos hegemônicos.

Finalizamos este capítulo, então, problematizando o discurso tecnológico e apresentando, por um lado, a TD, que des-naturaliza e problematiza as práticas sociais fornecendo um aporte teórico com conceitos que nos permitem explicar fenômenos sociais a partir da política. E, por outro lado, a CST, com seu legado que problematiza o determinismo e busca novas interpretações para o discurso tecnológico. Diante disso, sintetizamos nossas reflexões na premissa de que o desenvolvimento tecnológico é uma prática social e discursiva e, como tal, é uma prática política por excelência.

## Referências

BAUDRILLARD, Jean. **Tela total**: mito-ironias do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BENAKOUCHE, Tamara. Interação social e técnica: um novo paradigma? **Ciência e Trópico**, Recife, v. 27, n. 1, p. 7-19, jan/jun, 1999.

\_\_\_\_\_. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rodrigo. L. L. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. 1a. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 79-106.

BIJKER, Wiebe E.; LAW, John. (Eds.). **Shaping technology building society**: Studies in Sociotechnical Change. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **Of bicycles, bakelites, and bulbs**: toward a theory of sociotechnical change. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Demokratisierung der Technik – Wer sind die Experten? Pp. 133-155. In **Aufstand der Laien**. Expertentum und Demokratie in der technisierten Welt, ed. M. Kerner. Aachen:Thouet Verlag, 1997.

\_\_\_\_\_. BAL, Roland; HENDRIKS, Ruud. **Paradox of scientific authority: the role of scientific advice in democracies**. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.

\_\_\_\_\_. How is technology made? That is the question. **Cambridge Journal of Economics**, v. 34, n.1, p. 63-76, 2010.

BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. Tradução de Marcelo do Amaral Penna-Forte. São Paulo: UNESP, 2009.

COLLINS, Harry M. Stages in the empirical programme of relativism. **Social Studies of Science**, v. 11, n.1, p. 3-10, 1981.

COWAN, Ruth. S. **More work for mother: The ironies of household technology from the open hearth to the microwave**. New York: Basic Book, 1983.

CRESPI, Franco; FORNARI, Fabrizio. **Introdução à sociologia do conhecimento**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

DUSEK, Val. **Filosofia da tecnologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

ELLUL, Jacques. **The technological society**. New York: Vintage Books, 1964.

FEENBERG, Andrew. Subversive rationalization: technology, power and democracy In: FEENBERG, Andrew; HANNAY, Alastair. **Technology and the politics of knowledge**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1995.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation in social and political theory**, Abingdon: Routledge, 2007.

HOWARTH, David. **Discourse**. Buckingham & Philadelphia: Open University Press, 2000.

HUGHES, Thomas. P. **Networks of power: electrification in western society, 1880–1930.** Baltimore, MD: John Hopkins University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. The Evolution of Large Technological Systems. In BIJKER, Wiebe. E.; HUGHES, Thomas P.; PINCH, Trevor. J. (eds), **The Social Construction of Technological Systems: New directions in the sociology and history of technology.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987, 1989.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason,** London: Verso, 2005.

\_\_\_\_\_. MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics.** Ed. 2. London & New York: Verso, 1985.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MACKENZIE, Donald A.; WAJCMAN, Judy (eds.). **The Social Shaping of Technology.** Filadelfia: Open University Press, 1999.

MARÇAL, Maria C. C.; MELLO, Sérgio C.B de; CORRÊA, Maria. I. S. As crises silenciadas pela modernidade e pelas tecnologias da cultura da virtualidade real. **Revista FAMECOS (Online)**, v. 19, n.1, p. 249-263, 2012.

MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n.3, p. 473-497, 2010.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 25, p. 11-23, nov. 2005.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital.** Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PINCH, Trevor; BIJKER, Wiebe E. The social construction of facts and artifacts: Or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other. In: BIJKER, Wiebe. E., HUGHES, Thomas. P; PINCH Trevor. J. (Eds.). **The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology.** Cambridge, MA: The MIT Press, 1989, p. 17-50.

- RUSSELL, Stewart. The social construction of artefacts: a response to Pinch and Bijker. **Social Studies of Science**, v.16, n. 2, p. 331-346, 1986.
- SISMONDO, Sergio. Some social constructions. **Social Studies of Science**, v. 23, n.3, p. 515-553, 1993.
- TAYLOR, Charles. **The sources of the self**. Cambridge: CUP, 1989.
- VEBLEN, Thorstein. **The theory of the leisure class**. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. **The art of the motor**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- WILLIAMS, Robin; EDGE, David. The social shaping of technology. **Research Policy**, V. 25, p. 856-899, 1996.
- WINCH, Peter. **The idea of a social science and its relation to philosophy**. London: Routledge, 1990.
- WINNER, Langdon. **Autonomous technology: technics-out-of-control as a theme in political thought**, Cambridge: M.I.T. Press, 1977.
- \_\_\_\_\_. Do artifacts have politics? In. MACKENZIE, Donald A.; WAJCMAN, Judy (eds.) **The Social Shaping of Technology**. Filadelfia: Open University Press, 1985, p. 26-38.
- \_\_\_\_\_. Upon opening the black box and finding it empty: social constructivism and the philosophy of technology. **Science, Technology and Human Values**, v.18, n.3, p. 362-378, 1993.
- WITTGENSTEIN, Ludwig J. J. **Philosophical investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1953.
- WOOLGAR, Steve. The turn to technology in social studies of science. **Science, Technology and Human Values**, v.16. n. 1, p. 20-50, 1991.



## CAPÍTULO 2 **A construção social da tecnologia**

Juliana Silva de Macêdo  
Maria Christianni Coutinho Marçal  
Sérgio C. Benício de Mello

[...] com a velocidade vertiginosa da evolução das tecnologias no mundo atual, o futuro passou a ser o momento presente. E nada mais angustiante para a humanidade que não saber o que está acontecendo hoje e nem que caminhos tomará o mundo no próximo minuto. É como caminhar num túnel escuro, sem luz indicando uma rota segura [...] (LIMA, 2001, p.3).

A velocidade na qual as tecnologias operam em nossa contemporaneidade e como as mesmas transformam as nossas experiências – corpóreas, sociais e políticas – gerando uma espécie de angústia para aqueles que não conseguem acompanhar os avanços; e, um tipo de poder àqueles que detêm o capital para acompanhar a evolução tecnológica, que se dá diante da mistura entre tecnologia e sociedade, é a reflexão teórica que empreenderemos este capítulo, que tem como base norteadora a teoria da construção social da tecnologia.

A reflexão é relevante e intrigante, porque nos “toca” e transforma de forma direta, como pesquisadores e como

cidadãos, pois estamos em uma sociedade que privilegia, que enaltece, que se pauta e se desenvolve por meio dos aparatos e sistemas tecnológicos. Estamos impregnados e imersos neles. Há uma inevitabilidade, não temos como fugir. No entanto, temos como refletir a forma, o processo social e político que geram essa inevitabilidade tecnológica.

As tecnologias sempre existiram, conforme menciona os antropólogos e historiadores da tecnologia, basta estudar a evolução da humanidade para observarmos como desde sempre, fomos ciborgues e estivemos com nosso corpo sempre imbricados às tecnologias (cf. HARAWAY, 2009) e como tentamos a todo custo vencer e controlar as intempéries da natureza: desde os primórdios, quando criamos extensões do nosso corpo (quando se construíram os primeiros artefatos para caça e pesca), até as tecnologias de comunicação e informação mais contemporâneas (como os grandes sistemas tecnológicos de distribuição de energia, por exemplo). Então,

Como extensões do nosso corpo, as tecnologias nos tornam cada vez mais dependentes para estabelecer relações, nos fazendo questionar acerca do que vem a ser esse real mediado pelas novas tecnologias da informação e comunicação. Pois, pouco a pouco, as tecnologias se instalam de forma generalizada em nossas vidas modificando o uso dos nossos sentidos, nos conduzindo a novas realidades e novas maneiras de ser humano (MARÇAL; MELLO; CORREA, 2012).

O híbrido homem (cultura e sociedade), natureza e técnica acompanham a humanidade há séculos e fica difícil de encontrar uma linha divisória que os defina de forma essencialista e sem imbricamentos. O processo de civilização e, mais ainda, a sociedade técnico-científica, complexificou essa relação quando transformou a técnica em objeto de estudo da ciência – em tecnologia – por meio do processo de racionalização e objetivação do mundo social constituindo-a, a partir daí, em um campo discursivo de luta e de exercício de poder. Nesse sentido, há uma prática que articula e organiza o social e, conseqüentemente, o político, a partir da tecnologia.

Diante disso, algumas questões emergem: que papel as tecnologias têm em nosso cotidiano? Como nos relacionamos com elas? Conseguimos ter uma visão distanciada e dizer “não” para sua produção, difusão e uso quando se é necessário, ou, estamos tão imersos que não conseguimos ter esse distanciamento e um olhar mais politizado sobre as tecnologias e as absorvemos com um certo tipo de passividade?

Atualmente, as tecnologias são criadas, difundidas e apropriadas a partir dos valores capitalistas das elites em um contexto global, que exercem sua hegemonia por meio do domínio da racionalidade instrumental, que, em nome de uma maioria e de um povo transformado em estatística, cria novas formas de exclusão do sistema social e político. A cientificidade e a neutralidade por detrás da ciência e das

novas tecnologias encobrem a característica construída que as articula e constrói.

Várias são as linhas teóricas que estudam a relação entre tecnologia e sociedade. Por um lado, tem aqueles que, em nome do progresso, se aliam à racionalidade tecnológica e à relação risco/benefício (eficiência) para defender a tecnologia e o progresso que advém do seu uso. Nesse sentido, os objetivos da tecnologia soam bem: prosperidade, felicidade e liberdade. Ninguém questiona objetivos como progresso e riqueza, entretanto, os meios que utilizamos para obtê-la se tornam mais complexos (DUSEK, 2009).

A tese da tecnologia autônoma, longe de defender que a tecnologia é cuidadosamente dirigida e controlada por uma elite tecnológica, não é realmente governada ou controlada por ninguém, pois os sistemas tecnológicos seguem regras próprias (WINNER, 1977). Enfatizando uma suposta neutralidade tecnológica, a supracitada tese faz a tecnologia parecer uma força dominante que possui regras próprias. A tecnologia autônoma enfatiza a complexidade incompreensível dos sistemas tecnológicos modernos.

Ainda tem aqueles que defendem a humanidade contra as organizações sociais mecanizadas e que tentam trazer ao homem a autonomia perdida com o progresso tecnológico (c.f. VIRILIO, 2005). Feenberg organiza quatro categorias de pensamento para compreender os estudos sobre tecnologia e sociedade: instrumentalismo, determinismo, substantivismo e a teoria crítica, conforme o Quadro 1, apresentado a seguir.

## Quadro 1:

Categorias de pensamento da tecnologia e sociedade

Sociedade / Tecnologia	Autônoma	Controlada pelo Homem
Neutra (Meios e Fins são separados)	Determinismo (Marxismo tradicional e explicações evolucionistas)	Instrumentalismo (Visão liberal do progresso tecnológico)
Carregada de valor (Meios e Fins não podem ser separados)	Substantivismo (Jaques Ellul e M. Heidegger)	Teoria Crítica (Esquerda distópica e construtivismo)

Fonte: Adaptado de Feenberg (1999)

Os estudos sobre tecnologia por muito tempo concentraram-se nas teorias da autonomia, explicitada anteriormente, e do determinismo tecnológico [cf. McLuhan (1971); Innis (1950); Postman (1992) e Ellul (1980)]. Neste paradigma, que é o mais popular no que se refere a investigações sobre a relação entre tecnologia e sociedade, as mudanças sociais são provocadas pelo desenvolvimento tecnológico e os fatores humanos e sociais são vistos como secundários (CHANDLER, 2000 apud LIMA, 2001, p.4). As tecnologias são vistas como:

[...] condição fundamental de sustentação do padrão da organização social. Os deterministas tecnológicos interpretam a tecnologia como a base da sociedade no passado, presente e até mesmo no futuro. Novas tecnologias transformam a sociedade em todos os níveis inclusive institucional, social e individualmente [...].

Já Feenberg (1999) menciona que o determinismo tecnológico possui uma lógica imanente e que o desenvolvimento técnico existe apenas para prover uma solução eficiente para um dado problema. Os fatores sociais são considerados marginais, interferindo apenas na velocidade do desenvolvimento ou na prioridade conferida aos diferentes tipos de problemas.

As posições apresentadas nos levam a uma postura determinista que estreita a análise do fenômeno em questão (imbricamento entre tecnologia e sociedade), nos levando a uma lógica pautada em uma relação causa-efeito, onde a tecnologia pode, ou deve, ser boa ou ruim.

Então, no agrupamento dos estudos que refletem a relação entre tecnologia e sociedade está a abordagem da Construção Social da Tecnologia (CST), que surge como um contraponto ao paradigma determinista, sendo uma crítica ao essencialismo da técnica, ou seja, a ideia de que a técnica teria uma essência independente do contexto social em que está inserida, presente na lógica do determinismo tecnológico e da autonomia, que prega uma des-contextualização social da tecnologia.

A CST desestabiliza as verdades nas visões de que a tecnologia segue um ritmo próprio (autonomia), e de que a mesma não é nem um artefato ou sistema gerido com o objetivo de resolução de problemas (determinismo), mas é uma prática social, que necessita ser contextualizada e discutida. Sendo assim, adentremos na próxima seção de

forma mais aprofundada no marco conceitual da abordagem supracitada, fonte maior da nossa reflexão.

## **Marco conceitual da Construção Social da Tecnologia**

A CST é fortemente influenciada pela Sociologia do Conhecimento Científico (SCC), desenvolvida por Peter L. Berger e Thomas Luckmann na década de 1960, que trata da análise da construção social da realidade, e ocupa-se especialmente com o que os homens conhecem por realidade. Para os autores, é o conhecimento do senso comum que constitui o tecido de significados que fazem existir uma forma social (BERGER P. L; LUCKMANN, T., 2010).

Segundo Latour e Woolgar (1979), a influência do Programa Forte da SCC<sup>1</sup> faz inutilizar não só a objetividade, mas também a universalidade, a independência e a neutralidade da ciência e enfatiza uma abordagem mais relativística para o conhecimento científico e para a tecnologia. A chamada “virada sociológica” promoveu na CST a saída do foco do mundo social tido como natural para o mundo social das convenções e instituições, interferindo

---

1 O Programa Forte da SCC, construído na ideia originalmente apresentada pelos trabalhos de Thomas Khun, Willard Quine e Ludwig Wittgenstein, proporcionou uma “virada sociológica” nos estudos científicos e influenciou de forma significativa a CST (CRESPI; FORNARI, 2000). O princípio norteador é que os conhecimentos científico e tecnológico são construídos socialmente. É importante se questionar sobre as condições nas quais esses conhecimentos são constituídos e que condições são necessárias para se determinar as crenças relacionadas aos próprios conhecimentos em questão.

na forma como o conhecimento científico é compreendido e investigado<sup>2</sup>.

A CST faz parte da escola construtivista da sociologia do conhecimento e nasceu da combinação de três áreas: (1) estudos de sociedade, ciência e tecnologia; (2) estudos da história da tecnologia; e (3) da sociologia do conhecimento científico (BIJKER; BAL; HENDRIKS, 2009)<sup>3</sup>. Os autores da CST objetivam abrir a “caixa preta” das tecnologias e mostrar como as mesmas são construídas, des-naturalizando-as. Eles buscam novas interpretações para as tecnologias.

O trabalho que pode ser considerado o marco inicial no estabelecimento das bases dessa Escola de pensamento é “*The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology*”, organizado por Wiebe E. Bijker, Thomas P. Hughes e Trevor Pinch, publicado em 1987, com artigos apresentados em um seminário realizado na Universidade de Twente, Holanda, em julho de 1984. Esses estudos são chamados de sociotécnicos (BENAKOUCHE, 2005).

Nesse estudo, os autores apresentam o processo de desenvolvimento tecnológico e ilustram seus argumentos

---

2 A sociologia do conhecimento científico (SCC) surgiu na década de 1970, no Reino Unido, baseando-se na sociologia do conhecimento, na filosofia da ciência e na sociologia da ciência.

3 O movimento dos estudos de sociedade, ciência e tecnologia (SCT) foi iniciado na Holanda, Escandinávia, Reino Unido e Estados Unidos, na década de 1970, e estudava questões como: as responsabilidades sociais dos cientistas, os riscos da energia nuclear, a proliferação de armas nucleares e poluição ambiental (BIJKER, BAL & HENDRIKS, 2009). Estudos basilares da história da tecnologia podem ser analisados em Hughes (1983, 1987), conforme mencionado, em Cowan (1983), bem como em MacKenzie e Wajcman (1999).

com a história da bicicleta, ilustrando a multiciplidade de formas que este artefato tecnológico poderia ter assumido. A forma escolhida, pelos grupos de interesse envolvidos, não foi necessariamente a melhor, mas uma dentre inúmeras possibilidades para a definição do *layout* da bicicleta (BIJKER, 1995).

Segundo Bijker e Law (1992), os princípios norteadores dos estudos que agrupam os diferentes pensamentos dos estudos sociotécnicos são: (1) o caráter contingente, contextual, emergente, conflituoso e heterogêneo das tecnologias; (2) descrição da estratégia política e do arranjo organizacional presente nas disputas, desacordos e resistências que geraram a estabilização e o fechamento das tecnologias; e, (3) relativismo metodológico.

A CST apresenta-se com tendo uma perspectiva filosófica do realismo crítico, uma posição que pressupõe a dúvida em relação ao que se conhece e admite a possibilidade de a realidade não ser como aparenta, em virtude da percepção do sujeito interferir no conhecimento. Assim, rejeita-se a noção realista de que a linguagem é um meio neutro de refletir ou descrever a realidade. Dessa forma, a realidade é problematizada, não é tida como dada e objetiva, ela é construída pelos sujeitos que a constituem e interpretam, por meio da linguagem.

Na construção de uma tecnologia, diversos grupos sociais exercem influência para a determinação de um formato. Estes grupos são denominados pela CST de **grupos sociais relevantes**, compostos por aqueles atores ligados ao

processo de construção do artefato tecnológico, agrupados, para efeito de análise, de acordo com a percepção que apresentam do artefato (PINCH; BIJKER, 1987).

Neste sentido, é possível entender que a influência da tecnologia não é uma via de mão única, a tecnologia também é moldada pela sociedade. Desta forma, responsabilizar a técnica pelos seus impactos sociais, positivos ou negativos, seria desconhecer o quanto ela é constituída por atores sociais no contexto da própria sociedade (BENAKOUCHE, 1999). Assim, somos sempre construtores das tecnologias que estão postas, e como construtores, somos corresponsáveis pela realidade tecnológica presente.

A essa altura, podemos dizer que os estudos sobre a construção social dos artefatos e sistemas tecnológicos têm aparecido de forma cada vez mais frequente nas ciências sociais, e tratam da influência da política, da cultura e da economia no desenvolvimento técnico-científico, possibilitando a apreensão da construção da tecnologia como algo intrínseco à dinâmica social. Conforme Massey, Quintas e Wield (1992), a técnica tem sempre um conteúdo social, da mesma forma que a sociedade contemporânea tem sempre um conteúdo essencialmente tecnológico.

A direção da produção tecnológica ocorre, segundo Eglash et al. (2004), em um espaço de fronteiras negociadas, por meio da reinterpretação, adaptação, ou reinvenção de tecnologias. Entretanto, nesses espaços, as relações de influência não são unilaterais nem tampouco simétricas. Winner (1993) atenta para a assimetria existente nas relações,

onde os que detêm mais poder estruturam as alternativas no debate e estabelecem a agenda. Desta forma, pensar a construção social da tecnologia demanda questionar quais são os grupos influentes e qual o papel que eles exercem. A abordagem da CST traça caminhos inovadores para repensar e postular inter-relações da tecnologia, sociedade e poder.

Dagnino (2008) considera que a tese central do construtivismo é que o caminho que vai de uma ideia brilhante até uma aplicação bem sucedida é longo e sinuoso, entremeado com alternativas inerentemente viáveis, que foram abandonadas por razões que têm mais a ver com valores e interesses sociais do que com a superioridade técnica intrínseca da escolha final.

A CST não é apenas uma teoria, mas também uma metodologia: ela formaliza os passos e princípios a serem seguidos quando alguém quer analisar as causas de fracasso ou sucesso tecnológico. Na próxima seção, explicitaremos os passos da metodologia dos estudos sociotécnicos e suas categorias de análise.

## **Categorias analíticas da Construção Social da Tecnologia**

O primeiro estágio da metodologia da CST é reconstruir interpretações alternativas para a tecnologia, analisar os problemas e conflitos que essas interpretações apresentam e conectá-los aos designs dos artefatos tecnológicos. As relações entre grupos, problemas e designs podem ser visualizadas em diagramas, conforme apresentados no

decorrer desta seção. O segundo estágio é mostrar como o fechamento é alcançado por meio da construção sócio-histórica do artefato, relatadas em fontes de documentos estudados. O terceiro estágio é relacionar o conteúdo do novo artefato tecnológico ao ambiente sociopolítico mais amplo. O artigo seminal de Pinche Bijker (1987) não avança até este estágio, conforme relatam os críticos.

### ***Grupos sociais relevantes***

Compreendendo o desenvolvimento da tecnologia como um processo social, o conhecimento dos grupos sociais relevantes é imprescindível para o entendimento da tecnologia. Bijker (1995) acredita que a reivindicação fundamental no modelo de construção social da tecnologia é o reconhecimento do “grupo social relevante” como uma importante categoria analítica desta abordagem teórica.

Os grupos sociais relevantes são denominados por Pinch e Bijker como aqueles atores ligados ao processo de construção do artefato; instituições, empresas, grupos de indivíduos, sendo agrupados para efeito de análise, de acordo com a percepção que apresentam do artefato. Fatores culturais, sociais, econômicos e políticos, dentre outros aspectos, influenciam a percepção destes grupos, direcionando o desenvolvimento da tecnologia. Desta forma, os grupos sociais relevantes podem apresentar expectativas distintas sobre o mesmo artefato e atribuir a ele sentidos completamente diferentes (FERTRIN, 2008).

No modelo descritivo da CST, os grupos sociais relevantes são considerados o ponto de partida. Os artefatos técnicos não existem sem as interações sociais dentro dos grupos sociais (DAGNINO, 2008). O grupo social relevante é um ator e um constante avaliador das tecnologias. Ele identifica, define e delimita o que é relevante em um artefato tecnológico.

Os grupos sociais relevantes mais básicos são os usuários e os produtores do artefato tecnológico, mas, frequentemente, muitos subgrupos podem ser delineados (e.g., usuários com diferentes status socioeconômico, produtores concorrentes, entre outros). Também existem grupos sociais relevantes que não são nem usuários nem produtores da tecnologia (e.g., jornalistas, políticos, grupos civis, entre outros). Os grupos podem ser distinguidos baseados nas suas interpretações convergentes ou divergentes em relação à tecnologia em questão.

Todavia, a identificação dos grupos sociais relevantes para a construção de um determinado artefato tecnológico requer uma pesquisa empírica mais aprofundada. Conforme Bijker (1995), uma solução metodológica para a identificação destes grupos tem sido a utilização do método de pesquisa da “bola de neve”<sup>4</sup>. A utilização da técnica “bola de neve” possibilita uma listagem inicial dos grupos sociais relevantes e, na sequência, o pesquisador deve seguir os atores para

---

4 Traduzido do termo em inglês *snowball*, o método é tipicamente utilizado em pesquisas sociológicas contemporâneas. Este método se desenvolve a partir das informações geradas na própria pesquisa, em que os grupos investigados vão indicando outros grupos sociais relevantes para a construção da tecnologia.

aprender mais detalhadamente sobre cada grupo social relevante. Ainda de acordo com Bijker (1995):

Assim como podemos identificar um ator relevante, observando quando ele é indicado por outro ator, podemos identificar quais grupos sociais são relevantes ao tratar de determinado artefato tecnológico, observando os grupos sociais mencionados em relação a este artefato em documentos históricos. Quando, depois de algum tempo, não for mais possível encontrar referência a novos grupos, entende-se que todos os grupos sociais relevantes já foram identificados (BIJKER, 1995, p. 46).

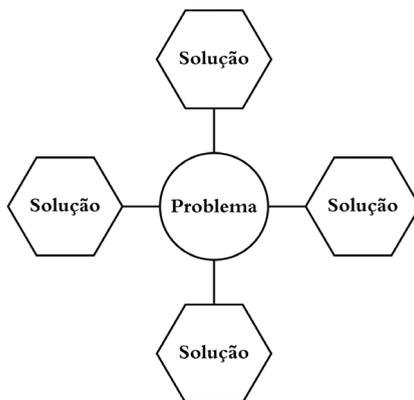
No modelo desenvolvido por Bijker (1995), a identificação, delineamento e descrição dos grupos sociais relevantes também aplicam-se para a caracterização de artefatos tecnológicos. Para entender o desenvolvimento da tecnologia como processo social, é importante compreender como os artefatos são vistos pelos grupos sociais relevantes. Desta forma, os significados atribuídos ao artefato tecnológico pelos diferentes grupos sociais relevantes constituem determinado artefato (BIJKER, 1995). Os artefatos tecnológicos podem ser descritos por meio do enfoque dado pelos grupos sociais relevantes aos problemas, e, conseqüentemente, as soluções geradas para tais problemas. Segundo Bijker (1995), uma diversidade de problemas é vista pelos grupos sociais relevantes, contudo, apenas alguns desses problemas são considerados relevantes pelos grupos

e demandam a geração de soluções. Para cada problema específico, são geradas várias soluções. Algumas destas são selecionadas, contribuindo, assim, para a construção dos artefatos. Desta forma, a construção dos artefatos poderia, então, ser descrita em três etapas: a identificação e seleção dos (1) problemas e (soluções) e os (3) artefatos tecnológicos resultantes.

O estudo clássico sobre a construção da bicicleta, por exemplo, mostra que num determinado momento seus produtores decidiram por selecionar problemas relacionados com um grupo social que até então não estava sendo contemplado, o grupo das mulheres, e gerar soluções para tais problemas, contribuindo, assim, para um redirecionamento do formato do artefato final. Podemos observar que, a partir da identificação dos problemas identificados pelos grupos, alterações são realizadas, conforme a Figura 1.

**Figura 1:**

Problemas e soluções



Fonte: Adaptado de Bijker (1995)

As diversas alternativas de interpretações dos grupos sociais geram uma múltipla variação de caminhos para se construírem tecnologias. Além disso, as diferentes interpretações geralmente dão abertura para geração de conflitos que são difíceis de resolver tecnologicamente. Todavia, os grupos sociais criam significados para a tecnologia e soluções para seus problemas de acordo com o quadro tecnológico estabelecido no contexto.

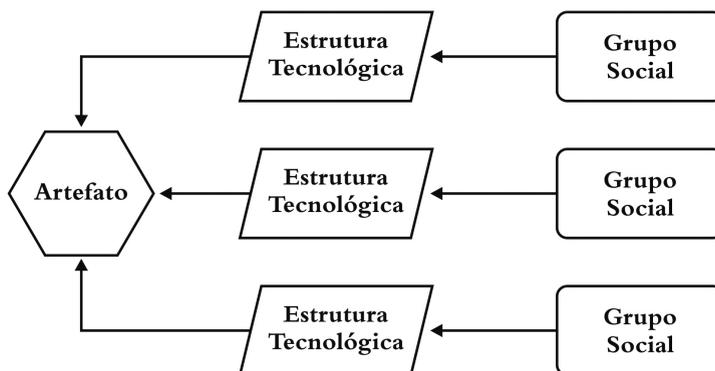
### ***Quadro tecnológico***

O quadro tecnológico é um conceito teórico utilizado pelo analista para compreender o contexto no qual determinado artefato tecnológico é construído. Nesse processo, não é a característica do indivíduo, do sistema ou das instituições que são determinantes, mas o quadro tecnológico está localizado entre os atores dos grupos sociais relevantes, e é construído a partir das interações entre estes atores em torno de um artefato tecnológico, conforme demonstra a Figura 2, adaptada de Bijker.

Segundo Bijker (1995), o quadro tecnológico influencia os padrões de comportamento, valores, práticas e conceitos. Para ele, o ambiente social possui influência na definição e resolução de problemas durante o desenvolvimento de um artefato tecnológico.

Entretanto, Bijker (1995) acrescenta que as interações nos grupos sociais relevantes não são regidas somente por fatores cognitivos e sociais. A associação mental realizada pelos indivíduos entre os novos artefatos tecnológicos e

**Figura 2:**  
Quadro tecnológico



Fonte: Adaptado de Bijker (1995)

os artefatos anteriormente construídos desempenha um papel crucial na interpretação dos artefatos pelos grupos sociais. Todos estes aspectos contribuem para que o quadro tecnológico seja de uma forma e não de outra.

Todavia, um aspecto considerado crítico neste processo é que enquanto alguns atores têm uma alta inclusão no quadro tecnológico a que pertencem, outros ocupam uma posição marginal, não possuindo um vínculo forte com a estrutura na qual estão inseridos.

Contudo, devemos ter em mente, que o quadro tecnológico é sempre provisório. Pois, a cada novo artefato, a cada novo grupo social relevante, novos elementos são incorporados na interpretação dos artefatos por meio da interação dos grupos sociais relevantes. Desta forma, as tecnologias são [des]construídas a partir da [re]interpretação

que os grupos sociais relevantes fornecem às tecnologias. Essa forma distinta de atribuir significados à tecnologia é tratada na categoria da flexibilidade interpretativa, apresentada a seguir.

### ***Flexibilidade interpretativa***

A flexibilidade interpretativa mostra como cada artefato tecnológico tem significados e interpretações diferentes para vários grupos sociais relevantes. Assim, considerando diferenças entre diversos grupos sociais, é possível identificar reflexos nos significados atribuídos aos artefatos tecnológicos pelos mesmos.

Desta forma, a demonstração da flexibilidade interpretativa define a agenda para uma análise sociológica no desenvolvimento técnico. Conforme Bijker (1995), uma das maneiras de identificar esta flexibilidade é por meio da desconstrução sociológica. Assim, parte-se do pressuposto de que há um ponto de partida inicial para uma explicação sociológica no desenvolvimento de artefatos técnicos. Cabe ao pesquisador, analisar a multiplicidade de informações expostas separadamente e compreender como elas se articulam para constituir o posicionamento interpretativo dos grupos sociais relevantes.

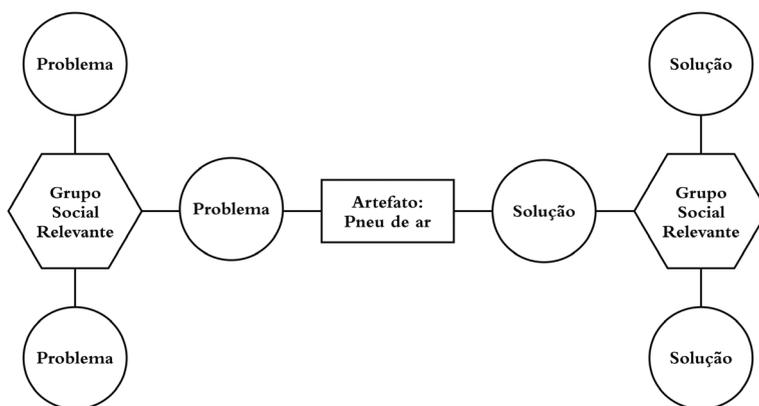
A flexibilidade interpretativa mostra como cada artefato tecnológico tem significados e interpretações diferentes para variados grupos sociais, entretanto, isso não significa que eles não compartilhem significados. No caso da construção

social da bicicleta, por exemplo, Bijker e Pinch (1987) demonstram como o pneu de ar da bicicleta foi significado por alguns grupos de maneira distinta: enquanto para alguns foi sinônimo de meio de transporte mais conveniente, ciclistas desportivos preocuparam-se com a redução da velocidade causada pelo mesmo artefato tecnológico. A flexibilidade interpretativa permite que o mesmo artefato tecnológico seja considerado problema para algum grupo e solução para outro, como podemos observar na Figura 3.

Na construção de um artefato tecnológico, os interesses específicos de cada grupo geram diferentes significados e problemas a serem minimizados, assim, a escolha por determinada alternativa na construção de uma tecnologia será sempre uma escolha política e excludente entre outras alternativas.

**Figura 3:**

Flexibilidade Interpretativa



Fonte: Adaptado de Bijker (1995)

Conforme aponta Dagnino (2008), a flexibilidade interpretativa entre os diversos grupos sociais relevantes é o que torna atraente a identificação e “acompanhamento” dos grupos envolvidos no desenvolvimento de um artefato tecnológico, para, assim, vislumbrar um entendimento da construção social da tecnologia. Além disso, o entendimento da estrutura tecnológica do contexto é uma categoria que informa muito do posicionamento com relação à tecnologia.

A forma final do artefato tecnológico será sempre resultante de um ciclo de negociações entre os grupos de interesse envolvidos. As categorias analíticas de estabilização e o fechamento envolvem esse campo de lutas pela significação da tecnologia.

### ***Estabilização***

A produção social de artefatos é o resultado de dois processos combinados, o de estabilização e de fechamento, que apesar de separados para fins analíticos, representam dois aspectos do mesmo processo. Contudo, enquanto no processo de estabilização busca-se compreender como ocorre a construção dos artefatos tecnológicos dentro dos grupos sociais relevantes, no fechamento a análise é principalmente para compreender como se dá a construção entre estes grupos.

O conceito de estabilização baseia-se em uma avaliação crítica das abordagens que consideram a criação tecnológica como um processo ingênuo, e é fortemente influenciado pelos estudos da linguística e da sociologia

da ciência. No processo de estabilização, busca-se analisar como ocorre o desenvolvimento de artefatos dentro dos grupos sociais relevantes, identificando os diferentes graus de estabilização dos artefatos tecnológicos. A princípio, o grau de estabilização será diferente em diferentes grupos sociais, estas diferenças tendem a diminuir no processo de fechamento (BIJKER, 1995).

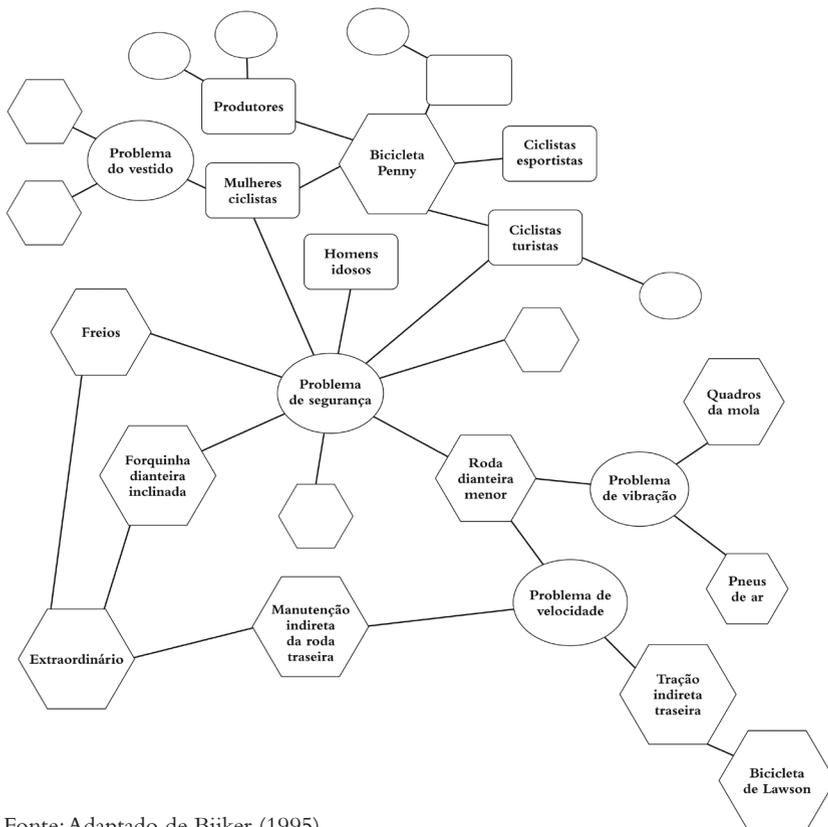
A estabilização é o processo de negociação. Nesta categoria, o artefato pode sofrer alterações não somente em sua forma externa, mas também no seu significado para os grupos. As diferentes interpretações podem gerar conflitos difíceis de resolver tecnologicamente. No caso da bicicleta, por exemplo, um problema presente era a necessidade de desenvolver uma bicicleta que as mulheres, com suas vestimentas<sup>5</sup>, conseguissem guiar de forma decente (PINCH; BIJKER, 1987). A Figura 4 representa o processo de construção social da tecnologia em três níveis de análise: os grupos sociais relevantes, os problemas percebidos por estes e as soluções geradas para tais problemas pelos grupos sociais relevantes.

Durante o período de negociação, o artefato passa por um processo de seleção, onde algumas ideias iniciais “sobrevivem”, enquanto outras desaparecem. As opiniões inicialmente apresentadas vão sendo reavaliadas pelos grupos e tendem a um processo de estabilização. Após este estágio

---

5 Na época da construção da bicicleta, descrita por Pinch e Bijker (1987), as vestimentas femininas eram predominantemente compostas por saias e vestidos. Isto dificultava a utilização das bicicletas por elas.

**Figura 4:**  
Construção social da tecnologia



Fonte: Adaptado de Bijker (1995)

de convergência de opiniões, o processo de construção do artefato começa a caminhar para um fechamento da situação de conflito (FERTRIN, 2008).

Conforme Bijker (1995), enquanto o conceito de estabilização é mais influenciado pelos princípios da semiótica, o conceito de fechamento tem uma origem no interacionismo social, como veremos a seguir.

## ***Fechamento***

O fechamento ocorre quando os problemas dos grupos são solucionados e os grupos alcançam um consenso sobre um determinado formato da tecnologia. Conforme Bijker (1987), existem dois mecanismos de fechamento:

- a) **fechamento retórico:** envolve a estabilização do artefato e o “desaparecimento” do problema, porém não significa que a controvérsia tecnológica tenha sido resolvida pelo senso comum. Quando os grupos sociais veem o problema como sendo resolvido, a necessidade por outras alternativas diminui; e a
- b) **redefinição do problema:** ocorre quando aparece um novo elemento na história, redefinindo os problemas e resolvendo a questão. No foco dos conflitos, uma alternativa tecnológica pode ser estabilizada se inventando um novo problema, que é resolvido pela mesma.

O processo de construção sociotécnica, por meio do qual artefatos tecnológicos vão tendo suas características definidas mediante uma negociação entre grupos sociais relevantes, depois de passar por uma situação de “estabilização” chegaria a um estágio de “fechamento” (BIJKER, 1995). Neste estágio, diminui drasticamente a flexibilidade interpretativa e alguns significados originais desaparecem. Segundo Bijker (1995), quando o consenso entre os diferentes grupos sociais relevantes sobre o

significado de um artefato tecnológico emerge, diminui o “pluralismo de artefatos”. Da multiplicidade de visões inicial emerge um consenso entre os grupos sociais relevantes, que faz diminuir a possibilidade de uma inovação radical.

Todavia, nesta abordagem teórica, o fechamento não é permanente. Novos grupos sociais podem formar e reintroduzir flexibilidade interpretativa, causando uma nova rodada de conflitos e debates sobre uma tecnologia. Desta forma, a contingência e a precariedade são inerentes ao processo de construção social de artefatos e sistemas tecnológicos.

Entretanto, apesar de a abordagem construtivista trazer para discussão essa mútua influência entre sociedade e tecnologia, Dagnino (2008) chama atenção para as questões relacionadas às assimetrias entre os grupos sociais. Ele acredita que um grupo mais poderoso pode forçar outros envolvidos a aceitarem o fechamento de um artefato tecnológico conveniente a ele. Assim, fechamento e consenso em torno de um projeto final só podem ser explicados considerando-se às relações de poder entre grupos.

Além destas assimetrias, questões relacionadas à neutralidade técnica, à autoridade científica, à participação, entre outras, têm sido trazida para debate entre os autores críticos à CST, conforme observaremos na próxima seção do texto.

## **Críticas à teoria da Construção Social da Tecnologia**

O desenvolvimento tecnológico tem sido considerado por alguns autores como um processo pouco participativo. Neste sentido, uma postura mais crítica tem se formado, reivindicando a formulação de propostas mais democráticas e a abertura da caixa preta da tecnologia.

Winner (1986), um dos pesquisadores mais conhecidos dentre os críticos do construtivismo da tecnologia, argumenta que máquinas, estruturas e sistemas devem ser julgados, não apenas por suas contribuições à eficiência e à produtividade e por seus efeitos ambientais positivos ou negativos, mas também pela forma em que podem incorporar formas específicas de poder e autoridade.

Os sistemas técnicos influenciam sobremaneira nas determinações da política, influenciando profundamente a forma como se dá o exercício do poder e a experiência da cidadania. Conforme o autor, o Construtivismo não considera as implicações sociais do desenvolvimento tecnológico, que molda a consciência e a vida das pessoas, mas contempla apenas o *status quo* e suas injustiças, sem se pronunciar sobre os modelos sociais e tecnológicos sob estudo, apresentando, assim, uma visão “insípida” em termos de política (WINNER, 1993).

De certa forma, Winner (1986) acredita que o Construtivismo ignora a questão de como algumas escolhas são feitas em detrimento de outras opções. A crítica

realizada à CST é por considerar que ela não consegue olhar as razões por detrás dos artefatos técnicos para enxergar as circunstâncias sociais de seu desenvolvimento, aprovação e uso. Segundo o autor, há boas razões para se acreditar que a tecnologia, em si, possui algum conteúdo político. Por esse motivo, e com base nas contribuições de vários autores, propõe o que denomina a teoria política da tecnologia.

Contudo, Winner (1986) alerta para a questão da assimetria presente na construção da tecnologia. Segundo o autor, os artefatos tecnológicos podem ser utilizados como forma de aumentar o poder, a autoridade e o privilégio de alguns grupos sociais sobre outros. Pensar a construção social da tecnologia demanda questionar quem são os grupos sociais que estabelecem a agenda e quais são seus interesses, pois no jogo de interesses entre os grupos para definição da forma final do artefato, nem sempre os grupos mais atingidos são os que mais participam do processo decisório. Neste sentido, alguns mecanismos, para estimular a aproximação do público nos processos de negociação, podem ser adotados pelos grupos, principalmente, pelo poder público.

David e Ruth Elliott (1980) invocam o conceito de sociedade tecnológica e propõem que é preciso analisar não apenas como a tecnologia afeta a sociedade, mas como a sociedade influi na tecnologia em uma relação recíproca, envolvendo todos os outros componentes sociais, como a economia, o sistema produtivo e a cultura. Conforme Dagnino (2008), as tecnologias podem ser centralizadoras

ou descentralizadoras, igualitárias ou não, repressivas ou libertadoras, dando origem a uma situação em que a flexibilidade permitida é menor do que na maioria dos casos mencionados. Neste sentido, o entendimento da tecnologia deve ser sempre contextual, cada sociedade produz seus significados da técnica.

O arcabouço da apropriação tecnológica fornece questões inspiradoras à crítica, por parte dos grupos socialmente marginalizados contra a dominação hegemônica do discurso tecnocientífico e sua aplicação pelos que possuem maior poder social. Esta corrente busca, ainda, identificar de que forma os grupos não-relevantes participam da produção de ciência e tecnologia e objetiva desafiar o uso da tecnologia original por não-profissionais (EGLASH et al., 2004). Na construção de novas tecnologias as tensões estão sempre presentes.

Segundo Hughes (1987), principal representante da tecnologia como sistema, as relações raramente se estabelecem de forma natural, mas, pelo contrário, são quase sempre permeadas por conflitos e negociações. A produção de tecnologia em um parque científico é constantemente reconfigurada pelas negociações dos grupos sociais envolvidos e o aparecimento das contingências moldam o planejamento durante o processo.

Winner (1986) considera que no interior de um mesmo complexo de tecnologia podem existir alguns aspectos flexíveis em suas possibilidades para a sociedade ao lado de outros completamente “intratáveis”. E que, coerentemente

com sua preocupação com a “avaliação tecnológica”, para entender quais tecnologias e em que contextos devem ser adotadas, é necessário estudar os sistemas técnicos específicos, sua história, além das possíveis implicações técnicas e sóciopolíticas de sua adoção, implementação e difusão.

Recuperamos, então, a visão construtivista de Feenberg (1999), como referência para podermos entender o caráter político que envolve as tecnologias. O autor enfatiza que o desenvolvimento tecnológico é controlado pelo homem e que o mesmo encapsula valores e política e por isso deve ser aberto para o controle democrático e para a intervenção. A tecnologia, para o autor, é o resultado de negociações políticas que levam à produção e uso.

## **Considerações finais**

A construção social da tecnologia é uma teoria baseada em estudos empíricos que tentou sair do essencialismo tecnológico presente na maioria dos estudos sobre tecnologia, mostrando a importância dos grupos que opinaram ou tiveram voz na construção de artefatos e sistemas tecnológicos. Entretanto, a importância de se questionar como ficam os grupos que não participaram do processo de construção das tecnologias vem à tona quando observamos que se permanecermos incentivando a participação dos grupos que já foram, de certa forma, contemplados anteriormente, contribuímos para a

perpetuação de tecnologias elitizantes, que são fruto de uma mentalidade conservadora que prima pelo o *status quo*.

Como nos lembra Feenberg (1999), em muitos casos as complexidades dos sistemas tecnológicos são usadas para concentrar poder dentro de pequenos grupos de elite tecnológica, financeira e política e para privar grupos mais abrangentes de cidadãos de participar do desenvolvimento das tecnologias, decidindo o papel que a mesma tem em nosso cotidiano.

Questões políticas, que vieram como base para uma não essencialização da tecnologia na teoria estudada, nos pareceram ser tratadas de forma superficial, pois não responderam ao estreitamento teórico das noções que envolvem os estudos *mainstream* na área. Nossa proposta é que a política que envolve o desenvolvimento das tecnologias seja construída a partir das demandas dos grupos sociais, de maneira mais abrangente, por um lado, e, por outro lado, de forma mais específica, no que se refere à adequação de tecnologias, de acordo com a sua utilização pelos grupos.

Então, o que deve ser colocado na agenda de uma construção sociopolítica da tecnologia, que será tratada nos próximos capítulos do livro, é a noção de conflitividade do campo social dos grupos, e, também a noção do contexto da formação e apropriação das tecnologias. Devemos viabilizar tecnologias voltadas às necessidades sociais específicas negligenciadas pelo ambiente capitalista dominante. Partimos do princípio que as tecnologias são moldadas pela sociedade e vice-versa, rejeitando o determinismo

tecnológico, e propomos a reflexão do desenvolvimento tecnológico e de sistemas condizentes com a realidade nas quais os mesmos operarão.

## **Referências**

BENAKOUCHE, Tamara. **Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico.** In: DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rogério. L. L. (Org.). *Redes, sociedades e territórios.* 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 79-106.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BIJKER, Wiebe. E. **Of bicycles, bakelites, and bulbs: toward a theory of sociotechnical change.** Cambridge: The MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_. BAL, Roland; HENDRIKS, Ruud. **The paradox of scientific authority: the role of scientific advice in democracies.** Cambridge: MIT Press, 2009.

\_\_\_\_\_. LAW, John. (Eds). **Shaping technology/building Society: studies in sociotechnical change.** Cambridge MA: MIT Press, 1992.

CRESPI, Franco; FORNARI, Fornari. **Introdução à sociologia do conhecimento.** Bauru: Edusc, 2000.

COWAN, Ruth S. **More work for mother.** New York: Basic Books, 1983.

DAGNINO, Renato P. **Um debate sobre a tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico.** Campinas: Editora Unicamp, 2008.

DUSEK, Val. **Filosofia da tecnologia.** São Paulo: Loyola, 2009.

EGLASH, Ron; CROISSANT, Jennifer L.; CHIRO, Giovanna D.; FOUCHÉ, Rayvon (eds.). **Appropriating technology: vernacular science and social power.** Saint Paul: University of Minnesota Press, 2004.

ELLIOTT, David; ELLIOTT, Ruth. **El control popular de la tecnología.** Editorial Nueva Sociedad, 1980, (Colección Tecnología y Sociedad).

ELLUL, Jacques. **The technological system.** New York: Continuum, 1980.

FEENBERG, Andrew. **Questioning technology.** New York: Routledge, 1999.

FERTRIN, Rebeca B. **O processo de construção social da tecnologia: o caso do projeto habitacional Jardim dos Lírios.** Dissertação (mestrado em Política Científica e Tecnológica da Universidade de Campinas) – UNICAMP, Campinas, 2008.

INNIS, Harold A. **Empire and communications.** Oxford: Clarendon Press, 1950.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In Tadeu, T. (org). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HUGHES, Thomas. P. **Networks of Power: Electrification in Western Society, 1880-1930.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. The evolution of large technological systems. In: BIJKER, Wiebe E.; HUGHES, Thomas P.; PINCH, Trevor J. (Eds.) **The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology.** Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1987, p. 45-74.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. (Publicação original: 1979)

LIMA, Karina M. de. Determinismo tecnológico. In: INTERCOM, Campo Grande – MS, 2001. Anais, 2001.

MACKENZIE, Donald; WAJCMAN, Judy (Eds.). **The social shaping of technology**. Buckingham: Open University Press, 1999.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1971.

MARÇAL, Maria C. C.; MELLO, Sérgio C. B. de; CORREA, Maria I. de S. As crises silenciadas pela modernidade e pelas tecnologias da cultura da virtualidade real. FAMECOS. p. 249-263, 2012.

MASSEY, Doreen; QUINTAS, Paul; WIELD, Dativ. **High tech fantasies: science parks in society, science and space**. London: Routledge, 1992.

PINCH, Trevor; BIJKER, Wiebe E. The social construction of facts and artifacts: or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other. In: BIJKER Wiebe E.; HUGHES, Thomas P.; PINCH, Trevor J. (Eds.) **The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987, p. 17-50.

POSTMAN, Neil. **Technology: the surrender of culture to technology**. New York: Knopf, 1992.

VIRILIO, Paul. **Guerra e cinema**. São Paulo: Boitempo, 2005.

WINNER, Langdon. **Autonomous Technology: technic`s-out-control as a theme in political thought**. Cambridge: MIT Press, 1977.

\_\_\_\_\_. Do artifacts have politics?. In: WINNER, L. **The whale and the reactor: a search for limits in an age of high technology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986, p. 19-39.

\_\_\_\_\_. Social constructivism: opening the black box and finding it empty. **Science as culture**, v. 16, p. 427-452, 1993.

## CAPÍTULO 3    **A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe**

Cédrick Cunha Gomes da Silva

Marcela de Moraes Batista

Sérgio C. Benício de Mello

Ao desenvolvermos estudos sobre a construção social de sistemas tecnológicos, devemos considerá-los como pertencentes a um campo de lutas políticas inseridas em uma realidade de natureza complexa. De fato, esta é constituída por jogos de linguagem compostos por uma variedade de discursos em lutas hegemônicas pela significação desses sistemas.

Passamos, então, a considerar uma paisagem ampla do fenômeno que nos propomos analisar com esse tipo de abordagem, assim como das relações políticas e de poder envolvidas na construção de sistemas tecnológicos. Nesse momento, tentaremos esclarecer ao leitor outros aspectos teóricos da abordagem proposta ao longo deste livro. O objetivo deste capítulo é apresentar como uma teoria da hegemonia, baseada no conceito gramsciano, tem sido utilizada nas ciências sociais. Focamos aqui na abordagem discursiva da Teoria do Discurso (TD) desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, principalmente, em seu livro *Hegemony and Socialist Strategy*, de 1985. Para tal, nos concentramos nas tradições do estruturalismo,

pós-estruturalismo e pós-marxismo. Neste caso, tratamos das principais fontes filosóficas e teórico-metodológicas que contribuíram, totalmente ou parcialmente, para o desenvolvimento dessa teoria. Abordamos trabalhos como os de Ferdinand de Saussure, Jacques Derrida, Michel Foucault, Jacques Lacan, Roland Barthes, Louis Althusser, Karl Marx e Ludwig Wittgenstein. Em capítulo subsequente, será apresentada uma aproximação entre a CST e a TD.

Inicialmente, discutiremos os pressupostos filosóficos que fundamentam a TD, passando pela abordagem desconstrutiva de Derrida, a contribuição de Saussure à linguística estruturalista e a abordagem psicanalítica de Lacan. Para Laclau e Mouffe (1985), a desconstrução, o pós-estruturalismo e a teoria lacaniana foram decisivos na formulação de sua abordagem da hegemonia. A perspectiva desconstrucionista contribui para a abertura do campo discursivo, gerando novas possibilidades de interpretações para determinado fenômeno, mesmo onde as práticas hegemônicas procuram estabilizar significados de modo a gerar uma ordem soberana. A concepção desenvolvida por Derrida de uma lógica da decisão impossível<sup>1</sup> é considerada fundamental para Laclau e Mouffe. A hegemonia pode, dessa forma, ser considerada como “uma teoria da decisão

---

1 O termo em francês *indécidabilité*, inicialmente tratado por Derrida (1978; 1988), foi traduzido em inglês como *undecidability*, entretanto, como não possui referente em português está sendo tratado aqui como **decisão impossível**. Para Derrida, na ausência de um significante transcendental as formas de sentido ou de significar permanecem infinitas, porém não de forma caótica. Essa decisão impossível previne o fechamento último da estrutura.

tomada em um terreno de decisões impossíveis” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. xi).

As origens estruturalistas da teoria do discurso residem, em grande parte, nos trabalhos de Saussure. Em sua linguística estrutural, a linguagem é tratada em torno dos conceitos de significante e significado (HOWARTH, 2000). O primeiro se refere a uma palavra ou termo, enquanto o segundo representa a imagem mental e atribuição articulada à expressão verbal ou escrita. Por exemplo, o significante “gato”, no senso comum, é significado mentalmente por uma imagem física de um animal peludo de quatro patas, que mia. Comumente, entende-se que as palavras refletem uma realidade fora da linguagem. Saussure, no entanto, argumenta que não existe uma conexão natural entre a existência física de um gato e a palavra utilizada para nomeá-lo. O que compreendemos quando outros dizem “gato” resulta de uma convenção social que nos diz que a palavra “gato” se refere a um animal de quatro patas, que mia. A relação entre significante e significado é, na concepção saussuriana, completamente arbitrária. Os elementos de linguagem são convencionalmente e culturalmente fixados com sentidos, tornando-se signos.

Na teoria lacaniana, por sua vez, dois aspectos foram apropriados pelos teóricos do discurso. Primeiro, passou-se a explorar o conceito de **ponto nodal**, tratado por Lacan (1993) como *quilting point* ou no francês *le point de capiton*. Ou seja, um tipo de elemento referencial ou central em determinados contextos e campos discursivos que assume

uma função universal de estruturação. As lutas hegemônicas se dão pelo poder de significar esse elemento. Esse conceito é abordado em uma seção dedicada às categorias analíticas da TD. Segundo, que a centralidade da categoria de identificação tornou-se possível pela noção lacaniana de sujeito anterior à determinada subjetivação (LACLAU; MOUFFE, 1985). Dessa forma, as transições hegemônicas passaram a depender de articulações político-hegemônicas em certo campo político. Nas palavras de Laclau e Mouffe (1985, p. xii), o privilégio “do momento político na estruturação da sociedade é um aspecto essencial de nossa abordagem”.

Após tratar dessas e outras fontes filosóficas, traçamos um debate sobre os conceitos-chave ou o que denominamos dispositivos teórico-metodológicos e as categorias analíticas da TD. Com esse conjunto de conceitos torna-se, então, possível a análise política e social numa abordagem pós-estruturalista e pós-marxista. Dedicamos uma subseção para discutir um pouco mais sobre a contribuição de Foucault para o desenvolvimento da TD, principalmente com suas abordagens arqueológica e genealógica do discurso. Por fim, apresentaremos algumas das críticas direcionadas, por exemplo, à tradição marxista e ao estruturalismo.

Não temos com esse capítulo o objetivo de esgotar a discussão sobre a TD e seus conceitos-chave, até porque cada um deles constitui um longo processo de construção e reflexão filosófica. Em vez disso, buscamos apresentar

sucintamente as bases que fundamentaram essa teoria e alguns dos conceitos que a constituem. No capítulo 4, discutiremos a forma de racionalidade adotada no desenvolvimento de pesquisas nesse campo de conhecimento.

## **Perspectivas filosóficas da Teoria do Discurso**

A Teoria do Discurso, concebida na análise política ligada à noção de hegemonia, possui centralidade em sua percepção de discurso, com raízes em alguns dos principais desenvolvimentos filosóficos do século passado. Por exemplo, a filosofia analítica, a fenomenologia e o estruturalismo. Contudo, para Laclau e Mouffe (1985), elementos ligados a essas correntes (respectivamente, referente, fenômeno e signo), estão atrelados a uma ilusão de que seja possível o acesso às coisas como elas são em si mesmas. Essa ilusão foi superada à medida que se passou a considerar que as mediações discursivas são constitutivas, em vez de simples derivações de algo. Segundo Laclau (2005, p.1), “isto é o que aconteceu na filosofia analítica com o trabalho do Wittgenstein tardio, na fenomenologia com a analítica existencial de Heidegger, e no estruturalismo com a crítica pós-estruturalista do signo (Barthes, Derrida, Lacan)”.

De forma analítica, Laclau (2005) diferencia a tradição estruturalista do século XX em três momentos. Num primeiro, temos o fundador da linguística estrutural, Saussure. Para Laclau (p. 2), três distinções básicas compõem o trabalho desse linguista e filósofo suíço:

1) *langue* (o tesouro da linguagem depositado na mente do falante) e *parole* (os casos individuais de uso da linguagem); 2) significante (fluxo de sons) e significado (conceito), que juntos constituem o signo, que é a unidade fundamental de análise linguística; 3) sintagma (relações de combinação entre os signos) e o paradigma (relações de substituição).

Dois princípios também contribuiriam para fundamentar a obra de Saussure. Um que se refere a sua consideração de que na linguagem existem apenas diferenças, passando a desconsiderar possível a existência de termos positivos. Ou seja, é por meio das diferenças com outros que os termos são significados. Outro princípio desse pensamento rege que os relacionamentos entre os termos se dão por meio de regras de combinação e substituição, independentemente de seus conteúdos materiais. Contudo, ao considerar isso, Laclau (2005) afirma que a linguagem seria apenas forma e não substância. Ao tratar a linguagem apenas como forma, ignora-se a diferença entre som e conceito. Assim, Laclau aponta a existência de um isomorfismo entre significante e significado. Para ele, à medida que significante e significado tornam-se indistinguíveis, a noção de signo, fundamental para o estruturalismo, entra em colapso.

É apenas em um segundo momento, atrelado à radicalização do formalismo estrutural, que Laclau (1993; 2005) localiza a superação dessas inconcistências. Hjelmslev (1975), por exemplo, aponta que a solução consiste no

isolamento de unidades menores do que a palavra. Sons que compõem uma palavra podem ser subdivididos em fonemas. Ou seja, sons individuais. Considerando o mesmo com a ordem do significado é possível uma descrição formal da linguagem, passando a não existir o isomorfismo entre essas unidades menores (LACLAU, 2005). Essa mudança possibilita, então, a análise estrutural da vida social e o desenvolvimento da abordagem semiológica generalizada, a exemplo, de Barthes.

Foi apenas em um terceiro momento que ocorreu a transição para o que chamamos pós-estruturalismo. Este se referindo à crítica àquela noção de totalidade fechada do estruturalismo clássico. Para mencionar algumas das correntes mais importantes dentro desta tendência, Laclau (2005) se refere às críticas de Barthes sobre a separação estrita entre conotação e denotação; a noção de Derrida da escritura e a crítica da lógica de complementaridade que o acompanha; e, a lógica de Lacan sobre o significante, o que põe radicalmente em questão a relação entre significante e significado. Esta última concebe o que os separa não apenas como um elo que torna a significação possível, mas também como seu obstáculo.

Ao construir seu pensamento em torno da teoria da hegemonia, Laclau (1999) afirma desenvolver uma combinação entre diversas tradições de pensamento que surgiram de diferentes direções, mas que, estrategicamente, podem convergir para uma forma de análise política pós-estruturalista. Laclau utiliza da articulação como uma

abordagem estratégica que caracteriza a combinação de campos como a filosofia, ciência e a prática e teoria política. Ele procurou, com isso, combinar várias teorias pós-estruturalistas, “não apenas o pós-estruturalismo” (p. 159). Neste ponto, Laclau considera a abordagem de Wittgenstein de extrema importância.

Laclau e Mouffe (1985) rejeitam a distinção entre as práticas discursivas e não-discursivas. Para eles, tudo é constituído discursivamente dentro de suas condições de emergência. Não se nega a existência de algo além do pensamento. Contudo, isto só se torna real e significativo no campo discursivo. A construção desse argumento está atrelada aos trabalhos de Wittgenstein sobre os jogos de linguagem. Neste último, os elementos linguísticos e não-linguísticos não são justapostos, mas, segundo os autores, constituem “um sistema diferencial e estruturado de posições” (p. 108). Dessa forma, esse sistema passa a representar um discurso.

A abordagem desconstrucionista de Derrida, como vimos, possibilitou dar centralidade no discurso à lógica da decisão impossível. No desenvolvimento, por exemplo, da ideia de democracia radical, Laclau e Mouffe (1985) empreendem uma desconstrução das categorias marxistas com o objetivo de ir além do próprio marxismo. Os autores procuram reinterpretar essas categorias a partir de seus contextos fundadores e suas condições de emergência. A desconstrução tem como objetivo abrir o campo discursivo para reinterpretações e novas significações. Ela desconstrói

as estruturas discursivas que constituem nossa “realidade natural”, de modo a revelar os processos políticos que lhe precederam.

No desenvolver de sua abordagem teórica, Laclau tem apontado que o conceito de hegemonia tornou-se fundamental para a análise política. A centralidade das relações hegemônicas em sua teoria do discurso resulta da constante busca por uma completude. Entretanto, com base na articulação entre diversos teóricos, como Gramsci, Derrida e Lacan, podemos concluir que tal fim não pode ser alcançado totalmente. Afinal, essa noção de plenitude só é possível em torno de certas particularidades que temporariamente assumem esse papel estruturado (LACLAU; MOUFFE, 1985). Tratadas anteriormente como combinação e substituição, as considerações sobre equivalência e diferença passam a constituir a vida política. Concluindo, se nenhuma identidade pode ser tratada como fechada em si mesma, mas participa de constantes deslocamentos ao longo de cadeias equivalenciais, se constituem, então, por meio de processos tropológicos que não se referem a qualquer fundamento transcendental final (LACLAU, 2005).

## **Fundamentos teórico-metodológicos da Teoria do Discurso**

Como apontam Laclau e Mouffe (1985), alguns fatores históricos e sociais influenciaram diretamente na construção da TD. Esta foi desenvolvida nos anos próximos ao fim da

guerra fria, ao ruir do sistema soviético sucumbido pela força capitalista, e de um dos seus maiores símbolos, o muro de Berlin (derrubado em 1989). A sociedade testemunhou neste processo o surgimento de uma gama de movimentos sociais que mudaram o jeito de as pessoas verem o mundo e agirem nele. Não era mais possível compreendê-lo dividido em dois grandes blocos. Diante dessas transformações, Laclau e Mouffe procuraram dar embasamento teórico e ideológico para o novo mundo que se apresentava, já que as teorias tradicionais não eram mais capazes de compreender e justificar as mudanças sociais que emergiram neste período (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Com base na combinação e modificação de elementos do marxismo e estruturalismo, a TD possibilita formas de se pensar e estudar as significações presentes no processo de formação ou construção social (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). Esta abordagem tem sido descrita de diversas formas. Howarth e Stavrakakis (2000) tratam a TD como uma fusão dos recentes desenvolvimentos marxistas, pós-estruturalistas e da teoria psicanalítica e pós-analítica. Andersen (2003) a considera como uma genealogia da hegemonia que reinterpreta alguns trabalhos de Michel Foucault. Ele afirma que a TD desenvolve uma tensão entre a desconstrução e a hegemonia enquanto lógica básica da teoria. Laclau (2000a), por sua vez, entende a TD como uma desconstrução da tradição marxista.

O discurso, na TD, passou, então, a ser visto como um elo com o fator social, estando atrelado aos sentidos e

significados. A subjetividade política do indivíduo muda e acompanha as consequências da nova ordem imposta pelas mudanças da economia e da sociedade (LACLAU; MOUFFE, 1985; JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). Para a TD todas as ações e objetos são significativos, onde seus significados são concebidos por meio de sistemas de regras específicas, contingenciais e históricas, nunca alcançando um significado último (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000). Os discursos são construídos social e politicamente, estabelecendo um sistema de relações entre objetos e práticas. Ele possibilita o desenvolvimento de posições de sujeito nas quais os sujeitos sociais podem se identificar.

Em alguns desses aspectos, Laclau e Mouffe utilizaram de algumas ideias desenvolvidas por Michel Foucault. Este último se tornou figura importante no pensamento contemporâneo, passando a ser citado, comentado e modificado nas abordagens da teoria e análise do discurso. Procuramos, nesse momento do texto, apresentar ao leitor contribuições da obra de Foucault para o desenvolvimento da TD. Assim como, questões criticadas por Laclau e Mouffe.

Os estudos de Foucault podem ser divididos em dois momentos principais: a primeira fase é chamada de arqueológica e a segunda é conhecida como a fase genealógica. A formulação de sua teoria do discurso faz parte da primeira fase, onde ele procurou estudar as regras que são responsáveis pela determinação de quais enunciados seriam concebidos como verdadeiros e aceitos em determinado contexto histórico (MILLS, 2003). Mesmo

havendo uma infinita possibilidade de construção de sentenças, apenas algumas formas repetitivas e similares seriam aceitas como significativas e verdadeiras, deixando uma grande quantidade de enunciados de fora. Porém, mesmo os enunciados que são considerados falsos e insignificantes, continuam a fazer parte do que o autor denomina como campo discursivo. Afinal, o que é visto em um período histórico como falso pode se tornar verdadeiro em contextos e épocas diferentes.

Na fase genealógica, Foucault direcionou seus estudos em outra vertente, resultando no desenvolvimento de uma teoria do poder/conhecimento. Para ele, o poder não está relacionado apenas à sua forma repressiva, mas, sim, a uma forma produtiva de discurso, conhecimento, subjetividades etc. Desse modo, o que Foucault entende como poder não está vinculado apenas a um indivíduo ou grupo particular, está disseminado em diferentes práticas sociais (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002; MILLS, 2003). Essa fase genealógica está preocupada principalmente com a centralidade do poder e da dominação na constituição dos discursos, identidades e instituições presentes na sociedade (HOWARTH, 2000).

Poder na abordagem de Laclau e Mouffe é similar aos seus conceitos de político e objetividade. Assim como, similar ao conceito desenvolvido por Foucault, no qual é entendido como produtor do social. O poder é então responsável pela criação de conhecimentos e identidades. Além, claro, das formas com que os indivíduos se relacionam

com grupos ou outros indivíduos. Tudo isso considerado em certo momento histórico, podendo sofrer mudanças nos diferentes contextos e épocas.

Foucault dedicou-se a investigar as estruturas de diferentes regimes de conhecimento nos quais é determinado o que é verdadeiro ou falso. Para ele, o discurso é concebido como limitado e limitante do que pode ser enunciado ou aceito como significativo (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). Discurso representa um conjunto limitado de declarações que fazem parte de uma mesma formação discursiva. Sendo assim, o discurso não representa uma forma ideal, mas uma construção histórica e temporária (FOUCAULT, 1972). Ao apresentar a ideia de que o sujeito é criado por meio dos discursos, Foucault desconstrói a premissa tradicional da plena autoconsciência. Aquela na qual o sujeito agiria de forma racional e intencional na construção de seus enunciados e outras formas de ação.

Laclau e Mouffe rejeitam, contudo, a ideia de Foucault de que em determinado período histórico apenas um único regime de conhecimento pode ser identificado. Para os autores, é possível identificar diferentes formas de discursos coexistindo, competindo e conflitando entre si, na busca de definir qual será o responsável por determinar o que é verdadeiro, assim como a forma como subjetivamente a realidade será construída.

Outro ponto em que Laclau e Mouffe discordam de Foucault está relacionado à distinção que o mesmo faz

entre o discursivo e o não discursivo. Como observamos na seção sobre as perspectivas filosóficas da TD, para Laclau e Mouffe, nada pode ser pensado ou definido fora do campo discursivo. Os autores exemplificam esse argumento, afirmando que um terremoto pode ser concebido em termos de um fenômeno natural ou mesmo como resultado da ira de Deus, dependendo de qual campo discursivo se apresenta e no qual é estruturado. Eles defendem que não contrariam a ideia de que o terremoto existe em um plano fora do pensamento, mas, sim, a concepção de que esse pode se constituir como objeto fora de qualquer condição discursiva de emergência (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Para entendermos melhor essa teoria, torna-se indispensável, mesmo de forma breve, elaborar uma apresentação dos conceitos teórico-metodológicos tratados aqui como fundamentais para a TD. Vale ressaltar que todos estão de algum modo interligados e remetem aos outros na construção e operacionalização da teoria do discurso. Esta seção está dividida em três momentos. Primeiro, são apresentados os dispositivos teóricos da TD. Dedicamos um segundo momento para tratar do que denominamos como categorias analíticas da teoria do discurso.

### ***Dispositivos teóricos***

Tratamos aqui, dos principais conceitos que servem de base para a análise política na abordagem da teoria do discurso. Além do conceito de hegemonia, apropriado por Laclau e Mouffe dos trabalhos de Gramsci, temos outros

como: ideologia, discurso, antagonismo social, cadeias de equivalência e diferença, fronteiras políticas, identidade, articulação, posição de sujeito, deslocamento, poder e, claro, os conceitos de mito e imaginário social.

### **a) Da ideologia ao discurso**

O termo ideologia pode ser visto como uma ciência focada nas ideias. Contudo, esse conceito não é fechado em uma só definição, podendo ser uma atividade filosófico-científica, um conjunto de ideias de uma época ou uma opinião geral. A ideologia passa a ser algo importante para a sociedade, já que expressa os desejos, anseios, ideias, sonhos, opiniões. Desse modo, tais fatos devem ser levados em consideração, passando a considerar os indivíduos enquanto seres ideológicos (CHAUÍ, 1995).

Para o marxismo, a ideologia é detentora de um significado próprio. Passando a retratar as ideias dominantes, a ideologia é vista como um reflexo dos interesses das classes que determinam o fator econômico (STODDART, 2007). Para a TD, a ideologia é um dos pilares da sociedade, devendo ser analisada como tal. Ou seja, como um discurso no qual se pode elencar quais são as principais relações que permanecem desiguais, as interseções entre os tratos da produção social do conhecimento, as relações de conflitos e hegemonias. Por fim, a ideologia é um campo fértil de discursos a serem analisados (STODDART 2007; LACLAU; MOUFFE, 1985).

O discurso é um elemento extremamente importante para a teoria de Laclau e Mouffe. Pode ser descrito como uma prática articulatória utilizada pelo indivíduo para interagir com o mundo. Ele passa a estabelecer ligações entre as identidades e os significados dos sujeitos, mostrando como estes dão sentido às suas vidas (LACLAU; MOUFFE, 1985).

O discurso é tratado em algumas abordagens como um simples ato de fala. Na TD, é entendido como uma ideia mais profunda, onde o social pode ser construído mediante processos discursivos. Pode ser visto como a essência de uma ideia, uma análise social de um fenômeno, que produz e reproduz identidades. A TD observa que a linguagem não pode ser separada da prática/ação, analisando-a como uma continuidade de ideias que não podem ser desconectadas (BRINK, 2004). Porém, os discursos não devem ser vistos como uma metanarrativa da história universal, na qual tudo pode ser explicado. Essa era a visão recorrente no marxismo, que não se ajusta mais à realidade pós-moderna. De acordo com Laclau (1983, p.31):

Ao invés de encarar o sujeito como uma fonte que forneceria um significado ao mundo, se vê cada **posição** de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura. A esta estrutura ou conjunto de posições diferenciais damos o nome de **discurso**.

O discurso é entendido como algo que possui significado social, deixando de ser apenas atos de fala e

passando a possuir sentidos mais amplos e complexos, onde o significado social só teria sentido por meio do discurso (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). Discurso passa a ser cada vez mais atrelado à história socioconstrucionista do ser humano, deixando de ser uma metanarrativa universal. A ideologia de Marx sobre o ser social foi rompida por Laclau e Mouffe e com eles surgiu a teoria do discurso.

### **b) Articulação e identidade política**

A TD procura investigar e analisar como as práticas sociais formam sistematicamente as identidades dos sujeitos e dos objetos. Este processo é possível por meio da articulação e rearticulação entre vários elementos significantes e contingenciais pertencentes e disponíveis a um campo discursivo (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000). Na sociedade dita pós-moderna, igualmente, na concepção de Laclau e Mouffe, as identidades criadas ou construídas por meio das articulações podem alcançar determinado grau de estabilidade, permanecendo fixas por algum período. Ou seja, as identidades podem apresentar significados ou sentidos parcialmente fixos em um momento sociohistórico.

A identidade política em teorias clássicas era dividida em dois blocos bem distintos: de um lado estava o socialismo com sua busca pela igualdade, do outro o capitalismo com sua busca pelo lucro sem medidas. Uma pessoa ou país não podia ter ao mesmo tempo os dois tipos. Com o fim do comunismo, a consolidação do capitalismo, as mudanças sociais e as novas tecnologias, entretanto, os sujeitos

tornaram-se cada vez mais fragmentados em identidades políticas. A identidade se tornou algo complexo e plural, múltiplo e multifacetado, o sujeito passou a ter várias posições e estas influenciam em suas identificações.

Uma articulação pode, então, ser vista como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre os elementos de tal forma que sua identidade é modificada como resultado da prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 105). Na visão de Laclau e Mouffe (p. 113):

A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que parcialmente corrigem significados; e o carácter parcial desta fixação procede da abertura do social, resultado, por sua vez, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade.

Segundo Mello e Silva (2012), as articulações não se restringem aos aspectos ideológicos ou culturais, mas também devem ser pensadas em torno de práticas e instituições materiais. Na concepção da TD, a questão da identidade não está mais relacionada à descoberta do verdadeiro “eu” ou da antes vislumbrada identidade pura ou essencial, mas, de fato, está voltado para a percepção de uma identidade política construída dentro de um jogo de linguagem e que é resultado desse. As identidades, assim como, os discursos que as produzem, são entidades políticas que envolvem antagonismo e o exercício de poder (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

### **c) Da posição de sujeito às lógicas de equivalência e diferença**

A concepção de sujeito desenvolvida por Althusser em seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de estado são de grande utilidade para o entendimento e elucidação do que Laclau e Mouffe (1985) compreendem como posição de sujeito e subjetividade, além de nos encaminhar a uma compreensão do que representa o conceito de deslocamento.

Para Althusser (2007), os sujeitos são construídos por meio de práticas ideológicas. Na visão desse autor, a ideologia existe em um aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material. Práticas estas, que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença.

Partindo do entendimento da ideologia materializada, podemos descrever os mecanismos ideológicos básicos utilizados para “converter” o indivíduo em sujeito, fazendo-o agir por si, combinando efeitos da reprodução material, de reprodução da submissão e do reconhecimento da ordem. Um desses mecanismos básicos apontado por Althusser (2007) é a **interpelação**, que transforma o indivíduo em sujeito, levando-o a se reconhecer como tal. O outro mecanismo decorre e é complemento deste, sendo descrito como **sujeição**, a qual leva o agente social a se reconhecer como sujeito e se sujeitar a um Sujeito absoluto. Dessa forma, os indivíduos reconhecem a “realidade” de existência como sua. Segundo o autor, em cada ideologia ou

em cada aparelho ideológico de estado, o lugar do Sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Nação, etc.

Laclau e Mouffe discordam em alguns pontos das ideias de Althusser. Para eles, a concepção de que as práticas ideológicas possuem certa autonomia quanto à formação social é errônea à medida que contrapõe a premissa de que o conceito de discurso inclui todas as formas de práticas sociais. Continuando nesse debate, os autores concordam com a concepção do sujeito construído por meio dos discursos. Porém, vão adiante ao realizar a distinção entre dois conceitos: **posição de sujeito**, inserida em uma estrutura discursiva, onde o sujeito pode ocupar diferentes posições dependendo dos contextos e das articulações; e, **subjetividade política**, que está relacionada às formas de ação dos sujeitos sociais (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000; LACLAU; MOUFFE, 1985).

Laclau e Mouffe (1985) consideram que a lógica da equivalência é uma lógica de simplificação do espaço político que expande o polo pragmático, reduzindo o número de possíveis posições de sujeito. Para eles, a lógica da diferença representa uma lógica que expande o polo sintagmático, levando a um aumento da complexidade e diversidade das posições de sujeito. Dependendo de quais dessas lógicas são dominantes, o espaço social será dividido de diferentes maneiras. Onde as relações de equivalências predominarem, as interações entre grupos tendem a gerar relações amigos-inimigos. Enquanto que, onde a lógica de diferença prevalecer, a multiplicidade das articulações

e posições de sujeito torna mais difícil a construção desse inimigo (NORVAL, 2000).

Na TD a lógica de equivalência possibilita a criação de identidades equivalentes que expressam uma negação da existência de um sistema discursivo. A lógica da diferença, por sua vez, age de forma oposta ao buscar expandir o sistema de diferenças dissolvendo os canais de equivalência e incorporando elementos desarticulados (LACLAU; MOUFFE, 1985; HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

#### **d) Antagonismo social e fronteiras políticas**

O antagonismo ocorre por meio da negação de significados e opções alternativas. Como identificado por Laclau e Mouffe (1985), “a presença do ‘Outro’ previne que eu seja totalmente eu”. Como os limites e unidade de um sistema discursivo não podem ser construídos com referência a uma essência interna, os antagonismos sociais ocorrem mediante exclusão de uma série de identidades e significados na qual destaca as semelhanças entre os próprios elementos excluídos (TORFING, 2005).

Os antagonismos sociais se revelam a partir da produção de fronteiras políticas que criam figuras simplistas e estereotipadas de amigos e de inimigos. Entretanto, a forma como isso ocorre em uma arena discursiva é elaborada por Laclau e Mouffe (1985) como as lógicas de equivalência e diferença. Segundo eles, os antagonismos não são relações objetivas e não se submetem a nenhum tipo de sistema de regras. Na verdade, devem ser considerados enquanto

relações que revelam os limites de toda objetividade. São esses limites antagônicos que constituem, de fato, a sociedade. Por conta disso, Laclau e Mouffe concedem ao político o status de uma ontologia do social.

Mouffe (2005) faz a distinção entre os conceitos de antagonismo e agonismo, onde o primeiro se refere a “uma relação nós/eles em que os dois lados são inimigos que não compartilham qualquer fundamento” (p. 20), enquanto o último é “uma relação nós/eles em que as partes divergentes, embora reconhecendo que não existe solução racional para o conflito, no entanto, reconhecem a legitimidade de seus adversários” (p. 20). O desafio democrático, na concepção da autora, não é, por conseguinte, erradicar a construção de fronteiras políticas entre os “de dentro” ou “de fora”, mas domar antagonismo no nome do agonismo (MOUFFE, 1993, 2000, 2005).

### **e) Poder e hegemonia**

Um ponto central na Teoria do Discurso é o conceito de hegemonia desenvolvido com base nos trabalhos de Gramsci em torno da distinção entre coerção e consentir como um mecanismo alternativo do poder social. Como demonstrado por Althusser (2007), o termo coerção pode ser entendido como a capacidade repressiva do Estado em gerar ordem por meio da punição à desobediência. Por outro lado, o poder hegemônico age por meio de uma forma de voluntarismo e participação. Nele, os indivíduos são convencidos a seguir o senso comum sobre valores e

normas que permitem o entendimento individual e coletivo da vida cotidiana (STODDART, 2007). A concepção de poder na TD está intimamente relacionada à desenvolvida por Foucault. O conceito de poder também está atrelado, como vimos, aos conceitos de política e objetividade (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Nesta perspectiva, o poder coercitivo está ligado ao Estado, e o poder hegemônico é produzido e reproduzido pelas outras instituições que constituem a sociedade civil. Por exemplo, as igrejas, as escolas e as mídias de massa. Diferente da perspectiva de Althusser, o poder hegemônico aqui não é desenvolvido apenas em termos ideológicos, mas também em termos políticos e culturais.

Laclau e Mouffe (1985) entendem o conceito de hegemonia por meio da desconstrução feita da teoria marxista e dos trabalhos desenvolvidos por Gramsci (visto por ambos como uma grande fonte de inspiração). Porém, a ideia gramsciana de hegemonia está vinculada a preceitos da classe dos proletariados. Nela, o proletariado poderia tornar-se capaz de representar os interesses do povo ou da nação por meio de uma transcendência de seus próprios interesses corporativos. Gramsci manteve a imagem de proletariado como uma classe fundamental para as mudanças sociais e também preservou a premissa de que, em última instância, a economia é o objeto de luta política e determinante da superestrutura. Laclau e Mouffe, porém, descartam algumas dessas premissas, buscando desenvolver um conceito de hegemonia próximo ao trabalho realizado por Wittgenstein.

Eles percebem a hegemonia como uma categoria central da análise política.

Para a Teoria do Discurso aqui descrita, as práticas hegemônicas representam a articulação de diferentes identidades e subjetividades por meio de atividades políticas. Elas fazem parte de um mesmo projeto e objetivam a produção de novas ordens sociais ou novos pontos nodais a partir do deslocamento de elementos ou significantes flutuantes<sup>2</sup> dentro desse sistema, excluindo, desse modo, outras possíveis e potenciais formações hegemônicas (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000; NORVAL, 1996). Estas são compreendidas como os resultados das práticas hegemônicas. Para tal processo ocorrer, duas condições são necessárias: a existência de um campo social atravessado por antagonismos e a presença de elementos que podem ser articulados por meio de projetos políticos opostos.

Política pode ser tratada como uma disputa pela hegemonia discursiva, na qual diferentes sujeitos reivindicam o direito de representar a solução certa para determinado problema (HAJER, 1995). Nessas disputas, os sujeitos procuram reduzir a ambivalência de certo elemento e transformá-lo em um momento. A partir desse processo se alcançará um estado de fixação temporária em um caráter flutuante do significado. Os projetos hegemônicos procuram tecer diferentes ameaças de discursos de modo a dominar um campo de significação (HOWARTH, 2000).

---

2 Conceito descrito na próxima seção sobre categorias analíticas da TD.

Nenhum discurso consegue alcançar o nível hegemônico completo, impossibilitando a existência do antagonismo e do caráter flutuante do campo discursivo. Porém, não podemos negar que o grau de eficiência com que cada prática alcança a hegemonia pode variar. Para justificar isso, é necessário levantar dois conceitos, que são os mitos e os imaginários sociais, que emergem de um deslocamento estrutural. O mito constrói novos espaços de representação na busca da estabilidade ou fixação em um ponto nodal em uma hegemonia, por meio da rearticulação de significantes flutuantes. Ao alcançar um considerável número de demandas populistas e alcançar um determinado nível de estabilidade, o mito passa a ser considerado como um imaginário ou uma possibilidade de desenvolvimento de um campo de inteligibilidade (LACLAU, 1990; HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000; NORVAL, 1996).

#### **f) Mito e imaginário social**

A consideração dos conceitos de mito e imaginário social por parte de Laclau (1990) possibilita o entendimento das formas ideológicas dos discursos. Aquelas que buscam construir a sociedade e a agência social enquanto identidades positivas e completas.

O **mito** ou **espaço mítico** representa uma alternativa frente à forma lógica do discurso estrutural hegemônico, ou seja, o mito se refere a um espaço homogêneo de representação (LACLAU, 1990). É no deslocamento estrutural que se torna possível a emergência do mito. Segundo Torfing

(1999), este pode ser entendido como uma superfície de inscrição ideológica, tendo como função a “sutura do espaço deslocado por meio da constituição de um novo espaço de representação” (p. 115). Podemos defender, então, que o mito tem um papel hegemônico.

Torfin (1999) ainda afirma que o mito pode ser compreendido enquanto uma metáfora para aquela completude que não pode ser alcançada no momento atual. Esse mito, por sua vez, pode se tornar um imaginário social caso a superfície de inscrição ideológica seja hegemônica por aquilo que a compõe. Ou seja, o imaginário constitui um amplo horizonte que promove as condições de sentido e ação.

O mito se torna imaginário quando consegue neutralizar os deslocamentos incorporando um grande número de demandas sociais. Para Laclau (1990), esse imaginário social é um “limite absoluto que estrutura um campo de inteligibilidade” (p. 64). O autor ilustra essa ideia com os exemplos do Iluminismo e do Milênio Cristão.

### ***Categorias analíticas***

Na sua conceitualização de discurso, ou seja, a totalidade estruturada resultante da prática articulatória, e no intuito de justificar também sua concepção de identidade, Laclau e Mouffe (1985) introduzem três categorias, que são somadas à de articulação. Ou seja, os **momentos**, os **elementos** e os **pontos nodais**. Consideramos aqui que esses conceitos representam categorias analíticas, juntamente com as ideias

de **significantes vazio e flutuante, deslocamento e lógicas fantasmática, social e política**. A terminologia apresentada por Laclau e Mouffe serve como parâmetro para a análise discursiva na pesquisa empírica com base na TD. Essas categorias analíticas tornam possível investigar os esforços políticos que buscam fixar significados sociais.

Os momentos podem ser definidos como as posições diferenciais que aparecem articuladas em um discurso. Se reconhecermos que os discursos representam uma totalidade estruturada composta por signos de sentidos parcialmente fixados, podemos considerar os momentos como sendo esses signos pertencentes ao discurso. Os elementos são as diferenças que não se apresentam discursivamente articuladas por razão de seu caráter flutuante adquirido em períodos de deslocamento e crise social. A transição de elementos não-fixos para momentos reflete a fixação parcial de sentidos numa cadeia discursiva. Os pontos nodais, por sua vez, representam pontos de referência em um discurso, sendo responsáveis por gerar convergência dentro de um sistema de significados (LACLAU; MOUFFE, 1985). O ponto nodal nos ajuda a compreender melhor como é possível o surgimento de identidades ou formações sociais se essas são contingenciais e a transição dos elementos para determinados momentos nunca é fixa por completo. Segundo Jorgensen e Phillips (2002), é um signo privilegiado que serve como referência para o ordenamento do processo de significação de outros signos.

Duas categorias analíticas são consideradas de grande importância para a análise política e social com base na TD. Primeiro, os significantes flutuantes que são aqueles sentidos ou diferenças não articulados discursivamente, onde nenhum discurso torna-se hegemônico. Por conta disso, podemos afirmar que os significantes flutuantes são os objetos das disputas políticas que representam, em uma teoria pós-estruturalista do signo, a tentativa de forças rivais em fixar sentidos a configurações significativas particulares. O mito também pode ser entendido como um significante flutuante, pois se refere a uma totalidade que nunca poderá existir. Em segundo lugar, temos os significantes vazios que podem ser compreendidos como aqueles que procuram representar a completude ausente de determinada comunidade em um contexto específico (TORFING, 1999; HOWARTH, 2000; GLYNOS; HOWARTH, 2007). Ou seja, procuram incorporar a unidade dessa comunidade, mesmo sendo impossível sua completude. Apesar de sua particularidade, os significantes vazios agem como portadores de uma significação universal.

Por conta da produção de significantes vazios, a TD considera impossível a ideia de isolamento discursivo (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000). Enquanto os significantes vazios não adquirem sentidos estáveis e coerentes, esses aguardarão tal fixação por intervenções dos pontos nodais (HOWARTH, 2000). Tais considerações são cruciais quando se passa a tratar do conceito de **coalisões discursivas** desenvolvido por Hajer (1995). Ao tratar da coalisão discursiva, torna-se essencial considerar que o poder político

de um texto não advém de sua consistência, mas de suas múltiplas possibilidades de interpretação.

Além de determinar as fronteiras entre aqueles considerados *insiders* e *outsiders*, a partir da identificação de um inimigo comum, as coalisões discursivas mascaram diferenças internas à própria coalisão (GRIGGS, 2005). Isso ocorre pela articulação de significantes vazios pelos quais interesses divergentes convergem em um projeto comum. A articulação de determinado discurso só ocorre em torno de um significativo vazio que funciona como ponto nodal. Dessa forma, esse vazio ou não-preenchimento torna-se uma condição e qualidade fundamental do sucesso hegemônico de certo ponto nodal (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

Os deslocamentos representam situações de falta, o que abre caminho à autodeterminação parcial por meio de novos atos de identificação, refletindo a abertura de novas possibilidades de ação a partir da articulação de novos discursos. O deslocamento, dessa forma, é condição *sine qua non* para a articulação hegemônica (TORFING, 1999).

A ideia de deslocamento refere-se, então, à possibilidade de transformações ou mudanças nas identidades dos sujeitos e em suas posições dentro da estrutura discursiva ou campo discursivo. Esses deslocamentos podem ser compreendidos como processos que tornam visíveis o caráter contingencial da arena social e política. O deslocamento apresenta aspectos tanto positivos quanto negativos, à medida que representa o fim de uma e a construção ou mesmo reconstrução de outra identidade política.

As crises de sentido ou significado ocorrem quando determinada identidade ou discurso não gera mais entendimento da realidade e de aspectos fora do discurso hegemônico. Elas caracterizam um momento de deslocamento que será seguido por uma rearticulação dos elementos entre os pontos nodais que fazem parte do campo discursivo em questão (HOWARTH, 2000; HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

Glynos e Howarth (2007) trazem uma importante contribuição para a operacionalização da TD enquanto metodologia. Os autores sugerem que para realizar um tipo de explanação como da TD nas ciências sociais, torna-se essencial à mobilização de três tipos de lógicas que são articuladas em torno de um fenômeno problematizado. Essas lógicas são, então, nomeadas como fantasmática, social e política.

A lógica fantasmática pode ser compreendida como um tipo de força que movimenta os processos de significação, ocultando o aspecto contingencial dessas relações. Ela está associada à dimensão ideológica das relações sociais e a explicação do que leva sujeitos a serem mantidos por regimes e práticas específicas. Consequentemente, contribui na análise daquilo que gera resistência à mudança das práticas sociais (GLYNOS; HOWARTH, 2007; HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000).

A lógica social, segundo Laclau (2000b), funciona como uma “gramática” ou sistema de objetos ou frases que passam por um processo de combinação e substituição de

modo a torná-los virtualmente sinônimos em sua categoria discursiva. Nesse processo, alguns objetos ou palavras tornam-se representativos enquanto outros são excluídos. Essa lógica possibilita caracterizar as práticas em um domínio social específico (HOWARTH, 2000), por exemplo, práticas de consumo e troca em uma economia ou um regime de práticas como no Apartheid.

Por último, a lógica política está relacionada às operações de construção de novas fronteiras. Ou seja, ela representa as práticas de significação, pois está atrelada ao âmbito político da instituição, contestação e defesa dessas práticas sociais. Estando diretamente ligada às cadeias de equivalência e diferença, a lógica política possibilita compreender como sujeitos podem se articular em torno de suas práticas de modo a construir novos significados, identidades e, por que não, novos regimes de práticas (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000). Podemos, dessa forma, apontar que as lógicas fantasmática, social e política, aqui apresentadas, possibilitam a caracterização e elucidação dos processos de “transformação, estabilização e sustentação de regimes e práticas sociais” (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 133).

## **Críticas da Teoria do Discurso**

Na TD o processo discursivo inclui todo o campo social, não apenas os sistemas de signos. Dessa forma, a teoria social faz parte da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, onde a primeira está fundada em uma leitura

crítica da teoria marxista. Reforçando este conceito, ao estudar as teorias desenvolvidas principalmente por Marx e mais precisamente no Materialismo Histórico, depara-se com o modelo tradicional que divide a sociedade capitalista em base e superestrutura onde nessa mesma sociedade encontram-se estabelecidas duas classes, a dos capitalistas ou classe dominante, e a classe dos proletariados ou trabalhadora. A primeira caracteriza-se pela posse tanto dos aparatos e dos recursos responsáveis pela produção como dos produtos resultantes dessa produção. A segunda é representada por aqueles que são donos apenas de sua própria mão de obra e estão submetidos à classe dominante.

A TD vem de encontro à ideia marxista de que o social se constituía apenas do seu valor econômico, procurando mostrar como o sistema social se apresenta mais complexo. No marxismo se pensava que apenas a base influenciava a superestrutura. No entanto, alguns pensadores marxistas perceberam que a superestrutura também influenciava a base. Dessa maneira, esses pensadores acreditavam existir a necessidade da inserção de um elemento político. Ao inserir um elemento político no modelo base/superestrutura da teoria marxista, não é mais a economia o único determinante de toda a sociedade, assim como a consciência dos sujeitos (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002).

A teoria de Gramsci sobre a hegemonia abre uma nova vertente de pensamento, pois agora o sujeito poderia, por meio da superestrutura também influenciar a base. Assim, o sujeito poderia ter mais autonomia de pensamento. Por

meio da hegemonia a relação social se tornaria hegemônica, evitando o surgimento de conflitos internos, já que este estaria inserido dentro de um sistema de valor. A teoria gramsciana parece de imediato uma solução para que a sociedade não fosse mais comandada pela economia, porém, o próprio autor, por fim, reconhece que tudo acaba voltando ao econômico (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002).

Laclau e Mouffe fazem, na teoria do discurso, uma crítica à teoria da hegemonia de Gramsci. Os autores mostram de forma clara que se apoiam nas teorias marxistas, porém sobre a ótica pós-marxista, olhando e analisando a teoria de Marx à luz dos novos problemas e discursos sociais.

A tradição marxista percebe o discurso social a partir da identificação do proletariado como o grupo oprimido, o qual deve ser defendido e ouvido. A TD não o vê dessa forma e busca analisar todos os tipos de discursos sem amarras ou preconceitos, analisando o fator social de forma mais ampla. Como vimos, Laclau se inspira na desconstrução de Derrida para trabalhar a tradição marxista e com isso acaba por construir uma nova arena com os novos discursos sociais.

Laclau e Mouffe (1985) chamaram a atenção para a sobredeterminação do sujeito e da sua ideologia, independente do econômico, rompendo com a tradição marxista. Outro fator relevante em relação à TD se refere à emancipação do homem e à busca pela sua liberdade. Entretanto, para a tradição marxista, o homem era visto apenas como o homem proletário, e este procurava sua

emancipação por meio da revolução. A TD coloca em cheque mais um postulado do marxismo (LACLAU; MOUFFE, 1985). Segundo a tradição, apenas a classe oprimida pode realizar esse movimento. O desejo marxista da emancipação não foi alcançado. A classe proletária acabou por não conseguir sua emancipação, já que esta seria por meio de uma mudança social, que trouxesse mais igualdade entre as classes, tendo, assim, fracassado em sua missão histórica.

## **Considerações finais**

A teoria política de Laclau e Mouffe concebe os meios para acessar os elementos discursivos envolvidos na construção de sistemas tecnológicos. A TD, mais do que isso, possibilita a compreensão e análise das articulações e lutas políticas que possibilitaram ou deram origem a determinado sistema tecnológico. Ela possibilita o entendimento sobre o que cada elemento discursivo representa para o processo de lutas hegemônicas, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de análises sociais e políticas de fenômenos específicos.

Ao desenvolverem sua teoria, os autores supracitados se preocuparam em adequar essas visões clássicas às novas concepções de mundo, desenvolvendo-se, assim, os preceitos do pós-marxismo, do pós-estruturalismo, da psicanálise entre outros. Para eles, as identidades do marxismo não devem ser excluídas, e sim, substituídas por identidades que condizem mais com a nova realidade da sociedade, por

meio de princípios hegemônicos e não dialéticos (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Vimos, então, ao longo deste capítulo quais foram as bases filosóficas que fundamentaram a construção da Teoria do Discurso, assim como as principais contribuições dessa teoria pós-estruturalista e pós-marxista para a análise de fenômenos sociais e políticos contemporâneos. Para tal, foram explorados os principais conceitos que constituem a TD.

Com a filosofia analítica e a ideia de jogos de linguagem do trabalho tardio de Wittgenstein, a analítica existencial de Heidegger na fenomenologia, a crítica pós-estruturalista do signo (com a semiologia de Barthes, a psicanálise lacaniana, a desconstrução derridiana e a análise foucaultiana das formações discursivas), procurou-se se desvincular da ilusão de imediatismo, ou seja, da existência não-discursiva das coisas. Isso também tornou-se possível por meio da virada gramsciana.

No capítulo 4, abordaremos como Glynos e Howarth (2007), visando avançar na metodologia adequada à TD, clamam por uma lógica retrodutiva de racionalidade indo além das tradicionais dedução e indução. Além disso, pensando numa forma de operacionalização da TD, trataremos de três dos principais mecanismos de acesso ao dado discursivo na realização de pesquisas empíricas nessa corrente de pensamento. Especificamente, a desconstrução, a análise do discurso e a análise textual.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estados. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

ANDERSEN, Niels A. **Discursive Analytical Strategies**: understanding Foucault, Koselleck, Laclau, Luhmann. Bristol: Policy Press, 2003.

BRINK, Margo van den. Reframing practice: exploring an analytical toll for purposefully changing institutions in Dutch water management and spatial planning. Paper presented at the **AESOP Congress** in Grenoble, France, p. 1-3, July, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 39ª edição. Editora: Brasiliense. São Paulo, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

DERRIDA, Jacques. **Writing and difference**. Translated by Alan Bass. Chicago: University of Chicago, 1978.

\_\_\_\_\_. **Limited inc**. Evanston: Northwestern University Press, 1988.

FOUCAULT, Michel. **The archaeology of knowledge**. London: Routledge, 1972.

GLYNOS, Jason.; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation**. Abingdon: Routledge, 2007.

GRIGGS, Steven. Problematizing the mobilization of hospital directors. In: HOWARTH, David. TORFING, Jacob. (Eds.). **Discourse theory in european politics**: iIdentity, policy and governance. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005, p. 117-138.

HAJER, Maarten A. **The politics of environmental discourse**: ecological modernization and the policy process. Clarendon Press, Oxford, 1995.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HOWARTH, David. **Discourse**. Buckingham: Open University Press, 2000.

\_\_\_\_\_.; NORVAL, Aletta. J.; STAVRAKAKIS, Yannis. (Eds.). **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change.** Manchester: Manchester University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. STAVRAKAKIS, Yannis. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, David.; NORVAL, Aletta. J.; STAVRAKAKIS, Yannis. **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change.** Manchester: Manchester University Press, 2000, p. 1-37.

JORGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. **Discourse analysis as theory and method.** London: Sage, 2002.

LACAN, Jacques. **The seminar.** Book III. The Psychoses, 1955-56. Translator Russell Grigg. London: Routledge, 1993.

LACLAU, Ernesto. **New social movements and the plurality of the social.** Centro de Estudos e documentos latinos – Americanos de Amsterdã (CEDLA) Class 29. The New Movements and the State in Latino America, 1983. Disponível em <[http://www.cedla.uva.nl/50\\_publications/archive\\_CLAS.html](http://www.cedla.uva.nl/50_publications/archive_CLAS.html)> Acesso em: 30 de junho de 2011.

\_\_\_\_\_. **New reflections on the revolution of our time.** London: Verso, 1990.

\_\_\_\_\_. Discourse. In: GOODIN, Robert E.; PETTIT, Philip.; POGGE, Thomas (eds). **A companion to contemporary political philosophy.** Oxford: Basil Blackwell, 1993.

\_\_\_\_\_. Hegemony and the future of democracy: Ernesto Laclau's political philosophy, interview. In: WORSHAM, Lynn.; OLSON, Gary A. (eds). **Race, rhetoric, and the postcolonial.** Albany: State University of New York Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Foreword. In: HOWARTH, David.; NORVAL, Aletta. J.; STAVRAKAKIS, Yannis. **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change.** Manchester: Manchester University Press, 2000a.

\_\_\_\_\_. Identity and hegemony. In: BUTLER, Judith.; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj (eds). **Contingency, hegemony, universality**. London:Verso, 2000b.

\_\_\_\_\_. **Philosophical roots of discourse theory**. Centre for Theoretical Studies in the Humanities and Social Sciences, 2005. Disponível em: <http://www.essex.ac.uk/centres/TheoStud/onlinepapers.asp>. Acesso em: 15 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_.; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy**. London:Verso, 1985.

MELLO, Sérgio C. B. de.; SILVA, Cédric C. G. Programa Nacional de Banda Larga: conectando o Brasil, pluralizando o debate. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, nº 1, p. 131-146, 2012.

MENDONÇA, Daniel de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da Teoria do Discurso. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 20, p. 135-145, jun, 2003.

MILLS, Sara. **Michel Foucault**. Routledge Critical Thinkers. London: Routledge, 2003.

MOUFFE, Chantal. **The return of the political**. London:Verso, 1993.

\_\_\_\_\_. **The democratic paradox**. London:Verso, 2000.

\_\_\_\_\_. **On the political**. London: Routledge, 2005.

NORVAL, Aletta J. **Deconstructing apartheid discourse**. London & New York:Verso, 1996.

\_\_\_\_\_. Trajectories of future research in discourse theory. In: HOWARTH, David; NORVAL, Aletta J.; STAVRAKAKIS, Yannis (Eds.). **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

STODDART, Mark C.J. Ideology, Hegemony, Discourse: a critical review of theories of knowledge and power. **Social Thought and Research**, v. 28, p. 191-226, 2007.

TORFING, Jacob **New theories of discourse**: Laclau, Mouffe, and Zizek. Oxford: Blackwell, 1999.

\_\_\_\_\_. Discourse theory: achievements, arguments, and challenges. In: HOWARTH, David; TORFING, Jacob (Eds.) **Discourse theory in european politics**: identity, policy and governance. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005, p. 1-32.



## **CAPÍTULO 4    Da teoria à análise política e social**

Marcela de Moraes Batista  
Cédrick Cunha Gomes da Silva  
Sérgio C. Benício de Mello

Nas ciências sociais, o discurso passa a ser cada vez mais objeto de estudo. Ao longo do tempo, diversas pesquisas passaram a analisá-lo, tais como, estudos antropológicos, sociológicos, históricos, políticos e filosóficos. Esta difusão crescente pode ser explicada com base em cinco críticas centrais: ao positivismo, ao realismo, ao marxismo, à análise do discurso clássica e ao estruturalismo. Neste capítulo, o leitor terá a oportunidade de conhecer a forma de racionalidade retrodutiva adotada no desenvolvimento de estudos na abordagem proposta ao longo do livro. O objetivo é mostrar métodos de acesso aos dados, claros e aplicáveis à TD.

A retrodução é uma abordagem antipositivista, por argumentar que os discursos não podem ser fechados e fixos, como acreditam os positivistas. Esta crítica é o principal ponto de partida dos teóricos que utilizam tal perspectiva. Entretanto, eles não desconsideram nem são contra o realismo, na verdade se apresentam como realistas críticos, em que enfatizam uma visão menos romantizada da sociedade. São também pós-marxistas,

por desconstruírem a dialética capital *versus* trabalho, mas continuam a defender as demandas populares que são cada vez mais múltiplas. Defendem uma posição mais crítica da análise do discurso, indo além da sua visão clássica. Por fim, são declaradamente pós-estruturalistas, já que autores como Ernesto Laclau, Chantal Mouffê, Jason Glynos e David Howarth desconsideram que o discurso pode ser universal, aderindo a um movimento com o intuito de sobrepujar as centralidades e universalidades absolutas focada na razão científica.

A TD é claramente uma teoria pós-estruturalista e pós-marxista, baseada em uma **racionalidade reprodutiva** que tem a **redução** como método. O modelo reprodutivo foi explorado por Glynos e Howarth em seu livro de 2007, intitulado *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory*. Os autores conseguiram elaborar um modelo de racionalidade que passou a ser adotado por outros teóricos do discurso, como Alleta Norval e Yannis Stavrakakis.

No decorrer do texto, apresentaremos de forma mais detalhada este método, que tem como forma de apropriação investigações que envolvem problemas de pesquisa de natureza política e social. Este conduz a construção de teorias pertinentes a cada discurso pesquisado, bem como a apresentação de diferentes modos de argumentação e demonstração da TD.

Após terem sido apresentadas, nos capítulos anteriores, a teoria da construção social da tecnologia e a teoria do discurso, discutimos aqui os princípios fundamentais da

abordagem retrodutiva. Em seguida, passaremos a focar o debate sobre três dos principais mecanismos de acesso a dados empíricos, a saber: desconstrução, análise do discurso e análise textual. Tais mecanismos contribuem para uma análise crítica de fenômenos contemporâneos.

## **Para uma lógica da explicação crítica**

O desenvolvimento de estudos empíricos na teoria do discurso deve seguir um conjunto de etapas norteadoras. Alguns teóricos do discurso, a exemplo de Glynos e Howarth (2007), têm se empenhado em desenvolver algumas dessas orientações metodológicas numa tentativa de suprir uma carência da TD. Com este objetivo em mente, eles organizaram uma forma de aplicar a retrodução, que consiste em uma investigação do fenômeno por meio de três momentos centrais: problematização; explicação retrodutiva (justificação); e, construção de uma nova teoria (persuasão).

A etapa de problematização é extremamente importante para o que é denominado como a lógica da explicação crítica. Nela busca-se, por exemplo, apresentar os fatores que possibilitaram a construção e interpretação de certo fenômeno, para, dessa forma, expandir o campo discursivo para novas possibilidades de interpretação. Essa fase compartilha aproximações com a prática de problematização foucaultiana, a exemplo dos métodos de análise arqueológica e genealógica explorados no capítulo anterior. Ao seu final,

pretende-se construir a(s) hipótese(s) da pesquisa. Neste caso, hipótese(s) inicial(is). Num segundo momento, se inicia a explanação retrodutiva ou ciclos retrodutivos, caracterizados por uma sequência de reinterpretações das hipóteses geradas no primeiro momento, onde várias explicações são fornecidas.

Para o desenvolvimento da retrodução, também se levam em consideração as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas presentes na TD. A lógica social possibilita a caracterização das práticas ou regimes de práticas em certo domínio social; a lógica política possibilita uma análise de como essas práticas são instituídas e contestadas, como, por exemplo, na ideia de lógica de equivalência e diferença; e, por último, a lógica da fantasia ou lógica fantasmática, que está atrelada à dimensão ideológica e que busca razões pelas quais as práticas discursivas são transformadas ou mantidas por meio dos sujeitos.

A abordagem das lógicas permite ir além do paradigma das leis causais, onde a capacidade de previsão e dedução é considerada acima do contexto histórico relacionado. Possibilita, ainda, ir além de abordagens como a hermenêutica, que focam, por exemplo, em aspectos da autointerpretação contextualizada. A ideia de direcionamento para a lógica está relacionada à desconstrução e reconstrução dos mecanismos causais e a uma explanação crítica dos fenômenos discursivos (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

O objetivo principal da TD é explicar criticamente as transformações e formas de estabilidade apresentadas pelas

práticas e regimes de práticas discursivas. De acordo com Glynos e Howarth (2007), uma explanação da ciência social necessita mobilizar os três tipos de lógica supracitados.

Ao conduzir pesquisas em torno dos temas abordados pela TD, como, por exemplo, as transformações dos discursos em práticas hegemônicas ou como os indivíduos transformam os discursos em práticas cotidianas, a abordagem lógica apresentada pode, aqui, ser dividida em cinco elementos básicos: problematização, reprodução, lógica, articulação e crítica.

Em contraste com outras formas de conteúdos, a lógica é considerada como o conteúdo da forma de explanação retrodutiva, onde essa lógica refere-se aos propósitos, regras e pressuposições ontológicas relacionadas ao funcionamento das práticas sociais, considerando-se aqui as três formas de lógica apresentada anteriormente, ou seja, social, política e fantasmática.

Como vimos anteriormente, a articulação é compreendida inicialmente como forma de entendimento de como os elementos discursivos interagem nas práticas sociais, porém o elemento de articulação está também relacionado a como se dará a prática e realização da própria pesquisa. Ou seja, como se dará a articulação entre diferentes métodos e ferramentas da melhor maneira possível. Procura-se articular os métodos e técnicas de modo dialógico e em convergência com os pressupostos ontológicos da TD (GLYNOS; HOWARTH, 2007; GLYNOS; HOWARTH; NORVAL; SPEED, 2009).

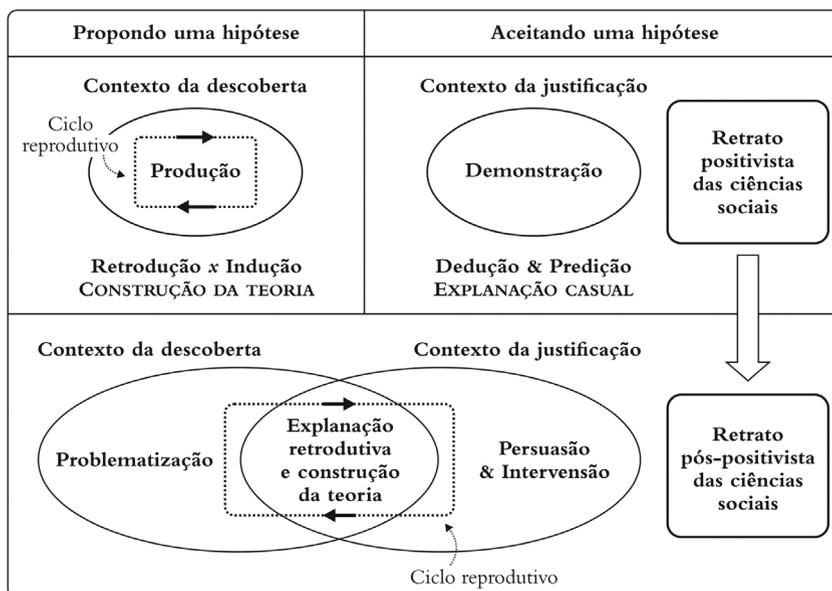
A crítica dessa abordagem pode ser considerada em termos de duas dimensões, ou seja, como uma dimensão ética e uma dimensão normativa. A crítica normativa está relacionada à condição do pesquisador de analisar e caracterizar as relações sociais como formas de relações de dominação. A crítica ética nos permite analisar as formas em que os sujeitos se identificam e são interpelados pelos discursos.

A retrodução foi desenvolvida inicialmente por Aristóteles e traduzida para o termo abdução por Charles Sanders Peirce. Também foi adotada por Norwood Hanson e Roy Bhaskar na filosofia da ciência. Ela se diferencia da abordagem indutiva, no sentido em que não espera que determinada hipótese surja dos processos de repetições de um fenômeno. Também se diferencia de uma abordagem dedutiva à medida que desconsidera a possibilidade de se fazer determinado fenômeno emergir de uma criação incontável de hipóteses. Na verdade, em uma abordagem retrodutiva, a hipótese não é inferida até que seu conteúdo esteja presente na explanação do fenômeno irregular identificado ou construído (HOWARTH, 2000; GLYNOS; HOWARTH, 2007; GLYNOS; HOWARTH; NORVAL; SPEED, 2009).

O processo de desenvolvimento de pesquisas na abordagem retrodutiva de explanação crítica pode ser visualizada na Figura 1 em que é esquematizado o status e o escopo da retrodução na passagem do retrato da ciência social positivista para a pós-positivista.

**Figura 1:**

Dois retratos das ciências sociais



Fonte: Glynos; Howarth (2007, p. 33)

Por meio do processo ilustrado, torna-se possível distinguir entre três momentos dialéticos na prática das ciências sociais. Sendo esses, o momento da problematização; o momento da explicação retrodutiva e construção da teoria; e, o momento da persuasão e intervenção. Dessa forma, um retrato antipositivista da prática nas ciências sociais emerge da rejeição de uma fronteira fixa entre o contexto da descoberta e da justificação, produzindo transformações em seus sentidos e importância.

Segundo Glynos e Howarth (2007), esta nova abordagem designa uma metodologia que desconsidera as relações

entre causa e efeito, não gerando formas de predição, tais como as leis. Considera-se aqui que nas ciências sociais não existe uma clara distinção entre o postular e o testar de uma hipótese. Isto ocorre porque o contexto empírico específico de uma hipótese inicial e as autointerpretações dos sujeitos sociais envolvidos influenciam tanto os pressupostos básicos quanto a forma de raciocinar nas quais a aceitação ou não da hipótese estará condicionada.

No caso da TD, pode representar uma fissura hegemônica no discurso ou na formação discursiva dominante onde essa não mais conseguiria oferecer explicações coerentes sobre determinados fenômenos. Os estudos teóricos e empíricos não devem ser tratados como estáticos, mas sim, como fluidos e elásticos. Esses estudos estão sujeitos a constantes mudanças, por exemplo, contextuais e históricas. Para ele não existem leis ou métodos universais, existem apenas contextos que tornam impossível as negociações desconstrucionistas produzirem tais regras gerais. Contudo, devem-se realizar ajustes para cada caso e momento específico, sem levar, entretanto, a um relativismo ou empirismo.

O conceito de hegemonia desenvolvido por Laclau e Mouffe (1985) se apresenta aqui como de grande utilidade analítica para atender as diversas questões, por exemplo: por que e como formas particulares de políticas tornam-se base comum da sociedade? Ao nos basearmos na teoria da hegemonia, podemos considerar que esse horizonte de verdade, como a formação de um discurso hegemônico, resulta das disputas contingentes entre diversas demandas

ou reivindicações por verdade(s). Podemos concluir que um horizonte de verdade não se apresenta como um espaço neutro, mas, de fato, como um espaço marcado por relações de poder, ou seja, um espaço político.

## **Aplicabilidade e operacionalização da Teoria do Discurso**

Pesquisas baseadas na ontologia antipositivista, não podem considerar como método de explanação nem a dedução nem a indução. Afinal, ela não tem como objetivo testar certa hipótese, provando ou se aproximando de relações de causa e efeito. Segundo Peirce (1934), a retrodução consiste no estudo de fatos e no desenvolvimento de uma teoria capaz de explicá-lo. Resumidamente, se inicia a retrodução com a observação de um fenômeno (F) anormal, intrigante ou surpreendente. Este fenômeno pode, então, ser explicado como algo natural se uma hipótese (H) for verdadeira e, sendo assim, existem boas razões para pensar que H é verdade (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Em outras palavras, a conclusão da análise será a hipótese. Entretanto, a hipótese será inferida apenas quando seu conteúdo estiver presente na explanação do fenômeno em questão.

As observações iniciais possibilitam o emergir de diversos aspectos e questões relacionadas à F. A TD com seu foco, por exemplo, nas práticas hegemônicas é incluída para promover os conceitos teóricos necessários para explicar F, por fim, para inferir a(s) hipótese(s). Os pressupostos ou

conceitos básicos da teoria, como apresentados no capítulo anterior, constituem, então, a forma de raciocínio utilizada para chegar a uma conclusão, onde esta forma se torna, ao mesmo tempo, base para a aceitação de tal conclusão.

Pelo fato de a TD estar interessada, principalmente, com questões ontológicas e menos com aspectos ligados a métodos de análises empíricas (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002), a **problematização**, desenvolvida inicialmente por Foucault, funciona como um quadro analítico, segundo Glynos e Howarth (2007). Contudo, isso não implica que essa abordagem discursiva visa um anarquismo metodológico, pois, seus conceitos básicos permanecerão moldados para se adequarem a problemas específicos a serem considerados (HOWARTH, 2000). A problematização serve aqui como uma forma de estratégia analítica que implica, por exemplo, no seguinte questionamento: como determinado fenômeno ou objeto tem sido representado e articulado em um campo discursivo específico?

O ponto analítico inicial seria identificar as concepções desse fenômeno relacionadas a cada posição de sujeito. O foco aqui está na interação dos processos de identificação e representação em campos discursivos e em como estas interações resultam numa limitação das contestações políticas.

Torfin (2005) argumenta que a TD não deve se limitar ao estudo de tópicos como gênero, etnias e movimentos sociais, mas, também, articular com tópicos mais tradicionais e centrais. O objetivo da TD não é apenas desenvolver

novas descrições do mundo social, mas construir novas interpretações tanto ao tornar visíveis fenômenos antes não identificados por abordagens teóricas, quanto problematizando descrições existentes de modo a articular interpretações alternativas (HOWARTH, 2005). Enquanto um contexto político é analisado como uma construção discursiva, a análise do discurso deriva parte desse momento do conceito de desconstrução.

A Teoria do Discurso oferece as ferramentas para uma crítica às formas realistas, positivistas e tecnocráticas de se analisarem os problemas sociais, assim como sistemas tecnológicos específicos, onde a definição desses problemas é dada como certa e sua subsequente análise procura delinear porque e quais ações são necessárias para solucioná-los. À medida que os discursos são pensados como sistemas relacionais de significado e prática que constituem a identidade e posições de sujeitos e objetos, deve-se dar atenção em como o processo de estruturação de elementos e princípios da vida social são criados, mantidos, interrompidos e transformados (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

Estudos de caso nos permitem um meio para explicar fenômenos criticamente problematizados juntamente com uma quantidade ampla de informações referentes ao contexto de cada caso (GLYNOS; HOWARTH, 2007; JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). Como afirmam Jorgensen e Phillips (2002), o estudo de caso torna-se significativo quando relacionado com as práticas de problematização,

explicação retrodutiva, crítica e persuasão, no qual as três últimas fornecem uma completude do contexto e das condições para a construção, condução e contribuição do conhecimento. Os casos devem ser considerados sempre inseridos em um amplo corpo teórico-contextual também relacionado a uma gama de conceitos, como os apresentados ao longo deste projeto.

Uma estratégia de pesquisa ou método que pode complementar e aumentar a qualidade da pesquisa refere-se à realização de comparação entre diferentes casos, de modo a possibilitar melhor entendimento referente a determinado fenômeno ou problema construído. Porém, duas condições devem ser atendidas para a realização do processo de comparação de casos na Teoria do Discurso. Primeiro, devem ser definidos quais os aspectos ou problemas específicos que se procura comparar. Em segundo lugar, mesmo sendo possível discernir quanto às similaridades de um grupo de fenômenos, a base de comparação deve estar vinculada às interpretações descritivas de fenômenos empíricos particulares (HOWARTH, 2005).

A Teoria do Discurso emergiu em um contexto de interdisciplinaridade e tradição interpretativa antipositivista, mas possui raízes históricas nas análises da ideologia, retórica e linguagem filosófica (HAJER, 1995). Esta abordagem embasa-se em certas premissas ontológicas e epistemológicas, em modelos teóricos, assim como em técnicas metodológicas para a análise concreta. No entanto, para a realização desta última, a TD deve ser articulada com

algum mecanismo de acesso a dados empíricos. Um dos mais comuns é o de Análise do Discurso (AD). Contudo, como veremos adiante, outros dois também se mostram úteis para tal fim. Sendo esses: a desconstrução e a Análise Textual.

O primeiro método analítico apresentado é a desconstrução, fato este correlacionado com a utilização dela nos dois métodos seguintes. A desconstrução é uma forma mais profunda e filosófica para se acessar os dados empíricos. Ao passar a tratar do segundo mecanismo, podemos afirmar que a TD concebe as suposições ontológicas e epistemológicas, enquanto a AD consiste em um conjunto de técnicas que possibilitam analisar as estruturas discursivas (HOWARTH, 2005). Enquanto a TD é antiessencialista e se opõe às explicações causais dos fenômenos sociais que buscam vincular eventos empíricos a leis universais (HOWARTH, 2000), o *modus operandi* da AD rejeita a aplicação mecânica de regras e técnicas neutras a fenômenos empíricos (HOWARTH, 2005).

## **Desconstrução**

Como vimos na seção intitulada *Perspectivas Filosóficas da Teoria do Discurso* em outro capítulo deste livro, os princípios da desconstrução, inspirados no trabalho de Jacques Derrida, foram de grande importância para a construção da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Derrida iniciou sua incursão crítica por meio da literatura,

buscando ir além do texto *per si*. Mas ele não se deteve apenas a literatura tendo importância para além deste campo isolado, a desconstrução foi responsável por abalar a metafísica ocidental e conseqüentemente modificar as questões filosóficas, literárias, políticas e sociais.

O termo desconstrução foi dado aos trabalhos de Derrida, pelo fato de esta abordagem desmontar o texto, com o intuito de descobrir tudo que existe nele e abrir espaço para a construção de um novo texto. Assim, ao se desconstruir os discursos revelando seus pressupostos, esta abordagem desvela o interior do mesmo demonstrando o pensamento metafísico que o compõe, ampliando os limites e limiares deste (PEDROSO JUNIOR, 2010).

Conforme Balkin (1994), a desconstrução de Derrida ultrapassou os muros das ciências ligadas apenas à linguística e passou a ser vista como uma resposta ao estruturalismo, por tal motivo é considerada uma abordagem pós-estruturalista. A desconstrução vai de encontro à ideia de estruturas estáveis de significado, mostrando que a linguagem constrói o significado e que ele é fluido e contextual.

Neste momento, passamos a explorá-la enquanto forma de acesso aos dados da pesquisa empírica. Os princípios da desconstrução contribuem no direcionamento da análise do corpus da pesquisa procurando desvelar a precariedade da forma estrutural do fenômeno em questão. Paiva Junior, Leão e Mello (2011) defendem que o corpus é um importante instrumento de validade e confiabilidade em pesquisas de natureza qualitativa, com isso a desconstrução passa a

ser um importante meio de se identificarem as possíveis rupturas do mesmo, dando-lhe mais confiabilidade. Assim como, amplia os limites de seu poder explicativo.

A desconstrução é um incessante trabalho que coloca em cheque os discursos compreendidos como superiores ou, utilizando a nomenclatura de Laclau e Mouffe, hegemônicos. Derrida (1976) busca desconstruir o discurso hegemônico e seus binários, compreendido como uma corrente teórica que tem como propósito desestabilizá-los. Além disso, o autor defende que existem diversas diferenças muito além dos binários. Balkin (1987) evidencia que existe uma infinidade de significados. O autor traz um exemplo para evidenciar o processo desconstrucionista: para ele um elemento A pode ser superior/hegemônico a B, mas o significado só pode ser dado por meio da junção AB. O autor demonstra com este exemplo que a compreensão da relação de A e B possibilita a sua desconstrução.

Todo o pensamento inicial de Derrida consistiu em romper com a ideia de origem, que orienta e comanda o pensamento metafísico ocidental e acompanha o desenrolar de uma tendência que já está em processo e é mostrada por meio da “inflação” do conceito de linguagem, tendo como consequência a “exclusão” deste conceito e o surgimento da escrita como um novo paradigma (CONTINENTINO, 2006).

Talvez a função mais importante da desconstrução fosse a crítica a uma ideologia hegemônica. Desconstruir passa a ser útil, porque ideologias hegemônicas privilegiam

certos discursos em detrimento de outros. Derrida (1976) argumenta que seu conceito tem como objetivo observar os esquecidos e excluídos: no momento em que um discurso é desconstruído, abre espaço para que novos discursos sejam estabelecidos, dando a oportunidade dos discursos excluídos terem voz.

A ruptura com a ideia de origem imposta pelo surgimento da escrita deserdá o pensamento de todas as orientações dadas como garantidas, expondo-o, dessa forma, a uma alteridade que é impossível de ser compreendida ou definida. Assim, desconstruir é uma tarefa possível para um pensamento que não é colocado sob o abrigo de alteridade radical (isto é, que não pode ser reduzido a uma diferença oposta) da violência que o acompanha. Um pensamento não está protegido de movimento infinito, que é a única ligação permitida por esse.

Derrida (1971) questiona o significado transcendental. Nota-se que o autor chama atenção de que nada pode estar fora da linguagem, conseqüentemente, ao significado. Para ele, o homem é um ser por natureza linguístico. A linguagem ocupa papel central na obra de Derrida, visto que, para o autor, a verdade não pode ser encontrada na essência das coisas, mas, sim, na própria linguagem. Neste ponto ele se assemelha às teorias de Saussure em que a linguagem é um conjunto de diferenças, sendo o significado um jogo de diferenças, possibilitando o surgimento da diversidade linguística. Derrida (1971) argumenta que a linguagem é a

forma mais clara de consciência que possibilita ao homem acessar o conhecimento.

Uma das principais características da abordagem desconstrucionista refere-se à apropriação e ao uso de conceitos derivados de um sistema de pensamento, com o objetivo de demonstrar o não funcionamento deste. Os princípios da desconstrução são inicialmente operacionalizados com uma leitura crítica dos textos, à procura pelas pressuposições metafísicas nas quais se baseiam. Ou seja, em um processo de desmontagem da estrutura e descentralização de significados previamente consolidados. Dessa forma, revelam-se as ambiguidades, contradições e preceitos não revelados, demonstrando que estes textos são alimentados naquilo que eles não mostram. Segundo Continentino (2006), a desconstrução não busca resolver a tensão e **aporía** sempre encontradas no pensamento, mas, pelo contrário, ela vê na intensificação e coleta de tensão a chance de se abrir ao inesperado para o desarmamento de instâncias ou posições a tempo cristalizadas.

De acordo com Derrida (1971), a desconstrução é mais uma estratégia do que um conceito ou um método que visa subverter a ordem das oposições filosóficas clássicas. Estas últimas não tratadas como tendo convivência pacífica, mas, sim, como tendo uma hierarquia violenta em que um dos dois termos da relação domina o outro. Sendo assim, em um dado momento, desconstruir a oposição significa, primeiramente, derrubar a hierarquia. Para Derrida, o

pensamento metafísico tradicional, logocentrismo, nunca foi separado de uma abordagem que identifica os pares de opostos – razão e sensação, espírito e matéria, identidade e diferença, lógica e retórica – o que nos leva a uma categoria fundamental, a presença, a partir da qual podemos explicar a realidade em geral (VASCONCELOS, 2003).

Assim, o pensamento do termo inferior como o principal é o primeiro passo para a dinâmica de uma abordagem desconstrucionista. No entanto, não podemos deixar que a segunda ocupe a posição da primeira, caso contrário, estaríamos usando a lógica logocêntrica e sempre haveria uma hierarquia. De acordo com Vasconcelos (2003, p. 75) “a prática de desconstrução consiste em estabelecer, depois de inverter a ordem, não a redução de um conceito para o outro, mas sim o estabelecimento do jogo, a alternância incessante do primado de um termo sobre o outro produzindo uma situação de indecisão constante”.

O “jogo”, de acordo com Derrida (1971, p.248), é “sempre um jogo de ausência e presença, mas se quisermos pensar radicalmente, é necessário fazê-lo antes da alternativa da presença e ausência; é necessário pensar em ser como a presença ou a ausência da possibilidade do jogo, e não inversamente”. Na prática, não é uma questão de reduzir o exterior para o interior, nem anarquicamente celebrar a predominância do conceito exterior sobre o interior, mas, sim, de procurar, a partir desta oposição, pensar no jogo que o precede e o torna possível.

## **Análise do discurso**

Os estruturalistas se propuseram a analisar e estudar o texto como uma estrutura isolada de qualquer aspecto externo, buscando analisar essa estrutura em si mesma, ou seja, apenas, internamente, sem nenhuma influência exterior. Uma nova perspectiva com relação a essa visão começou a aparecer durante os anos 1950, com o surgimento de diversos trabalhos que apresentavam uma possibilidade de ir além da análise interna da estrutura dos textos, para algo mais próximo do que se entende hoje como análise do discurso.

Desse movimento, duas vertentes de pensamento sobre a teoria do discurso ganham destaque. Uma americana, por exemplo, com o estruturalista Zellig Harris e seu trabalho intitulado *Discourse Analysis*, de 1952, que percebe a teoria como uma extensão da Linguística e permanece na análise interna da estrutura. E outra, europeia, que se propõe a analisar também elementos externos à estrutura do discurso, os quais representam condições de produção do mesmo (ORLANDI, 2005; BRANDÃO, 1997). Na vertente francesa de análise do discurso e, principalmente com Michel Pêcheux, estudioso de destaque nesse assunto, dois conceitos se fazem de vital importância no entendimento da análise: primeiramente a ideologia ou formação ideológica, embasada no trabalho de Althusser; segundo, a ideia de formação discursiva desenvolvida por Foucault, apresentada anteriormente neste livro.

Bakhtin, que inspirou parte de seu trabalho em Saussure, defende que além da matéria linguística, o contexto em que o enunciado se apresenta é considerado como uma parte denominada não verbal do enunciado, e este contexto deve ser considerado como fator que contribui para a compreensão de determinado processo de comunicação, juntamente com o indivíduo que realiza a enunciação. Nesse sentido, a linguagem e seu estudo devem integrar tanto seus elementos internos como também aspectos relacionados ao social, ou seja, aspectos externos, por exemplo, ideológicos, que influenciam na construção e interpretação da mesma e de suas significações (BRANDÃO, 1997; BAKHTIN, 1979).

O discurso se apresenta como resultado das articulações entre os processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. Ele pode ser entendido enquanto produção social e política, campo de articulação de agentes coletivos e campo de intersubjetividade. Na perspectiva pós-estruturalista, os sistemas de significado são múltiplos e contingenciais, e, dessa forma, a linguagem é vista como algo politizado. Sendo assim, os significados não são naturais, mas, sim, resultados dos aspectos persuasivos e articulatórios da linguagem, havendo uma ligação inevitável entre aquele que diz e aquilo que é dito.

As diferentes abordagens de teoria e análise do discurso podem ser diferenciadas por meio de três dimensões básicas: a ontologia, o foco e o objetivo, ou propósito da abordagem. A TD devota grande atenção para reflexões ontológicas, por exemplo, sobre a natureza da subjetividade, das interações

ou mesmo das relações sociais. A dimensão referente ao foco da abordagem está vinculada ao objeto de análise em si, ao qual a abordagem visa compreender. Nesse sentido, podemos afirmar que a teoria política do discurso busca analisar e compreender questões e fenômenos amplos, diferente do foco da análise crítica do discurso, que tem foco nos detalhes dos textos e interações. Por último, a dimensão do objetivo ou propósito da abordagem, como o nome já diz, se refere à principal motivação que se apresenta em cada abordagem, ou seja, se ela é mais crítica ou explanatória. No caso da TD, percebemos uma preocupação com ambos (GLYNOS; HOWARTH; NORVAL; SPEED, 2009).

A análise do discurso se refere à prática de analisar uma gama de materiais e informações empíricas, articulando com um conjunto de dados linguísticos e não-linguísticos, como declarações, relatórios, entrevistas, imagens e mesmo organizações e instituições enquanto formas discursivas. Os conceitos-chave da TD que foram apresentados em outro capítulo neste livro são bastante úteis como pontos importantes para a realização da análise de determinado material empírico. Os pontos nodais, por exemplo, representam significantes-chaves na teoria do discurso. Ao serem identificados no material empírico e ao analisar como esses significantes se combinam com outros signos a partir dos canais de equivalência, gerando novas formas de significados, pode-se entender como os discursos, identidades e o próprio campo social são organizados e construídos discursivamente.

Por meio desses conceitos é possível identificar e compreender como, por meio dos discursos, as identidades, o conhecimento e a realidade são criados, gerando ações e práticas sociais. A análise do discurso, com base teórica em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, é, além de tudo, uma análise social e política. A teoria e o método estão interligados na análise do discurso, esse método não pode ser utilizado sem a utilização de teoria específica. Mesmo pelo fato de a análise do discurso poder ser aplicada a diversos campos de estudo e pesquisa, a mesma não pode ser integrada a todo tipo de teoria (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). A abordagem aqui apresentada deve ser entendida como um corpo teórico-metodológico, não podendo ser encarada como apenas um procedimento metodológico estruturado e que deve ser seguido à risca.

Faz-se necessário, dessa forma, apresentar aspectos importantes dessa abordagem que devem ser considerados. Porém, deixando claro que cabe à criatividade de cada pesquisador se apropriar dessa ferramenta de forma a melhor analisar e compreender o fenômeno a que se propõe pesquisar.

O conceito de discurso ou estrutura discursiva, para Laclau e Mouffe, é similar ao que Wittgenstein chama jogo de linguagem, onde os discursos são uma configuração relacional dos elementos que compreendem os sujeitos, as palavras e as ações, organizados em determinado contexto. Nesse caso, cada elemento adquire sentido apenas em relação aos outros. No intuito de estudar esses discursos de

forma a descrever, criticar, explicar e avaliar os mesmos, a teoria política do discurso, como visto anteriormente, faz uso de uma abordagem de algo como um problema dirigido para a análise política, o qual envolve a construção de um problema particular em determinado contexto histórico (GLYNOS; HOWARTH; NORVAL; SPEED, 2009).

Por fim, a análise do discurso procura demonstrar como e por que discursos específicos prevalecem em relação a outros. Tal análise extrapola a simples identificação de quais ideias são importantes em modificar regimes, por exemplo, de cidadania, para considerar o porquê dessas ideias específicas e não outras serem consideradas como significativas. Sendo assim, este método dá prioridade à análise dos processos articulatórios, examinando não apenas os discursos em circulação, mas, sim, aqueles excluídos por espaços de dispersão (FOUCAULT, 1998), isto porque o processo articulatório tanto combina e substitui como exclui.

## **Análise Textual**

A análise textual, enquanto outro mecanismo de acesso a dados empíricos, pode ser encontrada na hermenêutica e na filosofia do século XIX, sendo ligada à semiótica e também à linguística. A linguagem tem destaque na análise textual, pois é a partir dela que o pesquisador irá compreender a realidade (MORAES; GALIAZZI, 2006). De acordo com Stam (2003, p. 209), “o texto foi definido como um campo

metodológico”. Todo o texto agora pode ser visto como um dado relevante para um trabalho científico.

A análise textual é uma prática antiga, entretanto ganhou forma com a linguística e o pós-estruturalismo. Foi com o pós-estruturalismo que os signos se transformaram em significado, e é exatamente o que a análise textual propõe ao transformar textos em signos e significados. Como procedimento metodológico, este tipo de análise pode ser visto e entendido como uma busca de sentido nos textos (MCKEE, 2003).

Semelhante à Teoria do Discurso, a análise textual não pode ter uma análise única, ter um fim, nem ser interpretada de forma totalitária, pois não há certo ou errado na análise textual, o que existe são prismas diferenciados de observar o mundo. O texto, segundo Mckee (2003), é apenas uma forma diferente de os homens realizarem seus discursos. Para o autor, ela depende da cultura e das identidades dos sujeitos como seres unos, onde os textos podem ser analisados de formas distintas.

A análise textual, como um procedimento metodológico, pode ser vista enquanto conjunto de documentos, porém, existem algumas técnicas gerais ou orientações para esse tipo de atividade, que serão discutidas adiante. São elas: a criação do corpus, a desconstrução dos textos e a unitarização dos sentidos.

## ***Corpus, desconstrução e unitarização***

O *corpus* é geralmente utilizado no campo da linguística, onde os pesquisadores o constroem mediante coleta de dados. Estes últimos podem ser considerados como um conjunto variado de enunciados, possuindo uma grande quantidade de material, por exemplo, livros, textos e entrevistas. O corpus pode ser visto também como o acervo de documentos que a pesquisa possui. A partir dessa coleta de dados, definem-se quais serão os textos selecionados (MORAES, 2002). O corpus é um importante instrumento metodológico, no entanto, não é obrigatório que toda análise textual o possua (ALUISIO; ALMEIDA, 2003).

Após a construção do *corpus*, se inicia uma análise propriamente dita dos dados selecionados. É, então, nessa fase que ocorre a sua desconstrução. Nela, serão separados os textos, desmontando-os e desintegrando-os, selecionando o que é importante para a análise. Na desconstrução dos textos surgem as unidades de análise. Torna-se importante que nessa fase se saiba quais são as unidades, quais os documentos que as compõem e a origem dessas. É interessante codificar essas unidades para facilitar a construção da análise textual. Com a desconstrução dos textos presentes no corpus, pretende-se perceber os sentidos dos mesmos em seus limites e nuances, no entanto, não é possível que apenas uma pesquisa consiga extrair todo o conteúdo que estes possuem. Isso não deve

ser considerado um ponto negativo, já que o limite absoluto nunca será atingido (MORAES, 2003).

Após o fim da desconstrução dos textos do corpus, criam-se unidades de análise constituindo, de fato, a unitarização. Esta última se dá quando o pesquisador separa em unidades de valor e sentido os textos logo após a desconstrução, criando unidades de análise. A análise textual se inicia propriamente quando ocorre a unitarização, e esta nada mais é do que a transformação dos dados textuais em unidades de valor que, conseqüentemente, geram outras unidades de valor, que serão fonte dos dados da análise textual (MORAES, 2003; MORAES; GALIAZZI, 2006). As unidades de análise devem ser desenvolvidas em harmonia com o problema de pesquisa.

O corpus, a desconstrução e a unitarização são caminhos metodológicos que podem facilitar a análise textual. A análise textual tem vários meios e caminhos para ser realizado. Portanto, outra técnica útil para a análise textual, como veremos a seguir, é a categorização das unidades de análise ou dos documentos.

### ***Categorização ou classificação***

Temos aqui mais uma possível técnica, onde o pesquisador pode criar categorias e classificar os documentos, a fim de facilitar a recuperação de informações (BALDI; FRANCONI; SMYTH, 2003). A categorização também pode ser vista como um processo de separação das unidades e agrupamento destas em unidades semelhantes.

As categorias podem constituir os elementos de uma meta-análise-textual, podendo auxiliar o pesquisador na hora de descrever sua análise. No entanto, essas categorias não podem ser criadas sem regras ou critérios, devem estar condizendo com os objetivos da pesquisa e da análise, para que lhes seja conferida a sua devida validade. Um conjunto de categorias será considerado válido quando estiverem além e em conformidade com os objetivos da pesquisa e da análise, ajudando a compreender os fenômenos investigados (MORAES, 2003; BALDI; FRANCONI; SMYTH, 2003).

A análise textual também pode ser vista como uma construção lógica do autor, já que este estabelece as categorias, as unidades e o corpus. Todos esses tipos de ferramentas podem ser utilizados para que a pesquisa seja realizado com êxito. No entanto, para o autor interpretar os dados, é preciso que o mesmo tenha uma teoria definida. O pesquisador, quando interpretando os sentidos de um texto com base em um fundamento teórico escolhido a priori, ou mesmo selecionado das análises, exercita um conjunto de interlocuções teóricas com os autores mais representativos de seu referencial (MORAES, 2003, p. 204).

A categorização pode ser vista como um processo de comparação entre as unidades de análise, que foram feitas na fase anterior. Ela não é apenas um instrumento em que o pesquisador seleciona elementos semelhantes, nela são criados significados para as unidades de análise. Segundo Moraes (2003, p. 197), “fazer uma análise rigorosa é, portanto, um exercício de ir além de uma leitura superficial,

possibilitando uma construção de novas compreensões e teorias a partir de um conjunto de informações sobre determinados fenômenos”.

A categorização é também uma ferramenta que serve para auxiliar o pesquisador a realizar a análise textual da melhor forma possível. Todas as ferramentas acima citadas podem ser usadas pelos pesquisadores de forma separada ou em sequência, não existindo uma regra para o uso delas.

A análise textual pode ser caracterizada como uma metodologia na qual, a partir de um conjunto de textos ou documentos, produz-se um metatexto, descrevendo e interpretando sentidos e significados que o analista constrói ou elabora a partir do referido corpus (MORAES, 2003, p. 202).

O metatexto é construído a partir da categorização dos dados. Nessa fase o pesquisador encontra um metatexto que compõe um conglomerado de textos e recorte que tem significados em comum, seguindo com a descrição e interpretação dos dados. A análise textual é um procedimento metodológico que pretende maximizar a qualidade e originalidade da análise. Contudo, apesar de o procedimento ser um bom meio de o pesquisador realizar sua análise, existem críticas ao modelo.

Uma das principais críticas à análise textual é dirigida a sua validade científica, já que esta não pode gerar percentual, nem números, por ser uma análise de cunho social, assim como, não pode ser generalizada. O pesquisador faz parte da pesquisa como sujeito integrante desta, pois é ele quem

separa, analisa e identifica os trechos a serem analisados, encaixando-se, assim, mais nas ciências sociais do que nas ciências naturais (STAN, 2003; MCKEE, 2002; MORAES, 2003).

Como um procedimento metodológico a análise textual não pode ser vista como algo padronizado, uma receita de bolo, onde o pesquisador analisa o texto sem criatividade ou originalidade. No entanto, para que o pesquisador obtenha o caráter científico, é preciso que este realize seus procedimentos metodológicos com o maior rigor possível (MCKEE, 2002). A validade e a confiabilidade devem ser construídas ao longo de todo o trabalho. A cada etapa, o pesquisador deve conduzir seus trabalhos com maior rigor para conseguir a confiabilidade necessária (MORAES, 2003).

## **Considerações finais**

Como tratado anteriormente o conceito de articulação assume uma importante posição ao tratar da articulação entre técnicas e veículos metodológicos que permitem a análise crítica de determinado fenômeno problematizado também criticamente. Nos estudos envolvendo uma análise político-empírica em geral, é possível e interessante a adoção de um estudo de caso particular. Porém, como estamos a tratar aqui da Teoria do Discurso e de uma abordagem crítico-analítica, se faz indispensável a adoção, seleção e investigação de estudos de casos em profundidade, sendo uma etapa vital da realização de uma lógica de explanação

crítica. Além disso, os estudos de caso nos permitem um meio para explicar fenômenos criticamente problematizados juntamente com uma quantidade ampla de informações referentes ao contexto de cada caso (GLYNOS; HOWARTH, 2007; JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). Como afirma Jorgensen e Phillips (2002), “o estudo de caso torna-se significativo quando relacionado com as práticas de problematização, explanação (retro) indutiva, crítica e persuasão, no qual as três últimas fornecem uma completude do contexto e das condições para a construção, condução e contribuição do conhecimento”. Os casos devem ser considerados sempre inseridos em um amplo corpo teórico-contextual também relacionado a uma gama de conceitos, como os apresentados ao longo deste trabalho.

A última questão a ser discutida nesta seção está relacionada à validade de uma pesquisa focada na Análise do Discurso e na Teoria do Discurso ou Teoria Política do Discurso. É importante abordar nesta seção, mesmo que brevemente, questões sobre a validade, pelo fato de ser por meio dela que podemos desenvolver pesquisas de qualidade e também pelo fato de não haver um entendimento concreto sobre quais os critérios mais adequados. A discussão dos critérios de validade das pesquisas científicas geram diversos debates epistemológicos nos mais diversos campos de conhecimento. Por isso, como foi apresentada nesse artigo uma abordagem sócioconstrutivista, devemos estar atentos para os critérios que possibilitam uma validação das pesquisas desenvolvidas com base na Análise do Discurso,

pois aqui não se considera possível um conhecimento total da realidade. É importante procurar realizar uma combinação de critérios que possam validar a pesquisa que se propõe realizar, critérios de validade não podem ser negligenciados. Dois critérios básicos que podem ser combinados são os critérios de coerência e produtividade. O critério de produtividade em si está relacionado à capacidade da pesquisa de desenvolver conhecimento novo, focando nos efeitos dessa produção. Além desses, outros aspectos de validade podem ser pensados de forma a gerar uma combinação aceitável de critérios, como, por exemplo, critérios referentes à solidez das análises, como também a clareza e transparência com que a pesquisa é apresentada (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002).

É importante lembrar que não existe um consenso sobre quais os critérios mais adequados na realização de Análise do Discurso e de pesquisas embasadas em teorias sócioconstrutivistas, porém acreditamos que esses critérios podem ser muito úteis, dependendo, claro, do objeto ou fenômeno que se pretende analisar.

## Referências

ALUIZIO, Sandra M.; ALMEIDA, Gladis M. B. O que é e como se constrói um corpus? Lições aprendidas na compilação de vários corpora para pesquisa linguística. *Unisinos*, vol. 4, n. 3, p. 155-177, set/dez, 2006. Disponível em: < [http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/pdfs\\_calidoscopio/vol4n3/art04\\_aluisio.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_calidoscopio/vol4n3/art04_aluisio.pdf)> Acesso em: 09 de julho de 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

BALDI, Pierre; FRANSCONI, Paolo; SMYTH, Padhraic. **Modeling the internet and the web**. 1 ed. Wiley: Chichester, West Sussex, England, 2003.

BALKIN, Jack M. **Transcendental deconstruction, transcendent justice**. 94 Mich. L. Rev. 1133, 1994.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 6 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CONTINENTINO, Ana M. A. **A Alteridade do pensamento de Jacques Derrida: escritura, meio-luto, aporia**. Tese (Doutorado em Filosofia). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

\_\_\_\_\_. **Of Grammatology**. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1976.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation**. Abingdon: Routledge, 2007.

\_\_\_\_\_.; NORVAL, Aletta.; SPEED, Ewen. **Discourse analysis: varieties and methods**. Discussion Paper. NCRM, 2009. Disponível em: <http://eprints.ncrm.ac.uk/796/>. Acesso em: 25 de jun. 2011.

HAJER, Maaten A. **The politics of environmental discourse: ecological modernization and the policy process**. Oxford: Clarendon Press, 1995.

HOWARTH, David. **Discourse**. Buckingham: Open University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Applying discourse theory: the method of articulation. In: HOWARTH, David.; TORFING, Jacob. **Discourse theory in**

**European politics: identity, policy and governance.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

\_\_\_\_\_.; STAVRAKAKIS, Yannis. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, David.; NORVAL, Aletta. J.; STAVRAKAKIS, Yannis. **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change.** Manchester: Manchester University Press, 2000, p. 1-37.

JORGENSEN, Marianne.; PHILLIPS, Louise. **Discourse analysis as theory and method.** London: Sage, 2002.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy.** London: Verso, 1985.

MCKEE, Alan. **Textual analysis: a beginner's guide.** London: SAGE Publications, 2003.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

\_\_\_\_\_.; GALIAZZI, Maria do C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 6. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

PEDROSO JUNIOR, Neurivaldo C. Jacques Derrida e a desconstrução: uma introdução. **Revista Encontros da Vida**, n. 5 edição: jan/jun, 2010.

PEIRCE, Charles S. **Collected papers of Charles Sanders Peirce vol. 5,** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

PAIVA JUNIOR, Fernando. G; LEÃO, André M. L. de S.; MELLO, Sérgio C. B de. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciência da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, set/dez, 2011.

STAM, Robert. **A introdução a teoria do cinema**. Tradução: Fernando Macarello. 2ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.

TORFING, Jacob. Discourse Theory: achievements, arguments, and challenges. In: HOWARTH, David.; TORFING, Jacob. **Discourse theory in european politics: identity, policy and governance**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 1-32, 2005.

VASCONCELOS, José. A. O que é desconstrução? **Revista de Filosofia**. Curitiba. v.15, n.17, p. 73-78, 2003.

## **CAPÍTULO 5    Articulando a Construção Social da Tecnologia e a Teoria do Discurso**

Maria Christianni Coutinho Marçal  
Sérgio C. Benício de Mello

Neste capítulo apresentamos um diálogo entre os conceitos teóricos da CST e da TD, teorias que foram amplamente discutidas nos capítulos anteriores, onde temos como objetivo refletir uma “construção sociopolítica da tecnologia”. O conceito central da nossa proposta de construção sociopolítica da tecnologia é articulação, pois, conforme Glynos e Howarth (2007), o mesmo carrega em si a implicação de que a realidade social é complexa e envolve a síntese de uma pluralidade de elementos (conceitos e objetos), sendo construída e mediada e é evidente que há uma pluralidade e uma heterogeneidade de elementos teóricos e empíricos que constituem explicações singulares.

Articulação também aparece como um conceito organizador em vários contextos teóricos. No campo da linguística estrutural, por exemplo, Saussure (1983) apresenta a ideia de articulação da linguagem para justificar a estrutura linguística como um objeto próprio de estudo em desenvolvimento que convencionou a ciência do uso da linguagem. Ele argumenta que a articulação da linguagem se refere “à divisão de uma cadeia da fala em fonemas, ou à

divisão da cadeia de significados em unidades significativas” (SAUSSURE, 1983, p. 10). No ponto de vista dele, a estrutura linguística pode ser descrita como o domínio de articulações nas quais cada “signo linguístico é uma parte ou membro onde uma ideia é afixada a um som, e um som se torna o sinal de uma ideia” (SAUSSURE, 1983, p. 111).

Em Taylor (1989), a articulação desempenha um papel fundamental na sua explicação sobre a teoria moral. Aliada a uma concepção expressiva da linguagem, o processo de articulação para o autor envolve uma explicação racional das bases implícitas das nossas intuições e respostas morais.

Laclau e Mouffe (1985) parecem responder aos tons estruturalistas e racionalistas associados a Saussure e Taylor desenvolvendo uma explicação pós-estruturalista para o conceito de articulação ou prática articulatória. Essa é a base conceitual que utilizaremos. As estruturas sociais são melhor conceitualizadas como sistemas de práticas significativas marcadas por uma falta de fechamento. Sendo assim, a prática articulatória desempenha um papel fundamental nas relações sociais.

O conceito foi trabalhado pelos supracitados autores ao promoverem a articulação de significado de elementos como “povo” e “nação”. A partir daquele estudo, elementos ideológicos são tratados como significados flutuantes ou diferenças que – em um contexto de prática hegemônica – podem ser transformadas em momentos de um discurso por qualquer grupo seja baseado em classe ou não. Aqui, momentos privilegiados de significação são articulados no

que eles chamam de pontos nodais ou significados vazios que funcionam para estabilizar o fluxo de significados, constituindo, assim, as identidades e discursos.

Então, podemos definir articulação como sendo o processo de construção ou dissolução de fronteiras políticas que constituem um campo social e que promovem sentidos identitários, a partir de práticas articulatórias que têm por base o princípio relacional da constituição identitária; identidade-diferença (LACLAU, 1996).

Partimos da premissa que toda diferença é social e discursivamente construída (MENDONÇA, 2009). Então, os três aspectos fundamentais para o exercício da prática articulatória são: contingência, singularidade e modificação de elementos (GLYNOS; HOWARTH, 2007) e o resultado é a criação de algo novo a partir da dispersão de elementos.

A prática articulatória ou articulação pressupõe a compreensão do funcionamento das lógicas de equivalência e diferença. A lógica da equivalência de Laclau e Mouffe (1985) funciona por meio da criação de identidades equivalenciais que expressem uma negação pura do sistema discursivo vigente (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000)<sup>1</sup>. Já a lógica da diferença faz exatamente o oposto, consiste na expansão de um dado sistema de

---

1 Enquanto um projeto que emprega a lógica da equivalência visa dividir o espaço social condensando os significados em torno de dois polos antagonísticos, um projeto que emprega a lógica da diferença objetiva enfraquecer e deslocar a polaridade antagonística acentuada, esforçando-se para relegar essa divisão para as margens da sociedade. Há uma complexa interação entre as duas lógicas, assim como há um jogo entre identidade e diferença e universalidade e particularidade.

diferenças dissolvendo cadeias de equivalência existentes e incorporando aqueles elementos desarticulados em uma ordem em expansão.

As duas lógicas caminham juntas e são constitutivas de um mesmo processo. O sucesso do projeto político hegemônico se traduz na capacidade de articular em uma cadeia de equivalências um conjunto de lutas dispersas (PINTO, 1999). Como no caso do desenvolvimento de tecnologia enquanto projeto político, quanto mais amplo for o significado da tecnologia, mais lutas dos grupos sociais relevantes ela incorporou.

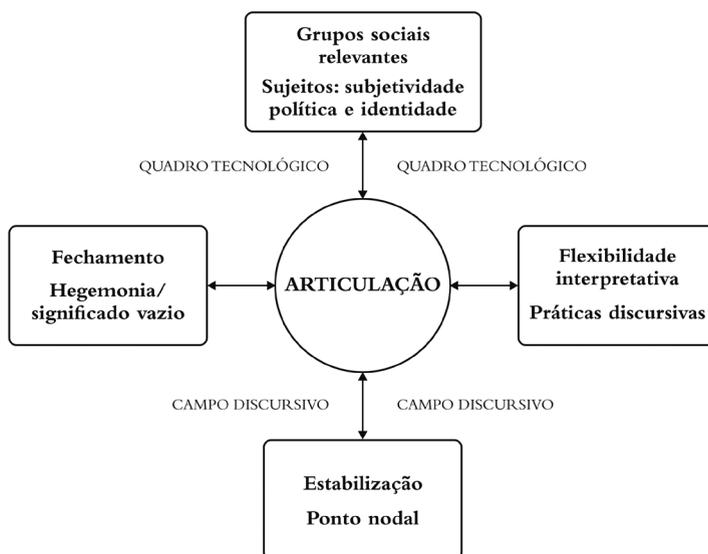
Ao longo desse texto, explicitaremos como a articulação se faz presente (se constitui) no processo de desenvolvimento tecnológico tornando-o dinâmico e complexo. Nossa proposta teórica para uma construção sociopolítica da tecnologia envolve um raciocínio multifacetado e não linear, onde o desenvolvimento tecnológico é tratado sob uma perspectiva discursiva, e, conseqüentemente, política, conforme podemos observar na Figura 1 que será descrita nas seções subseqüentes.

## **Aproximando o desenvolvimento tecnológico da perspectiva discursiva**

Incorporar a noção de discurso (e de prática social) ao desenvolvimento tecnológico implica evidenciar e problematizar as relações existentes na estrutura discursiva e social presente no desenvolvimento tecnológico. Para

**Figura 1:**

Articulando os conceitos da CST e da TD



Fonte: Elaborado pelos autores

Laclau e Mouffe (1985), a ontologia de qualquer prática social é política. O social é constituído como um espaço plural de lutas e não como um espaço político unificado sendo, em essência, fragmentado. As práticas políticas (os discursos e as identidades) são tentativas de fechamento e envolvem a constituição de antagonismos e o exercício de poder.

Compreender o social a partir da TD de Laclau e Mouffe (1985) é saber que a teoria tem como ponto de partida a crítica ao marxismo clássico, no sentido de o mesmo ser um projeto teórico incapaz de dar conta da compreensão das relações sociais contemporâneas devido a sua lógica

reducionista das relações sociais vinculadas ao antagonismo capital *versus* trabalho.

O que existe, efetivamente, é um complexo social formado por uma pluralidade de identidades, constituídas a partir de relações discursivas antagônicas distintas do mero antagonismo de classe que, segundo a teoria do discurso, têm *locus* particular, e não um *a priori* universal. A complexidade do social não é percebida e/ou alcançada pelo marxismo clássico, o que exclui dessa corrente teórica a capacidade de análise mais refinada e pertinente dos múltiplos antagonismos sociais possíveis no mundo contemporâneo, conforme explicitado em capítulos anteriores.

Então, ao radicalizar o retrabalho marxista de Gramsci e Althusser na política e ideologia e direcionando críticas pós-estruturalistas no campo da linguagem, a TD desconstrói a ontologia Marxista na qual toda identidade é reduzida a uma essência de classe e introduz o conceito relacional de discurso e de identidade. Ao fazer isso, a teoria do discurso considera a sociedade como uma ordem simbólica na qual os antagonismos sociais e as crises estruturais não podem ser reduzidas essencialmente à classe determinada por processos e relações econômicas (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000). A perspectiva do sujeito antagonista contemporâneo é a daquele que resiste ao capitalismo, mas que não está necessariamente derivado das relações de produção, como pensava Marx (PINTO, 1999).

Então, como visto, o campo social é um campo de lutas, de antagonismos, de disputas. O desenvolvimento

tecnológico se dá dentro de um campo social, e é ativado a partir dos grupos sociais relevantes, segundo os autores da CST. Os grupos sociais relevantes são aqueles que atribuem explicitamente um significado às tecnologias (BIJKER, 2009). Podem ser produtores, usuários e também grupos civis, jornalistas, políticos e *experts*. Então, desenvolver tecnologias é sinônimo de articulação política e de formação de discurso.

Os discursos são frutos das práticas sociais e os teóricos do discurso têm como objetivo localizar essas práticas e as lógicas que a sedimentam em contextos históricos e sociais mais amplos, e é assim que aquelas adquirem novos significados e proporcionam a base para uma possível crítica e transformação de práticas existentes e significados sociais (HOWARTH, 2000).

As práticas são contextualizadas e isso não é diferente com o desenvolvimento tecnológico. Um dos princípios da CST, baseado na sociologia da ciência, o da simetria, diz que as tecnologias devem ser analisadas e explicadas por meio de um quadro interpretativo, mas que não há hierarquia de quadros de explicação: não há como determinar que um quadro interpretativo seja melhor ou pior que outros (HACKING, 1982)<sup>2</sup>. Ou seja, a significação das tecnologias se

---

2 O princípio da simetria assegura que, para explicar as origens das crenças científicas, o sucesso ou o fracasso dos modelos, teorias ou experimentos, o historiador ou sociólogo deve abordar a mesma lógica, o mesmo tipo de explicação, ou seja, deve-se adotar uma postura imparcial quanto à veracidade ou falsidade das crenças e as explicações devem ser imparciais. Em outras palavras, deve-se adotar uma posição de relativismo ou neutralidade considerando que todos os argumentos (social, cultural, político, econômico, assim como o técnico) devem ser tratados igualmente. Uma leitura forte

dá a partir do contexto e não há um significado *a priori*. Isso ajuda a não priorizar vencedores e perdedores, tecnologias que funcionam e que não funcionam.

## **Quadro tecnológico e campo discursivo**

Para Bijker (1995), “quadro tecnológico” é o quadro cognitivo compartilhado que define um grupo social relevante e que constitui a interpretação comum dos membros em relação a uma tecnologia. Nele podem-se incluir objetivos, problemas centrais, teorias atuais, regras, procedimentos de teste e artefatos que tácita ou explicitamente estruturam a forma de pensar, de resolver problemas, formulação de estratégia e atividades de *design*.

Em nossa articulação teórica, o social é significado discursivamente. O quadro tecnológico é uma construção social que ocorre dentro de um campo discursivo. Segundo Laclau, o campo discursivo é um campo ontológico, ou seja, um espaço de reflexão do ser enquanto ser (MENDONÇA, 2009). O social é um social significativo, hermenêutico e deve ser compreendido a partir de sua “miríade de formas, das várias possibilidades de se alcançar múltiplas verdades, note-se, sempre contingentes e precárias” (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008, p. 27).

O quadro tecnológico é a verdade construída dos grupos sociais que o compartilham. É um conceito aplicado

---

na perspectiva construtivista social adiciona que a emergência de questionamentos ou problemas a serem resolvidos nas tecnologias em questão é governada por influências sociais (PINCH; BIJKER, 1984).

para explicar as interações dentro e entre grupos sociais que moldam os artefatos, então, os quadros tecnológicos moldam e são moldados por essas interações. É um conceito similar ao conceito de paradigma de Kuhn (1970), com uma diferença importante: ele é um conceito que pode ser aplicado a todos os tipos de grupos sociais relevantes (BIJKER, 2009). Um quadro tecnológico é construído quando uma interação em torno de um artefato começa.

Tipicamente, uma pessoa será incluída em mais de um grupo social e, assim, também em mais de um quadro tecnológico. Os teóricos da CST, ao incorporarem o conceito de quadro tecnológico a sua teoria, ampliam a perspectiva teórica reconciliando as visões opostas do construtivismo social e do determinismo tecnológico e trazem para o sujeito da análise a totalidade sociotécnica fruto das articulações políticas.

O quadro tecnológico dos grupos sociais relevantes representa um discurso, uma realidade significada e compartilhada pelos sujeitos. Para nós, discurso não deve ser entendido apenas como um simples reflexo de conjuntos de textos, “Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal” (MENDONÇA, 2008, p. 27). Tem uma perspectiva ôntica e ontológica, pois, segundo Laclau (2000, p. 118), “fora de todo o contexto discursivo os objetos não têm ser; têm somente existência”.

Então, o quadro tecnológico é um campo discursivo. O campo discursivo não é somente um jogo entre fala e

escritura – centrado tão somente em aspectos linguísticos – mas um espaço constitutivo de práticas articulatórias e de sentidos sociais que constituem o horizonte último do ser enquanto tal. O discurso opera a partir de dois mecanismos, o da existência e o do ser (MENDONÇA, 2009). E o discurso sobre o desenvolvimento tecnológico existe a partir das relações políticas dos grupos sociais relevantes que o constituem.

## **Grupos sociais relevantes, sujeito, subjetividade e identidade política**

A máxima metodológica do desenvolvimento tecnológico para a CST é seguir os sujeitos, para, empiricamente, descrever os processos que geraram as tecnologias. Dadas as noções iniciais sobre a ontologia do nosso trabalho teórico, partimos para o primeiro estágio da CST, como elaborado por Bijker (1995), que é identificar os grupos sociais relevantes. Para identificá-los, o investigador deve “rolar uma bola de neve” (BIJKER, 1995, p.46)<sup>3</sup>.

O pesquisador entrevista alguns sujeitos no começo, solicitando-os a identificar grupos sociais relevantes, para, a partir daí, eventualmente construir os grupos. Um segundo passo para identificar grupos sociais relevantes é ler documentos históricos, anotar cada sujeito que aparece

---

3 Como uma regra metodológica, Bijker, seguindo Latour (1987), sugere que os pesquisadores devem “seguir os atores”. Ideia central dessa técnica é que as categorias e linhas de importância da demarcação social são aquelas reconhecidas conscientemente pelos atores (BIJKER, 1995, p.15).

e todo grupo social mencionado, para poder acompanhar suas ações.

Diante disso, podemos afirmar que a categoria analítica “grupo social relevante” é, ao mesmo tempo, um sujeito e uma categoria para o pesquisador, ou seja, o grupo social relevante é também relevante para o analista. Lembramos aqui a importância da reflexividade do pesquisador no processo de pesquisa (cf. MELLO; SÁ, 2006). Para Paiva, Leão e Mello (p. 9), a reflexividade:

é um critério de confiabilidade da pesquisa qualitativa e diz respeito ao antes e ao depois do acontecimento, gerando transformação no pesquisador, uma vez que vai se tornando uma pessoa diferente por considerar as inconsistências do estudo ao longo do processo permanente de realização. Trata-se de se voltar ao processo investigativo tendo em vista suas possibilidades não apenas a partir do pesquisador, mas devido ao informante, à audiência e ao próprio texto (JOY et al., 2006). Assim, o “sujeito”, historicamente fazedor da ação social, contribui para significar o universo pesquisado exigindo uma constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador.

Então, nesse primeiro momento definem-se os grupos sociais relevantes para os sujeitos que desenvolvem a tecnologia e para o pesquisador que a está problematizando e tentando gerar outras interpretações para a mesma.

Algumas críticas foram elaboradas para o primeiro estágio da CST. A primeira é o problema com o método da bola de neve, que não fornece completude e garantia da acuracidade, podendo introduzir distorções nos estudos<sup>4</sup>.

Outra crítica é sobre o uso do conceito “grupos sociais relevantes”. Pergunta, Winner (1993, p. 369): onde ficam os irrelevantes? Onde ou como a teoria apresenta o tratamento dado ao pluralismo e as consequências políticas do mesmo? Quem diz quem são os grupos sociais relevantes e os interesses sociais? Como ficam os grupos que não tiveram voz, mas que serão afetados pelos resultados da mudança tecnológica? E sobre os grupos que foram suprimidos ou deliberadamente excluídos? Como se contabilizam as escolhas potencialmente importantes que nunca apareceram como problemas aos debates e às escolhas? É importante notificar não somente que decisões são tomadas e como, mas também que decisões nunca apareceram na agenda; que possibilidades são relegadas à esfera das não decisões.

Outra crítica no que se refere aos grupos sociais relevantes vem de Klein e Kleinman (2002), que enfatizam os conflitos inter e intragrupal existentes no processo de desenvolvimento do artefato tecnológico, pois os autores da CST assumem que os grupos são iguais e que todos os grupos sociais relevantes estão presentes no processo de *design*. Entretanto, conforme mencionam Williams e Edge

---

4 Ver Pinch e Bijker (1989) e Bijker (1995), pois no primeiro estudo aparecem dois grupos de consumidores em luta e no estudo mais recente aparecem outros grupos: governo, propaganda, questões de gênero e de produtores de tecnologia.

(1996), alguns grupos são privados de participar do processo<sup>5</sup>, então, se houvesse uma preocupação sobre a posição dos grupos a assimetria do poder seria mais evidente.

Pinch e Bijker (1986) respondem às críticas, mencionando que todas as formas de explicação sociológica nas quais grupos ou estruturas são identificadas nunca podem ser adequadas, já que todos os grupos e estruturas são em si imbricados dentro de uma teia sem fim de outros grupos e estruturas. Então, trazer à luz todos os contextos é claramente impossível. Tudo o que pode ser alcançado é evidenciar o contexto de forma suficiente para os propósitos em questão.

Sabemos que as sociedades são estruturadas em torno de assimetrias de poder e que suas bases podem ser encontradas nas interações dos grupos (SCHOT; RIP, 1996; FEENBERG, 1999). As características estruturais dos grupos moldam suas capacidades de interação. A TD pode oferecer conceitos teóricos para compreender a relação entre estruturas sociais e agência política, o papel dos interesses e identidades em explicar a ação social, o entrelaçamento entre significados e práticas (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000).

Ao tomar o desenvolvimento tecnológico como sendo um projeto político, observa-se que haverá diferentes vertentes do discurso se esforçando para dominar ou organizar um campo de significado de modo a fixar as

---

5 Grupos potenciais podem encontrar barreiras significantes à participação e organização do design da tecnologia. Pois, não é simplesmente porque indivíduos compartilham significados que eles se organizam em um grupo para participar do processo de design da tecnologia (KLEIN; KLEINMAN, 2002).

identidades dos objetos e práticas de uma forma particular e se tornar uma hegemonia.

A tecnologia que se institucionaliza é a que foi consensuada entre os grupos relevantes, o que não significa que o tratamento das demandas de cada grupo, ou partes dos grupos, seja direcionado em partes iguais na forma pela qual o consenso foi obtido. Em ambos, tanto na ciência quanto na tecnologia, certos grupos sociais desempenharão um papel fundamental na formação do consenso.

Os quadros tecnológicos dos grupos sociais relevantes são formados por sujeitos políticos e possuem identidade que, para Laclau e Mouffe (1985), é o resultado da articulação/rearticulação de elementos significantes em um discurso. Pode-se dizer que qualquer identidade e, também, qualquer discurso devem ser compreendidos e explicados em sentido relacional, como menciona Mendonça (2002, 2010). Cada grupo social relevante representa um discurso, uma identidade e busca impor suas vontades na concorrência com as outras, visando, com isso, universalizar seus conteúdos particulares.

O discurso é uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, que produzirão sentidos que vão disputar espaço no social (MENDONÇA, 2010). Os discursos e identidades dos grupos sociais são articulados pelos sujeitos. A disputa no social se dá a partir da articulação, que é qualquer prática que estabelece uma relação entre elementos onde suas identidades são modificadas como

resultado de uma prática articulatória (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Diante disso, podemos afirmar que a construção de discursos envolve o exercício de poder e uma consequente estrutura das relações entre agentes sociais diferentes (DYRBERG, 1997). Um grupo social relevante é um sujeito que não tem substância prévia e emerge nos espaços e fissuras da textura social aberta pelos efeitos dislocatórios do antagonismo. É a noção do sujeito como falta, em termos Lacanianos, não como um sujeito voluntarista da metafísica ocidental e nem como reflexo passivo dos constrangimentos estruturais e das interpelações. Ressaltamos que o sujeito ao qual nos referimos é aquele antagonista, que exerce uma subjetividade política a partir da falta na estrutura.

É no processo de identificação que as subjetividades políticas são criadas e formadas. Os sujeitos se articulam para formar grupos sociais relevantes no desenvolvimento de tecnologias e criam seus discursos e identidades. Uma vez formada e estabilizada, as subjetividades políticas se tornam aquelas posições de sujeito que produzem indivíduos com certas características e atributos (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000).

Quando identidades estão em crise e as crises precisam ser recriadas, o sujeito político é forçado a tomar decisões ou a se identificar com certos projetos políticos e discursos que ele articula. Sendo assim, as ações dos sujeitos emergem por causa da contingência das estruturas discursivas nas quais o sujeito forma sua identidade. O processo de

desenvolvimento tecnológico se inicia a partir do momento em que um quadro tecnológico é formado e o discurso que significa determinada tecnologia é questionado.

## **Flexibilidade interpretativa e práticas discursivas**

As tecnologias possuem flexibilidade interpretativa, segundo a CST, pois a descrição de um artefato feita por olhares diferentes de grupos diferentes produzem descrições diferentes. Esse conceito foi originalmente tratado em Collins (1981), no seu *Empirical Programme of Relativism* (EPOR). A flexibilidade interpretativa e o relativismo proposto nos fazem sair das velhas distinções entre social, técnico e cultural e de respostas essencialistas. Se há a possibilidade de várias interpretações, as questões que ficam pendentes são: a partir de onde, e, como os significados sobre as tecnologias são construídos?

Os quadros tecnológicos e o campo discursivo são as fontes que fornecem os significados para as tecnologias. Laclau e Mouffe (1985) compreendem o significado como um efeito do “jogo dos significantes” e argumentam que as condições que tornam possível a transmissão do significado – a linguagem como um sistema de diferenças pré-existente – são problemáticas. Os autores situam os significados das práticas sociais em seus contextos históricos e estruturais mais abrangentes.

Devemos compreender que dentro de um campo discursivo existem disputas por significados e posições de

sujeito diferenciadas que defendem significados diferentes. O significado que a tecnologia vai adquirir vai depender dessa disputa e da cadeia de equivalência/diferença que se forma a partir desse contexto histórico e estrutural, que é sempre contingente e precário, ou seja, nunca se fecha completamente.

Então, para Laclau e Mouffè (1985) existe um espaço de autonomia onde o sujeito age de forma inesperada e contesta a estrutura ou discurso vigente interpretando a realidade de forma diferente. Esse espaço onde o sujeito age de forma inesperada é o espaço do deslocamento. Como nenhum discurso é capaz de hegemonizar completamente um campo de discursividade e eliminar a experiência do deslocamento, é ela própria que faz emergir novas interpretações. As tecnologias são discursos, construções contingentes e históricas que estão sempre vulneráveis àquelas forças políticas excluídas na sua produção, bem como aos efeitos de deslocamento dos eventos que estão além do seu controle.

A flexibilidade interpretativa permite que apareçam novas articulações políticas e novos significados da tecnologia em estudo, pois, ao se reconstruírem interpretações alternativas, analisam-se os problemas e conflitos que essas interpretações apresentam conectando-os aos designs dos artefatos tecnológicos. Então, novos elementos discursivos são incorporados aos momentos significados e, podem, até, aparecer novos grupos sociais relevantes nesse momento

que articulam diferentes significados. A dinâmica está justamente na precariedade e na contingência do social.

O discurso é prática, essa é a ideia de prática discursiva, uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. As interpretações são frutos das articulações políticas e o social é um social significativo, hermenêutico e é significado de diversas maneiras a partir das lentes dos sujeitos.

Na prática discursiva da esfera pública, em que grupos em conflito ou grupos de interesse buscam a hegemonia, alguns dos significados podem, aos poucos, vencer e alcançar relativa estabilidade ou, nos termos de Laclau e Mouffe, podem tornar-se hegemônicos. Determinadas representações sociais são, desse modo, transformadas – o que não quer dizer que esse seja seu único meio de transformação, ou que todas as representações, com seu caráter performativo, estão a serviço da hegemonia e do poder.

## **Estabilização e ponto nodal**

Depois de se seguirem os grupos sociais relevantes e se chegar às interpretações que os mesmos fornecem às tecnologias, chega-se à fase da estabilização, que é quando se diminui a flexibilidade interpretativa e quando alguns significados convergem, ganhando dominância no lugar de outros.

Em todo discurso há um excesso de elementos que ficam de fora esperando momentos para serem articulados, daí a ligação com a noção da flexibilidade interpretativa da CST. Não temos como articular um fechamento do discurso tecnológico que dure, as interpretações são sempre parciais e contingentes.

O importante aqui é a compreensão de como se deu a prática articulatória que envolveu a criação e apropriação da tecnologia. Que elementos discursivos ficaram de fora? Quais são as consequências disso? Essas questões são fundamentais para pensar a construção social das tecnologias a partir de uma perspectiva discursiva. A construção de significados é feita a partir do processo de articulação que também é chamado de prática articulatória.

A fase de estabilização de uma tecnologia envolve conflitos entre relações antagônicas, entre os grupos sociais relevantes e isso significa que as mesmas são responsáveis pela constituição das identidades, elas alteram seus conteúdos e sentidos no exato momento em que suas lutas políticas são empreendidas (MOUFFE, 2005).

Um antagonismo ocorre quando a presença de um “Outro” evita que eu seja totalmente eu. A relação aparece não das totalidades cheias, mas da impossibilidade da sua constituição (LACLAU; MOUFFE, 1985). Esse bloqueio da identidade é uma experiência mútua para ambos, a força antagonizante e a força que está sendo antagonizada (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000).

Para Laclau (1993, p. 34), o antagonismo é: “[...] o limite de toda a objetividade. Isso deve ser entendido em seu sentido mais literal: como afirmação de que o antagonismo não tem um sentido objetivo, de modo que é aquilo que impede a constituição da objetividade como tal”.

Ou seja, os antagonismos sociais introduzem uma negatividade irreconciliável às relações sociais, porque eles revelam os pontos limites da sociedade na qual o significado social é contestado e não pode ser estabilizado. Assim, os antagonismos são evidências das fronteiras de uma formação social. Eles mostram os pontos onde as identidades não se fixam em um sistema diferencial, mas são contestadas por forças que ficam de fora daquela ordem (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000).

Os grupos sociais relevantes defendem posições discursivas sobre a tecnologia em análise ou desenvolvimento. O consenso vai ser gerado a partir do momento em que os elementos dos discursos sejam transformados em momentos e o discurso seja significado. Os discursos bloqueiam a expansão de sentidos em relação àqueles que eles antagonizam. Paradoxalmente, segundo Laclau e Mouffe (1985), ao mesmo tempo em que o exterior constitutivo (discurso antagônico) ameaça a constituição do interior (discurso antagonizado), ele é também a própria condição da existência do interior, na medida em que este último se constituiu sob a ameaça da presença do primeiro (MENDONÇA, 2010).

Vale aqui refletir, então, quais são os interesses que os grupos sociais relevantes estão defendendo? Como o posicionamento discursivo deles foi constituído? Que forças os incluem ou excluem? As forças antagônicas devem ser identificadas para que o processo de estabilização da tecnologia seja efetivado.

O mecanismo de construção de identidade é o de consolidação ou dissolução de fronteira política na qual as formações discursivas em geral são construídas ou fragmentadas. O delineamento de limites e a construção de fronteiras são atividades centrais da política e são de caráter simbólico. As fronteiras políticas servem não somente para construir identidade, mas para organizar o espaço político por meio de operação simultânea da lógica da equivalência e da diferença (NORVAL, 2000).

Qualquer identidade é fruto da combinação das duas lógicas e deve carregar igual peso das dimensões da equivalência e da diferença. Teoricamente, nem uma das duas deve ser privilegiada<sup>6</sup>. Entretanto, há uma tendência na TD de privilegiar o momento da negatividade, da construção

---

6 O espaço social é dividido de forma diferente. Onde a lógica da equivalência predomina, a divisão social tende em direção à dicotomização do espaço político, uma divisão paratática do social em dois campos opostos. Onde a lógica da diferença é aplicada como uma estratégia dominante, uma articulação mais complexa de elementos, militando contra essa dicotomização é facilitada. Algumas questões surgem a partir dessas lógicas: O predomínio de uma dessas lógicas tem consequências futuras para os tipos de lógica prevelentes em uma sociedade em particular? O predomínio de uma das lógicas leva a construção de diferentes tipos de identidade política e relação entre grupos políticos? A política de fronteiras fortes é mais fácil de encontrar em sociedades mais autoritárias, não-liberais do que em sociedades democráticas? O sucesso de um projeto hegemônico depende de uma instituição forte de fronteiras bem definidas? (NORVAL, 2000).

de fronteira e do desenvolvimento dos antagonismos. Qualquer tentativa de capturar a complexidade dos processos de formação do discurso deve acontecer dentro do horizonte da desconstrução das relações binárias.

Diante dos antagonismos presentes no processo de desenvolvimento tecnológico, nem sempre a interpretação da tecnologia que prevalece é aquela mais eficiente no sentido restrito da palavra quando aplicado à tecnologia, pois são vários os fatores que interferem na tomada de decisão tecnológica. Não temos como distanciar sociedade de tecnologia, pois são forças estruturais que se conectam profundamente, que se moldam mutuamente, transformando e sendo transformadas, pelas formas de vida dos sujeitos políticos que a interpelam.

Essa fase de estabilização da tecnologia é a fase na qual os significados são negociados para se gerar a hegemonia em torno dela. E, para que haja práticas hegemônicas, Laclau e Mouffe (1985) estipulam duas condições: a existência de forças antagonônicas, e a instabilidade das fronteiras políticas que as dividem. Assim, as práticas hegemônicas pressupõem um campo social atravessado por antagonismos, e a presença de elementos que podem ser articulados por projetos políticos opostos (HOWARTH; NORVAL; STAVRAKAKIS, 2000). Laclau e Mouffe (1985) conceituam hegemonia como sendo a articulação de significantes flutuantes, onde hegemonizar significa fixar um significado ao redor de um ponto nodal.

Nesse momento, as contingências do discurso se tornam visíveis, ameaçando as identidades existentes, mas também podem constituir novas identidades. É a experiência do deslocamento ou descentramento (LACLAU, 1993). Os momentos são as posições diferenciadas que aparecem articuladas dentro de um discurso e os elementos são aquelas diferenças que não estão discursivamente articuladas devido ao caráter “flutuante” que eles adquirem em períodos de crise social e de deslocamento (LACLAU; MOUFFE, 1985).

A construção sociopolítica da tecnologia aqui proposta passa pela democratização do processo político. E, para uma maior democratização do processo político, Mouffe (2002) sugere complexificar a noção de antagonismo refletindo-a a partir de duas formas diferentes: como sendo um antagonismo propriamente dito e como agonismo. A autora, para diferenciar as duas formas, diz que o antagonismo é a luta entre inimigos, enquanto que o agonismo é a luta entre adversários.

No interior da comunidade política não se verá no oponente um inimigo a abater, mas um adversário de legítima existência ao qual se deve tolerar. Há o combate com vigor das suas ideias, contudo jamais se questionará o direito de defendê-las. O princípio agônico defende a possibilidade de identidades plurais enunciarem suas demandas e isso é fundamental para o avanço de políticas sociais de inclusão de diferenças (MENDONÇA, 2002). Transformar antagonismo em agonismo é o objetivo da política democrática denominada de “pluralismo agonístico”

que Mouffe (2002) defende e que buscamos aqui inserir nos estudos sobre desenvolvimento tecnológico.

Percebemos os grupos sociais relevantes e seus quadros tecnológicos como sendo constituído de adversários que merecem ter sua voz escutada e incluída nos processos de tomada de decisão tecnológica. Em Mouffe (1998), a categoria de “adversário” designa o *status* daqueles que discordam em considerar o *ranking* e interpretação de valores.

Os adversários brigarão pela interpretação e ranqueamento dos valores, mas sua aliança é comum aos valores nos quais constituem a forma de vida da democracia liberal que cria um laço de solidariedade que expressa seu sentimento de pertença a um “nós” comum. Deve ser enfatizado, contudo, que a categoria de inimigo não desaparece; agora, se refere àqueles que não aceitam esses valores constitutivos das formas de vida democrática. Não há como considerar suas demandas legítimas dentro de um “nós” de cidadãos democráticos, uma vez que seu desacordo não é meramente sobre ranquear, mas de um tipo muito mais fundamental, de significado e sentido pela luta.

Não há uma solução de consenso que abranja todos os interesses em uma luta democrática. Ou seja, a própria proposição de consenso é fruto de um tipo de formulação política que busca hegemonizar conteúdos socialmente. O consenso é um desses arranjos históricos e contingentes, uma imposição política excludente que desconsidera outras formas de tomada de decisão (MENDONÇA, 2010).

A proposta de uma democracia agonística é justamente a de conceber essas outras formas de tomada de decisão que podem contribuir para uma construção sociopolítica da tecnologia de forma mais radical.

## **Fechamento, hegemonia e significante vazio**

A próxima fase da metodologia da CST é o fechamento, o ponto não-reversível do processo discordante sobre os artefatos, e pode acontecer: 1) de forma retórica, quando os grupos sociais veem o problema como resolvido ou; 2) na forma de redefinição do problema, quando uma posição de *design* pode ser estabilizada se inventando um novo problema, que pode ser resolvido por este mesmo *design*<sup>7</sup>.

Na obra Bijker e Law (1992), os autores da coletânea discutem as estratégias utilizadas pelos sujeitos no fechamento das tecnologias dos estudos em análise e o explicam a partir da diferença entre o que fica dentro e o que fica fora naquele momento, o que envolve duas questões: a de delegação de poder e a de regulação. Como essas trocas acontecem? O que nos leva a uma questão diante dessa fase: Por que um

---

7 No caso da bicicleta, tratado em Bijker (1995), os problemas técnicos e estéticos do pneu de ar diminuíram, na medida em que a tecnologia avançou ao estágio onde as bicicletas com pneus a ar começaram a ganhar as corridas. Nesse contexto, os pneus ainda eram considerados complicados e feios, mas eles forneceram uma solução para o problema da velocidade, e esta anulou a preocupação anterior com a estética. Nos estudos de Bijker (1995) são apresentados o sucesso de um grupo social relevante ou de um artefato, mas não são especificados os fatores que contribuíram para esse resultado. Entende-se que a tecnologia funciona, mas não se tem explicações por que os significados de alguns grupos tiveram maior relevância do que outros e como essas diferenças foram resolvidas ou suprimidas.

processo de construção social seguiu um caminho e não outro?

No fechamento há uma dominação em torno de um campo de significado e a TD nomeia esse processo de hegemonia, que, em Gramsci, denota ambos: um tipo de relação política e uma realização substantiva. Na primeira definição, a hegemonia é considerada um tipo de relação articulatória onde a persuasão predomina no lugar da força, enquanto que na segunda é considerada como sendo ou não uma força particular gerenciada para alcançar supremacia por meio da imposição da sua vontade no resto da sociedade mediante a criação do consenso e da incorporação de interesses de força rival<sup>8</sup>.

Podemos afirmar que o fechamento das tecnologias envolve o exercício de práticas hegemônicas, a articulação de diferentes identidades e subjetividades em um projeto comum, enquanto as formações hegemônicas são os resultados desses projetos e criam novas formas de ordem social em torno de uma variedade de elementos dispersos ou deslocados. A tecnologia é uma formação hegemônica e é o resultado das articulações políticas.

Assim como qualquer sociedade tem que conseguir forjar uma imagem de unidade para se constituir como uma sociedade, as tecnologias precisam desse momento de

---

8 Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de hegemonia em Laclau e Mouffe ver Howarth: *Ideology, hegemony and political subjectivity*, In: I Hampsher-Monk and J. Stanyer (Eds) **Contemporary political studies** 1996, vol. 2, PP. 944-956.

forjar o fechamento do debate que as formou. O papel e a função das fronteiras políticas é o de contribuir para esse fechamento. Ou seja, uma parte importante da formação de qualquer identidade e de qualquer discurso é que ela/ele é oposta a algo mais, a um “outro”. Então, a formação de fronteira é uma condição para sua formação.

O trabalho de Derrida nas hierarquias binárias no centro da metafísica da presença – essência/acidente; mente/corpo; oralidade/escrita, – mostra que a identidade de cada um dos termos é essencialmente dependente do outro termo, e a fronteira que separa os dois é essencialmente impura. A desconstrução expõe não somente a violência essencial na qual os dualismos são estabelecidos, ela também traz à luz – e esse é o *insight* crucial oferecido pela análise desconstrucionista – a subversão essencial das “identidades separadas” na qual o pensamento dualístico repousa. Como Derrida argumenta, o exterior infeta/afeta o interior, e vice-versa, e torna qualquer dualismo de e/ou suspeito.

No discurso psicanalítico de Lacan, um ponto similar é expresso pelo termo *extimité*, que problematiza a oposição entre interior e exterior mostrando, por exemplo, que mesmo o Outro está no meu centro, ele também me é estranho. A desconstrução e a psicanálise oferecem tratamentos detalhados sobre as relações interior/exterior (dentro/fora) que podem fornecer luz a uma melhor compreensão sobre as complexidades das relações entre *self* e *other* (NORVAL, 2000). Diante do exposto, podemos afirmar

que uma totalidade sociotécnica (tecnologia) só é o que é porque passou por esse processo de fechamento, de embate político, de diálogo e de construção.

## **Considerações finais**

A construção sociopolítica da tecnologia que propomos envolve a previsão da articulação política em todo processo de desenvolvimento tecnológico e para que esse seja construído de forma mais democrática e inclusiva devemos ampliar a mesa de negociação e tornar público o debate para que os sujeitos interessados possam participar e trazer à mesa seus pleitos para que as negociações sejam feitas de forma mais abrangente. Essa proposta envolve a absorção de uma democracia radical e plural como princípio político e articulador na construção das tecnologias.

Sendo assim, nossa proposta de construção sociopolítica da tecnologia reflete discursivamente a prática do desenvolvimento tecnológico, percebendo o campo social como um espaço de lutas, de antagonismos e agonismos, conforme apresentamos neste capítulo. A noção de agonismo está associada a de uma democracia radical e plural, ou seja, a de ampliar a abrangência de direitos de opinar a um número cada vez maior de identidades.

Então, a primeira ideia da nossa proposta é ampliar os grupos daqueles que opinam sobre as tecnologias de forma que os não especialistas também possam fazer parte do debate. E a segunda é a reflexão política a partir de duas

dimensões, a ôntica e a ontológica, conforme propõe Mouffe (2005, p.8-9):

o ôntico tem a ver com as muitas práticas da política convencional e o ontológico refere-se à própria forma como a sociedade é constituída [...] por ‘o político’ eu entendo a dimensão do antagonismo a qual eu tomo como constitutiva das sociedades humanas, enquanto que por ‘política’ eu significo uma série de práticas e instituições através das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto de conflitualidade provido pelo político.

Ao refletirmos a construção sociopolítica da tecnologia dessas duas dimensões estaremos refletindo as práticas e instituições e também a característica do Ser político que está na sociedade convivendo e partilhando experiências com os outros por meio das tecnologias disponíveis.

Os grupos sociais relevantes e o quadro tecnológico são criações políticas. Esse fato nos mostra que a prática política em uma sociedade democrática não consiste em defender os direitos de identidades pré-constituídas, mas, além, em constituir aquelas identidades em um terreno sempre precário e vulnerável.

Ali é onde se encontra o espaço para a operação da mudança. De acordo com a visão apresentada e a noção de agonismo, a questão da política democrática termina sendo a de como se constituir formas de poder que sejam mais compatíveis com valores democráticos no lugar de eliminar

o poder do campo social, porque isso é impossível, o social é constituído pelo poder (MENDONÇA, 2002).

Então, o que deve ser colocado na agenda de uma construção sociopolítica da tecnologia é a noção de conflitividade do campo social, mas, também a noção do contexto político, da sua própria formação e apropriação. Sendo assim, devemos viabilizar tecnologias e sistemas voltados às necessidades sociais específicas negligenciadas pelo ambiente capitalista dominante.

## Referências

BIJKER, Wiebe E. **Of bicycles, bakelites, and bulbs: toward a theory of sociotechnical change.** Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

\_\_\_\_\_.; BAL, Roland; HENDRIKS, Ruud. **Paradox of scientific authority: the role of scientific advice in democracies.** Cambridge, MA: MIT Press, 2009.

COLLINS, Harry M. Stages in the empirical programme of relativism, **Social Studies of Science**, v.11, n. 1, p. 3-10, 1981.

DAGNINO, Renato. **Estudos sociais da ciência & tecnologia e política de ciência e tecnologia: alternativas para uma nova América latina.** Campina Grande, PB, Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

DYRBERG, Torben B.: **The circular structure of power.** London: Verso, 1997.

FEENBERG, Andrew. **Questioning technology.** New York: Routledge, 1999.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of critical explanation in social and political theory**. London & New York: Routledge, 2007.

HACKING, Ian. Language, truth, and reason. In: HACKING, Ian (Org.). **Historical ontology**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982, p. 159-177.

HOWARTH, David. **Discourse**. Buckingham & Philadelphia: Open University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. NORVAL Aletta; STAVRAKAKIS, Yannis. **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University, 2000. p. 1-23.

JOY, Annamma; SHERRY, John F.; TROILO, Gabriele; DESCHENES, Jonathan. Writing it up, writing it down: being reflexive in accounts of consumer behavior. In: BELK, Russell W. (Ed.). **Handbook of qualitative research methods in Marketing**. Edward Elgar: Northampton, 2006, p. 345-360.

KLEIN, Hans K.; KLEINMAN, Daniel L. The social construction of technology: structural considerations. **Science, Technology & Human Values**, Vol. 27 No. 1, p 28-52. Sage Publications, 2002.

KUHN, Thomas. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: Chicago University Press, 1970.

LACAN, Jacques. **Escritos**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1966

\_\_\_\_\_. Metáfora e metonímia (II): Articulação significante e transferência de significado. In: \_\_\_\_\_. **O seminário, livro 3: as psicoses**. Tradução Aluísio Menezes, 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 253-262.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires : Nueva Visión, 1993

\_\_\_\_\_. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

\_\_\_\_\_.; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. Ed. 2. London & New York: Verso, 1985.

MELLO, Sérgio. C. B.; SÁ, Marcio. G. de. Tecendo uma Virtuosa “Colcha de Retalhos”. **RAP**, Rio de Janeiro, vol. 40, n.3, Maio/Jun. 2006, p. 385-410.

MENDONÇA, Daniel de. Para além da lei : agonismo como princípio de ação dos movimentos sociais. **Civitas**, Porto Alegre, ano 2, n. 1, p. 55-68, jun, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.); RODRIGUES, L. P. (Org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 1. ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2008.

\_\_\_\_\_. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, p. 153-169, janeiro-junho de 2009.

\_\_\_\_\_. Teorizando o Agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado**. Vol.25, n.3, p 473-497, 2010.

MOUFFE, Chantal. The Radical Centre: A politics without adversary. **Soundings**, issue 9, 1998.

\_\_\_\_\_. **The democratic paradox**. London. Verso, 2002.

\_\_\_\_\_. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 25, p. 11-23, nov. 2005.

NORVAL, Aletta. Trajectories of future research in discourse theory. In: HOWARTH, David; NORVAL, Aletta; STAVRAKAKIS, Yannis. **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University, p. 1-23, 2000.

PAIVA Jr., Fernando G.; LEÃO, André L. M. S.; MELLO, Sérgio C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v.13, n.31, p. 190-209, 2011.

PINCH, Trevor J.; BIJKER, Wiebe E. The Social Construction of Facts and Artefacts: Or How the Sociology of Science and the Sociology of Technology Might Benefit Each Other. **Social Studies of Science**, v. 14, p.399-441, 1984.

\_\_\_\_\_. Science, relativism and the new sociology of technology: reply to Russell. **Social Studies of Science**, v.16, n.2, p. 347-360, 1986.

\_\_\_\_\_. The social construction of facts and artefacts. In: BIJKER, Wiebe E.; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor J. (eds). **The social construction of technological systems**. MIT Press, 1989.

PINTO, Celi R. J. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 68-99, jul.-dez, 1999.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Course in general linguistics**. London: Duckworth, 1983.

SCHOT, Johan; RIP, Arie. The past and future of constructive technology assessment. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 54, p. 251-68, 1996.

TAYLOR, Charles. **The Sources of the self**. Cambridge: CUP, 1989.

WILLIAMS, Robin A.; EDGE, David. The social shaping of technology. **Research Policy**, v. 25, p. 856-899, 1996.

WINNER, Langdon. Upon Opening the Black Box and Finding it Empty: Social Constructivism and The Philosophy of Technology. **Science, Technology and Social Values**, v.18, p. 362-378, 1993.



## **Construção Social da Tecnologia e Teoria do Discurso**

---

### **Tipografia**

Bembo (texto)

Carto Gothic (títulos)

---

### **Editoração eletrônica**

**Editora**  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE | CEP: 50740-530

Fones: (81) 2126.8397 / 2126.8930 | Fax: (81) 2126.8395

[www.ufpe.br/edufpe](http://www.ufpe.br/edufpe) | [livraria@edufpe.com.br](mailto:livraria@edufpe.com.br)

Avaliando a necessidade de se refletir questões tecnológicas a partir de uma perspectiva política devido à proliferação cada vez maior de sistemas tecnológicos atrelados à vida cotidiana contemporânea, esta obra propõe um diálogo profícuo entre duas áreas do conhecimento: a construção social da tecnologia e a teoria do discurso.

A construção social da tecnologia afirma que as tecnologias são construídas socialmente e que as mesmas são fruto de negociação entre os grupos sociais relevantes e suas demandas específicas. Nesse sentido, nem sempre as tecnologias escolhidas são as mais eficientes e sim fruto de ações políticas. A teoria do discurso afirma que a ontologia do social é o discurso, ele é o terreno primário no qual a realidade se constitui e toma como pressuposto a ideia de que a linguagem é constituidora da realidade. Enfatiza também que toda realidade social é política.

Esta obra visa articular conceitos das duas áreas apresentando suas perspectivas epistemológicas e filosóficas, enaltecendo o fenômeno político e propondo uma construção sociopolítica das tecnologias respondendo à questão sobre o desenvolvimento tecnológico a partir da perspectiva discursiva.

